

**REVISTA  
DO  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
E  
HISTÓRIA MILITAR  
DO  
BRASIL**



**ANO 66 Nº 94 2007**

**ANO 67 Nº 95 2008**



## Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

O IGHMB foi fundado  
em 7 de novembro de 1936.

Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de  
Geografia e História Militar reconhecido pelo  
Decreto no 27.512, de 26 Nov 49, e Órgão de  
Utilidade Pública do

Estado do Rio de Janeiro pela  
Lei no 2.217, de 28 Ago 73.

Filiado à Comissão Internacional de  
História Militar

### Diretor da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Gen Div Aureliano Pinto de Moura

#### Editor

Cel Luiz Carlos Carneiro de Paula

#### Secretário

Cel Darzan Neto da Silva

#### Conselho Editorial

##### Diretor

Cel Av Manoel Cambeses Júnior

#### Membros do Conselho Editorial

Gen Bda Aricildes de Moraes Motta

MG Francisco Eduardo Alves de Almeida

Cel Darzan Neto da Silva,

Secretário do Conselho

Casa Histórica de Deodoro

Praça da República, 197 – Centro

Rio de Janeiro, RJ – Brasil

CEP: 20.211-350

Tel (21) 2232-2691

www.ighmb.org – ighmb@yahoo.com.br



# Revista do IGHMB

01 - Sumário

02 - Editorial

05 - A Guerra: Problemas e Desafios do Campo da História Militar Brasileira.  
Prof Dr Marcos Guimarães Sanches

18 - A Monarquia Portuguesa e a Gestão do Conflito contra os Holandeses no  
Pós-Restauração (1640-1661)  
Cap Ten Marcello Loureiro

28 - Bartolomeu Lourenço de Gusmão: O Pai da Aeroestação.  
Cel Av Manuel Cambeses Júnior

36 - A Conquista e a Ocupação da Guiana.  
Cel Nilson Vieira Ferreira De Mello

51 - "A Cooperação Militar entre a França e o Brasil".  
Gen Ex Jonas de Moraes Correia Neto

62 - Pouco Conhecido Condestável Nuno Álvares Pereira, Um dos Maiores  
Generais da História.  
Cel Manoel Candido de Andrade Netto

78 - "A Guerra do Paraguai" Fato histórico e fonte de estudos.  
Gen Bda Sergio Roberto Dentino Morgado

112 - A Pintura Histórica e Militar no Século XIX: Aspectos Teóricos e  
Metodológicos da Representação da Tradição Militar.  
Prof Dr Paulo André Leira Parente

120 - Insurreição do Contestado (1912 – 1916)  
Gen Div Doc Aureliano Pinto de Moura

145 - Relatório anual da Diretoria do IGHMB do ano de 2008.

152 - Relação dos sócios do Instituto no ano de 2008.

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Por imposição do espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão.

Os anúncios desta revista são de total responsabilidades dos anunciantes, tirando qualquer responsabilidade do IGHMB.

# Editorial

Com grande satisfação, o nosso Instituto coloca à disposição de seus sócios e de quantos queiram encontrar assuntos de seus interesses, relativos à História Militar em textos de autores confiáveis, sem a mácula do revisionismo histórico.

Editar a Revista do Instituto de Geografia e História Militar deve ser – e é – um dos principais objetivos desta atual Diretoria, pois ela representa um esforço pela preservação da nossa memória, atualmente um tanto esmaecida.

No decurso deste Ano Sociocultural, foram realizadas vinte e duas sessões semanais e cinco reuniões do nosso Núcleo de Estudos e Pesquisa de História Militar bem como atendidas solicitações de cooperação de vários estabelecimentos de ensino do Exército Brasileiro.

O grande propósito do Instituto, conforme as palavras proferidas pelo seu Presidente em seu mo-

mento de posse é o empenho em resgatar a verdade histórica, contrapondo-se ao revisionismo que campeia nas salas de aula, nas publicações, nos seminários e nos painéis, por esse Brasil a fora. O dito revisionismo histórico, em expansão acentuada, procura enxergar os fatos sob diferente ótica e, se pos-

sível com dados novos, reformulá-los, reinterpretá-los ou rerepresentá-los, enfatizando mudanças de cunho eminentemente ideológico que, por certo, vão afetar e o entendimento dos acontecimentos históricos, dis-

torcendo-os da forma que bem entendem e convém aos seus desígnios, abalando profundamente a base do saber armazenado por gerações.

A contínua revisão da História é louvável e necessária, desde que no bojo da constante busca da verdade histórica.



“Verdade histórica” é uma afirmação com a qual se deve ter muito cuidado, diante de tantas outras verdades ela também pode vir a ser relativa uma vez que não se tenha a certeza com bases nas pesquisas em fontes de credibilidade. A verdade de hoje pode não vir a ser a de amanhã, em face do aparecimento de novas fontes, que, por ventura, a derrubem.

As novas fontes ou favorecem o aparecimento de fatos novos que permitem novas avaliações e conclusões sobre eles ou apenas complementam as verdades já consolidadas para o que não basta o crivo de um pesquisador experiente impõe-se é o equilíbrio de um analista ético, competente e desapaixonado, a fim de que as novas constatações venham a ser avaliadas e mesmo confirmadas – não só a questão ética estará em jogo, mas também a auto-imagem nacional.

Encontradas novas fontes, novas provas de algum episódio histórico, ainda que polêmicas devem ser divulgadas e utilizados nos estudos e análises.

A História Militar é um ramo relevante da História de uma nação, como o é da História Universal, que se entrelaça com História pátria, a todo o momento, tornando-se difícil isolá-la.

A História Militar do Brasil tem

papel fundamental na formação e na manutenção da consciência dos militares. Se as Forças Armadas são alvos prioritários de novos detratores, imperioso se faz desgastar-lhe imagem diante da população uma vez que continuam sendo um dos pilares da Nação. Isso poderá ser conseguido com a diminuição gradual da sua capacitação profissional e com o desvalimento do orgulho de classe.

A História Militar do Brasil é um campo propício ao assalto cultural e político, dentro da doutrina “gramsciana”, em plena expansão no País, e quase sem barreiras. Apesar da postura que nos conduz ao culto dos grandes feitos e dos grandes homens, do general ao soldado, constituindo uma corrente, com elos de tradições firmes com base em nossos direitos e deveres, de valores e de virtudes, para que se mantenham a hierarquia e disciplina a doutrina aludida busca solapar o cerne dos feitos patrióticos consagrados na memória nacional.

Estamos em meio à ocorrência de um projeto de revisionismo histórico em nossa História. Não é um projeto inocente ou patriótico, mas ideológico e radical. São pessoas atuantes formadoras de opinião, professores, historiadores, jornalistas, editores e “homens



de cultura” que procuram atingir alvos compensadores: os professores, os estudantes e os jovens, que de certa maneira são mais vulneráveis a esses ataques.

O revisionismo tem-se detido em determinados temas, da nossa História – uns mais importantes outros mais limitados. Questiona-se a traição de Calabar, a Guerra da Tríplice Aliança, a figura de Caxias; mostra o Paraguai como vítima indefesa, atacado por imposição da Inglaterra. Segundo esse discurso teríamos, nós, aniquilado um país progressista, em uma guerra que nos levou a um grande sacrifício material e humano; os atos de bravura e nossas lideranças militares têm sido mostrados como vergonha nacional. Não se reconhece nenhuma glória para nós – mas se reconhece para os nossos adversários imolados pelo “genocídio” do seu povo. Eis uma campanha grosseira, mentirosa e infame em que se podem sentir as farpas direcionadas às Forças Armadas e aos militares, com a intenção de machucar, baixar o moral, cindir a emoção solidária e desgastar o prestígio vigente junto à população nacional. Procura-se desmerecer a atuação da Força Expedicionária Brasileira, nos campos de batalha da Itália, durante a 2ª Guerra Mundial; desqualificar seus comandan-

tes, agravar deficiências, orquestrar fracassos, insinuar fraquezas no soldado brasileiro, ao invés de exaltar nossas vitórias, conquistadas na superação conseguida sobre as próprias vicissitudes.

São apresentados ao povo como “heróis”, Zumbi, Calabar, Lampião, Adeodato e outros mais, personagens da nossa História, mas que, longe estão de poderem vir a ser relacionados como heróis nacionais vêm sendo apresentados como tais.

No andamento desse processo revisionista, repetidas “verdades” históricas vão sendo repetidas divulgadas, e vezes tantas, que vão sendo registradas como fontes primárias, ou de consolidação da história oral de povo. Vão ganhando força de verdade, manchando definitivamente a História do Brasil, perdendo-se as referências morais e éticas da Nação, aviltando-se o passado e comprometendo-se a brasilidade e o futuro do País.

Cabe aos historiadores, aos professores e aos meios de comunicação, comprometidos com a verdade ética, darem tudo de si para impedir a dilapidação da nossa História.

Por certo, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil de se manter firme na vanguarda da pesquisa histórica, em defesa da verdadeira memória de nossa Pátria.



# A Guerra: Problemas e Desafios do Campo da História Militar Brasileira.

Marcos Guimarães Sanches\*

Conheci tardiamente a história militar. Não represento exceção mas a quase totalidade de gerações anteriores e posteriores que não foram apresentadas e/ou se ocuparam desta temática específica. Somos todos “filhos”, com maior ou menor semelhança, dos Annales ou da análise marxista. Nos dois casos, a história militar focada quase que exclusivamente no fenômeno da guerra era relegada a segundo plano, inserida no tempo curto, acontencional da história política ou pertencente a um nível (super-estrutura) subordinado da realidade.

Poucos foram os historiadores profissionais que se ocuparam da questão ao longo do século XX, rotulada pejorativamente como “história-batalha”, e seu estudo ficou relegado a alguns militares profissionais, no caso do Brasil, herdeiros da Missão Francesa que valorizara o estudo da história militar como fundamento da elaboração da doutrina.

A retomada da história política em grande parte inspirada nas contribuições de Max Weber e Michel Foucault redimensionou sua problemática da questão do Estado para os lugares onde pode ser estudado o poder, o que associado a revisão da própria história militar como as empreendidas por John Keagan<sup>1</sup> e André Courvisier<sup>2</sup>, para ficarmos apenas em duas tradições historiográficas, recolocou o nosso objeto no conjunto das preocupações da produção do conhecimento histórico.

As perspectivas positivas do presente nos impõem enorme desafio: discutir a própria configuração do campo de investigação e construir ferramentas teórico-metodológicas capazes de explorá-lo. Em síntese recente, José D’Assunção Barros<sup>3</sup> ao estabelecer os interesses e objetos da história política situa a guerra no grupo daqueles que estudam as “relações entre as unidades políticas”. A definição de um campo ou de um domínio para

\* Doutor em História (UFRJ). Professor de História do Brasil das Universidades Federal do Estado do Rio de Janeiro e Gama Filho. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

1 - CORVISIER, André. A Guerra: ensaios históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

2 - KEAGAN, John. Uma história da guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

3 - BARROS, José. O campo da história: especialidades e abordagens. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004, p. 108.



qualquer investigação histórica é problema complexo. A sua constituição não é produto de uma seleção natural de objetos, resultando de um critério de abordagem. Neste sentido, não se trata de optar pela guerra, a política ou as relações internacionais mas, indagar que tipo de questão nos interessa e como se pretende investigá-la.

Será a guerra o objeto da história militar? Não estaremos a atribuir ao fenômeno da guerra um caráter universal, independente do seu significado nas diferentes sociedades e culturas? Partindo dos dicionários brasileiros de maior circulação (Aurélio e Houaiss) a guerra é sempre definida em primeiro lugar como luta armada entre nações ou partidos, não cobrindo, por exemplo, a sua concepção como parte de uma determinada dinâmica social como na clássica interpretação de Florestan Fernandes sobre as sociedades Tupinambás.

Embora na tradição cultural do ocidente desde os gregos Heródoto e Tucídides ou dos romanos Tito Lívio e Políbio, a guerra tenha sido um “motor” onipresente da explicação histórica, levando John Keagan a afirmar que “a história escrita das sociedades é em grande medida uma história de guerras”<sup>4</sup>, tal pressuposto deve ser relativizado

pois como nos alerta Arno Wehling uma história da guerra ou da historiografia da guerra perpassando a história de todas as sociedades não é concebível, pois implica na naturalização do conceito, retirando-lhe a historicidade.<sup>5</sup>

Tratar a guerra como atividade humana e como fenômeno histórico e social nos leva a relativizar a exclusiva subordinação da história militar à história política. Ao rejeitar a idéia de história-batalha” de Lucien Febvre costumamos repetir Clausewitz que a guerra é a continuação da política por outros meios, mas ainda que nos socorramos da tradução mais precisa de Keagan - a guerra é continuação das relações políticas, não superamos a excessiva vinculação da história militar ao político, o reducionismo do campo ao problema da guerra e a sua problemática percepção como fenômeno universal, não relativizável frente as diferentes culturas.

A tradição oitocentista consagrou a concepção hobbesiana-hegeliana do Estado, detentor do monopólio das relações internacionais, conferindo à política a centralidade no processo histórico. Nesta geração, Clausewitz considerou a guerra com forças pagas e disciplinadas do Estado como

4 - KEAGAN, John. Op. Cit., p. 492.

5 - WEHLING, Arno. A Pesquisa da História Militar Brasileira In Da Cultura, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 1, Jan/Jun 2001, p. 37.

indicativa da civilização, pois assinalava a passagem da sociedade guerreira para a guerra regular.

Como hipóteses de trabalho podemos considerar: primeiro, a guerra não é uma categoria atemporal e universal; segundo, o campo da história militar não se esgota na guerra, que só pode ser compreendida numa perspectiva plural de relações circulares. Metodologicamente apropriamos de Jose Maraval o conceito de “Estrutura Histórica”<sup>6</sup> como uma figura em que se mostra um conjunto de fatos dotados de articulação interna, na qual se sistematiza e se confere sentido a uma rede complexa de relações entre eles. Epistemologicamente significa rejeitar simples nexos causais e considerar relações situacionais. A estrutura se oferece como uma totalidade distinta da justaposição de seus dados, ou seja, nenhum acontecimento que se insere em conjuntos é compreensível sem referir-se a tais conjuntos, implicando em reconhecer que a singularidade não está apartada da totalidade.

A estrutura é objetiva, já que a forma dada a um determinado conjunto de fatos pelo historiador que os observa, e surge da articulação e da referência da sua situação não se reduzindo ao arbítrio do obser-

vador. A realidade histórica é o conjunto das estruturas e não dos fatos, pois não há fatos históricos isolados e a estrutura não está nos fatos, mas na sua configuração que é o objetivo do conhecimento. A situação é o entrelaçamento dos fatos, qualquer que seja sua complexidade no interior da estrutura histórica e supõe a adoção de uma lógica relacional, entendida como em relação que nasce dela e se encontra na interdependência de um fato em relação a outro.

Retomando a nossa problemática específica, optar pela problemática da guerra implica não no abandono, como irrelevante, da perspectiva anterior (a história-batalha), mas na sua consideração dentro de um conjunto muito mais amplo de variáveis incidentes sobre os conflitos.

Duas décadas antes da retomada da história política nos anos de 1970, Bouthoul sintetizou três grandes características do estado de guerra em oposição ao estado de paz: ser fenômeno coletivo, luta à mão armada e reconhecida por seu caráter jurídico, mas destacava a necessidade de classificações que considerassem os tipos de grupos em luta, armamentos empregados, etc para dar conta da especificidade dos fenômenos<sup>7</sup>.

6 - MARAVAL, Jose. Teoría del saber histórico. Madrid: Revista de Occidente, 1967, Cap. Quarto.

7 - BOUTHOU, Gaston. La Guerre. Paris: PUF, 1953.



A mesma época, no campo das relações internacionais Pierre Renouvin publicou sua *Histoire des Relations Internationales* (entre 1953 e 1958), sintetizando sua proposta metodológica no volume produzido em parceria com Jean-Baptiste Duroselle na década seguinte:

“No comportamento dos grupos humanos, os móveis nunca são simples: seria fácil multiplicar exemplos. Na verdade, as diversas influências que orientam a evolução das relações internacionais, papel das influências econômicas, financeiras, demográficas, psicológicas ou sentimentais, e papel da impulsão exercida pela vontade dos homens de governo, se contrariam ou se associam, segundo as modalidades, diferentes, sem cessar, no tempo e no espaço. O historiador quando procura os elementos de explicação, deve, pois examinar, em cada caso, a título de hipóteses de trabalho, o jogo de cada uma dessas influências. Ele é levado, ora constatar a influência dominante das forças econômicas ou demográficas (é o caso que freqüentemente ocorre, nas mudanças de longa duração), ora a enfatizar as forças sentimentais ou espirituais, cuja ação é sensível, sobretudo nas crises internacionais em que intervêm as paixões,

ora a concluir pelo papel determinante das iniciativas individuais. Reservar, de antemão, a uma de tais explicações, uma parte preponderante, e estabelecer, em princípio, que uma dessas forças teve, permanentemente, papel determinante – seria falsear o sentido da pesquisa histórica. Isolar um dos aspectos do comportamento dos referidos grupos humanos equivaleria, infalivelmente, a desnaturar a pesquisa histórica, eliminando a influência que os diferentes móveis de tal comportamento exercem uns sobre os outros. Estabelecer entre eles uma espécie de hierarquia seria tão baldado como procurar formular leis”<sup>8</sup>.

O modelo proposto nos parece aplicável à história militar. Os autores, tributários da influência dos *Annales* propõem a investigação dos fenômenos a partir das “forças profundas” representadas dentre outras pela demografia, a economia e as motivações psico-sociológicas.

Na história militar propriamente dita Quincy Wright reconhece que “a guerra pode ter para povos diferentes significações distintas” apontando-lhe quatro grandes grupos de causas: forças materiais; influências racionais; instituições sociais e reações de personalidade<sup>9</sup>.

8 - RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, J. B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1967, p. 480.<sup>1</sup>

Nos aproximamos de uma perspectiva pluridimensional, como proposta por Raymond Aron para quem apesar da guerra estar presente em todos os tempos históricos e civilizações, não se pode dispensar a elaboração de alguma tipologia do fenômeno, que não deve ser apenas formalista, mas referida as modalidades concretas de manifestação do fenômeno<sup>10</sup>.

A “nova” história militar é, portanto, profundamente interdisciplinar, envolvendo, de acordo com cada tema ou problema, a sociologia, a ciência política, a antropologia, a filosofia, a psicologia social, a economia, o direito, a pedagogia, sem os quais não seria possível dar conta da amplitude das questões tratadas como nos chama atenção Arno Wehling:

“... podemos citar os seguintes temas/problemas: relações Exército/Forças Armadas X sociedade; estrutura institucional e administrativa das Forças Armadas; o locus institucional das Forças Armadas no estado; os diferentes tipos de guerra, já mencionados; a Opinião Pública e As Forças Armadas; as fortificações; a evolução da ética militar; a estratégia; a batalha; a logística; a formação militar; a motivação para a guerra etc. Essa interação, atualmente, é típica da

ciência histórica e talvez por isso ela tenha se tornado um dos campos mais interdisciplinares na área das ciências sociais”<sup>11</sup>.

Desta forma, mais do que a guerra a história militar pode numa perspectiva globalizante se ocupar de inúmeros problemas, caracterizando seu campo pelo conjunto de ações/manifestações do poder militar, o que transcende ações que envolvam operações das forças armadas.

A própria guerra, ainda que seja sempre o resultado de uma decisão política, no sentido mais amplo do conceito, envolve questões que não se esgotam na atuação profissional das forças armadas. Lembremos, a título de exemplificação, que hoje o maior exército do mundo terceiriza parte das suas ações no próprio campo de batalha, como assistimos no caso dos Estados Unidos na guerra do Iraque.

### **A Arte Da Guerra na Historiografia Brasileira**

O estudo das temáticas da história militar se confunde com a própria origem da história científica no Brasil, construída pelos intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tributária da influência historicista de Ranke e Clausewitz tratou os acontecimen-

9 - WRIGHT, Quincy. A Guerra. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988, p. 1.

10 - ARON, Raymond. Paix et Guerre entre les nations. Paris: Calmann-Lévy, 1975.,p. 157.

11 - WEHLING, Arno. Op. Cit., p. 41.



tos militares no contexto da construção do estado, das relações entre eles e da afirmação da Nação.

Metodologicamente a imparcialidade das fontes; análise hermenêutica; relação entre história e memória (lugares, monumentos e culto) foram suas características, a exemplo do exposto por Varnahagem:

“Escusado julgamos dizer que procuramos sempre fazer justiça a todos, sem excetuar os próprios invasores. Não escrevemos, é verdade, segundo se pode até depreender do título deste trabalho, como escreveria um holandês; pela simples razão de que não o somos, e de que não está em nós mudar a nossa essência, nem deixar de ter patriotismo e de ter fé. Mas pode-se ter fé e ter patriotismo, e ser justo com os próprios inimigos – ainda quando, como tal, considerássemos os que o eram da Colônia, nossa Pátria há mais de dois séculos e, se, às vezes, os designamos com esse nome, fazemo-lo não por falta de indulgência, mas unicamente por imitar os que nos têm precedido, e para maior clareza e facilidade da narração”<sup>12</sup>.

A História Geral do Brasil, editada a partir de 1854 é pródiga na abordagem de temas militares li-

gados por exemplo a conquista do território e a formação das fronteiras, mas sempre subordinados ao processo de formação da unidade e da identidade nacional. Varnahagem inaugurou uma tradição que se desdobrou até o século XX com seguidores do quilate de Rio Branco e Calógeras, além dos primeiros historiadores militares propriamente ditos que nas décadas de 1920 e 1930 seguiam a mesma proposta metodológica.

Na segunda metade do século XIX, as diferentes correntes científicas colocam a história militar em segundo plano como um resquício da barbárie de etapas anteriores da civilização (positivismo) ou mera determinação de outras instâncias do real (marxismo).

As ações militares eram entendidas como o resultado das dinâmicas sociais como se vê na obra de Capistrano de Abreu, na qual a história militar apresentava um caráter subordinado. Embora a sua obra possa ser dividida em “fases”, no geral, a dinâmica social (o orgânico) prevalecia sobre o político (o funcional).

Sobretudo a influência do positivismo favoreceu a produção de textos que desqualificavam a guerra e conseqüentemente as instituições militares. Datada das

12 - VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. História das Lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002, p. 24.

primeiras décadas do regime republicano, além da influência positivista, as análises refletiam o embate intelectual e político entre monarquia e república e entre civis e militares<sup>13</sup>.

O período não deixa de ser marcado por um certo paradoxo, pois ao mesmo tempo em que se “despreza” a arte da guerra e a formação do oficialato, particularmente no Exército, era dominada por um certo “bacharelismo” de influência positivista, as administrações dos ministérios da Guerra e da Marinha empreenderam importantes esforços de modernização das respectivas forças e Paula Cidade destacou a edição de vários trabalhos de natureza técnica (voltados para a formação/instrução dos militares), no contexto do conflito entre as noções de “soldado-cidadão” e de soldado profissional, estes permeáveis às influências das missões militares alemã e francesa<sup>14</sup>.

Nas décadas de 1920 e 1930, dentro do que Carlos Guilherme Mota denominou de “redescoberta do Brasil”, momento de importante renovação do pensamento brasileiro, não houve uma preocupação intelectual mais ampla com a história militar, mas propiciou dentro do que poderíamos chamar de atitude intelectual preocupada

em explicar/reexplicar o Brasil, as bases do seu desenvolvimento e identidade, a atenção, embora restrita majoritariamente a militares profissionais, para uma história militar propriamente dita.

No geral, a história militar não foi objeto da preocupação da maior parte dos intelectuais e metodologicamente estava identificada às concepções herdadas do século XIX. Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda chegaram a esboçar uma explicação de natureza culturalista para a importância restrita da guerra na história do Brasil:

“Não temos nenhuma mística incorporada ao povo, portanto, não tem o nosso povo ... a consciência clara de nenhum objetivo nacional a realizar ou a defender, de nenhuma grande tradição a manter, de nenhum ideal coletivo, de que o Estado seja necessário à sua realização”<sup>15</sup>.

Sérgio Buarque de Holanda foi mais explícito ainda ao trabalhar com o conceito de “homem cordial”:

“...as guerras estrangeiras, como métodos políticos, sempre foram encaradas pelo país como inopertunas e até criminosas ... Não ambicionamos o prestígio do país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas ...”<sup>16</sup>.

13 - COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, Cap. IX e X.

14 - CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

15 - VIANNA, J. Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 1974, p. 316.



No entanto, a preocupação em repensar o Brasil numa conjuntura de modernização, também se refletiu no campo da história militar. Neste, ao estabelecimento de uma nova identidade nacional agregou-se à influência da missão militar francesa, para a qual a história era fonte indispensável para a constituição da doutrina.

Neste contexto, podemos distinguir duas linhas de atuação: as ações institucionais na organização de “lugares” de produção e/ou de comemoração (a Biblioteca e o Arquivo do Exército, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a organização do Serviço de Documentação da Marinha) e a produção de autores civis (Gustavo Barroso) e militares (Tasso Fragoso) que continuavam seguindo o modelo do historicismo oitocentista.

A organização da obra de Gustavo Barroso é emblemática: dividida em duas partes, a primeira tem como objeto os “uniformes, hierarquias, armamentos”, preponderância daqueles materiais com os quais se poderia construir uma narrativa museográfica; na segunda, as “campanhas militares se sucediam dentro da lógica de construção do “Brasil nação”, a partir de 1808<sup>17</sup>.

Tasso Fragoso, nome mais destacado entre os historiadores mili-

tares do período e até o presente, referência indispensável, antes da publicação da monumental História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai (1934), já enunciava a sua concepção de história. Na “Advertência Preliminar” em A Batalha do Passo do Rosário (1922), repele o abandono da história militar, conseqüente a influência positivista na Escola Militar e, se coloca como o responsável por um juízo de “ponderação”, baseado na análise rigorosa das fontes na melhor tradição da hermenêutica jurídica do historicismo<sup>18</sup>.

À produção da história juntava-se ainda o esforço de instituição de uma memória, como no caso da consolidação dos patronatos.

Desde a década de 1930 com a criação dos cursos universitários de História, consolidou-se o afastamento entre a produção de uma história militar, tarefa quase que exclusiva dos militares e a história acadêmica produzida nas Universidades sob a influência de novas correntes como os Annales, o marxismo e o estruturalismo, quadro agravado na conjuntura política posterior a 1964.

Prevaleceu a crítica à história política e, por derivação, a todos os temas a ela ligados (administração, relações internacionais,

16 - HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 132.

17 - BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

18 - FRAGO, A. Tasso. A Batalha do Passo do Rosário. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922, p. 5-10.

guerra, etc.). Ao mesmo tempo, as influências interdisciplinares permitiram a revisão de aspectos ligados à história militar como as relações internacionais (Pierre Renouvin) ou mesmo a concepção da guerra em perspectiva pluridimensional (política, social, cultural, etc). como em Raymond Aron e André Courvisier.

O marxismo, apesar de colocar a guerra como desdobramento das condições materiais, produziu uma obra importante a História militar do Brasil de Nelson Werneck Sodré que pensava as forças armadas como instrumento de afirmação de uma sociedade democrática, nacional e popular, em emancipação frente ao imperialismo:

“O avanço do país está ligado, conseqüentemente à organização, ao aparelhamento, à melhoria, à eficiência de suas Forças Armadas e não ao antípoda disso. Está ligado ao cumprimento, pelas Forças Armadas, de sua missão precípua e específica, e não ao cumprimento de outras missões, de natureza especificamente e ostensivamente política, que cabem a outras forças. É na medida em que as Forças Armadas asseguram as liberdades democráticas que o país avança, inexoravelmente, para a realização de seu destino nacional. É nessa

medida que as Forças Armadas isolam e asfixiam o latifúndio e o imperialismo, incompatibilizados com toda e qualquer liberdade democrática e cuja única saída é o golpe contra as instituições

democráticas, como tantas vezes empreenderam, com alguns triunfos parciais e transitórios que, sem a menor dúvida, atrasaram o nosso processo histórico”<sup>19</sup>.

No âmbito militar propriamente dito, duas tendências tiveram ampla predominância: a história militar como parte ou subsídio à doutrina como na obra de Cláudio Moreira Bento, que chega a esboçar uma tipologia de historiadores, vinculando alguns deles especificamente ao exercício da profissão:

“Historiador Militar: É o civil ou militar que pesquisa, analisa, interpreta, retira ensinamentos e escreve sobre fatos histórico-militares. No exército dos EUA existem duas categorias de historiadores militares: Historiadores do Exército e Historiadores de Estado-Maior.

Historiador do Exército: É um historiador militar qualificado com método específicos, civil e militar, que ocupa posição no QO de historiadores do Exército.

Historiador do Estado-Maior: É um historiador do Exército ou ofi-

19 - SODRÉ, Nelson Werneck. A História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 408.



cial de História do Exército, responsável pelo desempenho de atividades histórico-militares, inclusive, assessoria específica no Estado-Maior de um comandante”<sup>20</sup>.

Apesar da tipologia não se adequar as propostas atuais para a história militar, deve ser reconhecido o esforço metodológico do autor que superou outra tendência muito presente, uma espécie de história exaltação, em que a predominava a “história batalha”, vinculada a um sentido de exaltação da pátria:

“E o povo, em constante vibração patriótica, assistia embevecido à partida de seus entes queridos, que recebiam cheios de incontido orgulho o Pavilhão Imperial, alegre e risonho em suas cores, que lhes competia levar alçado, vitorioso, pelos campos e cidades distantes, derrubando todos os empecilhos onde os levaria uma guerra sem tréguas!

Varões das mais ilustres linhagens, a fina flor de uma mocidade estuante de vida, alguns, até, donos de grandes riquezas, abandonaram seus afazeres cotidianos, a família querida, o conforto e a comodidade a que tinham direito e, resolutos, trataram logo de assumir responsabilidades funcionais, de um ofício que, até então, lhes era inteiramente estranho!

E, naquela eventualidade crítica, quanto exemplo dignificante espocou à luz do nosso sol!

Nação que dispõe de tal material humano, não tem por que se afligir!

Passado o impacto emocional do primeiro momento, veio imediatamente a serena confiança de um resultado feliz, tal a união alicerçada na brasilidade, secular predicado da alma nacional”<sup>21</sup>!

Dois autores merecem ser tratados em separado: João Batista Magalhães e Francisco de Paula Cidade. O primeiro teve sua *A Evolução Militar do Brasil* editada em 1958, embora a primeira versão do trabalho date de 1948, tendo sido apresentado no IV Congresso de História Nacional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi pioneiro da percepção da guerra dentro de um complexo que extrapolava os limites dos eventos puramente militares.

“Do conhecimento dos diversos aspectos que apresentam as instituições militares de um país resultam indicações úteis à boa compreensão de sua história e ao julgamento dos homens que presidem aos seus acontecimentos. Mas, para a compreensão das suas características, devem ser vistas tais instituições sempre no quadro

20 - BENTO, Cláudio Moreira. *Como Estudar e Pesquisar a História do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 1999, p. 6.

21 - DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p. 8.

histórico nacional e no da época da civilização em que se situem, considerando-se o que era possível fazer, face às necessidades. Elas são criação dos homens, não, porém, arbitrárias, e emitem para a satisfação de objetivos políticos determinados. Não basta a vontade ou a largueza das concepções de alguns para lhes dar maior desenvolvimento e assegurar-lhe a plena eficácia. Há influências a considerar, derivadas da moralidade e da mentalidade coletivas da época, e fatores de ordem material, notadamente os econômicos e os geográficos, condicionantes compreendidos, ambos, em sua mais lata expressão. Tem muita importância o que entende com a formação social e moral da população.

“O julgamento do valor das instituições militares em vista das soluções relativas ao problema militar, em cada época, sempre de natureza complexa, reclama, portanto, mui judiciosa ponderação”<sup>22</sup>.

O segundo, com sua Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira, de 1959, reitera que a história militar não poderia ser tratada em separado do que chama de história geral:

“Surge aqui uma questão que já tem sido considerada importante nos domínios teóricos da História:

há apenas uma História Geral ou existe um número sem conta de histórias particulares? Para alguns, a História é uma só, indivisa, e para outros há tantas histórias quantas são as atividades do gênero humano. No primeiro caso, a História Militar é apenas um capítulo da História Geral, como a história do Brasil o é da História Universal. Para outros, a história particular de uma das atividades humanas é inteiramente autônoma. Não parece que valha a pena perder tempo com essas bizantinices porque, na prática, uma história particular como a História Militar não pode ser compreendida fora do quadro da História Geral. O que há realmente é uma compartimentação espontânea, correspondente ao princípio cartesiano de subdivisão das grandes dificuldades noutras sempre menores. Assim, à pergunta se há uma História Militar independente da História Geral, a resposta é que há uma História Militar, mas que esta é apenas um dos capítulos da História Geral, porque as guerras decorrem de fatores políticos, de causas complexas que só indiretamente têm influência no campo militar. Não esqueçamos que o pensamento militar é decorrência de um pensamento político”<sup>23</sup>.

A produção acadêmica mais

22 - MAGALHÃES, João Batista. *A Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001, p. 19

23 - CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998, p. 23.



recente ainda tangencia a história militar. Ao longo das últimas décadas ficou patente uma distinção entre militares historiadores e, em escala reduzida, historiadores militares. Os primeiros continuaram a se ocupar dos aspectos “técnicos” da arte da guerra, valendo-se de uma perspectiva metodológica que não os afasta significativamente da geração que teve em Tasso Fragozo uma referência.

As temáticas abordadas (estratégia, tática, doutrina, material, símbolos, etc.) ainda reclamam uma minuciosa revisão das fontes, a luz de novas problemáticas, formuladas em perspectivas metodológicas já presentes nas análises acadêmicas, dentre as quais podemos destacar: o estudo das relações de poder e a perspectiva epistemológica da pluricausalidade.

As novas perspectivas da história do poder tratam as forças armadas como parte da estrutura do Estado com sua ação indissociável da dinâmica social e cultural. Em paralelo, os enfoques interdisciplinares têm permitido estudar a guerra como um conflito pluridimensional (Aron, Bouthoul, Corvisier, Keagan).

Na área acadêmica tem predominado as abordagens calcadas na história social, nas relações de

poder e na história das instituições a exemplo dos trabalhos de Jeanne Berrance de Castro (*A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Nacional, 1977), José Murilo de Carvalho (*Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador In História Geral da Civilização Brasileira*, T. III, Vol. 2, 1977), Edmundo Campos Coelho (*Em busca da identidade: o Exército e a polícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1976), Enrique Peregalli (*Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: Unicamp, 1986), Celso Castro (*Os militares e a República. Um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990) e Adriana Barreto de Souza (*O Exército na Consolidação do Império. Um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999). Tal conjunto é representativo do que Celso Castro chamou de “uma história social das Forças Armadas através do país”<sup>24</sup>.

Dentre os poucos estudos que focam o estudo da guerra em si, aplicando-se novas perspectivas metodológicas destacam-se os de Francisco Doratioto (*Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002) e de Ricardo

24 - CASTRO, Celso, IZECHSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrick. Da história militar à “nova” história militar In Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 26.

Salles (Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. Memórias e imagens. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990).

A título de conclusão podemos refletir sobre o desafio de fazer história militar, transcendendo a simplista discussão sobre “antigos” e “novos” objetos. Uma “nova” história militar não exclui objetos tradicionalmente abordados, inclusive a “batalha”, O que nos parece mais instigante é o “como”, ou seja, de que forma podemos estudar quaisquer

manifestações ligadas ao poder militar, a partir de novas e variadas perspectivas da própria história e das ciências sociais em geral.



# A Monarquia Portuguesa e a Gestão do Conflito contra os Holandeses no Pós-Restauração (1640-1661)

## Introdução

Marcello Loureiro

Neste artigo, uma das pre-ocupações centrais é analisar, ainda que sinteticamente, os modos de gestão da monarquia portuguesa na conjuntura crítica do pós-restauração, com ênfase na questão platina.

De antemão, cabe sublinhar que os trabalhos clássicos existentes sobre as conexões entre o Prata e a América portuguesa se concentram primordialmente em aspectos econômicos, mantendo em segundo plano a tessitura da política ultramarina portuguesa para a região. Nesse particular, faz-se referência especial aos trabalhos de Alice Canabrava, Elena Studer e Zacarias Moutoukias<sup>1</sup>.

Não se trata aqui de questionar o interesse econômico português no Prata; mas apenas evidenciar outros aspectos dessa problemática que precisam ser incorporados à historiografia atinente.

Assim, acreditamos ser necessário reter atenção e privilegiar as formas de gestão na monarquia barroca portuguesa, marcada pela linguagem política da segunda escolástica. Forjada como uma tentativa de resposta para as questões religiosas e filosóficas surgidas no contexto da Reforma protestante, os preceitos de tal linguagem podem ser encontrados, por exemplo, nas obras de Luís Molina, Francisco Vitória e Francisco Suárez para o caso espanhol; para o português, em Francisco Velasco de Gouvêa.<sup>2</sup> Grosso modo, eles defendiam uma sociedade cuja representação se alinha com o paradigma corporativista. A ordem social, com sua hierarquia dada pelos séculos e conformada pelo direito, era considerada natural e explícita ante aos olhos: as diferenças deveriam ser sempre evidenciadas. A cultura política não era a da inovação, mas

\* O autor é CapitãoTenente, Mestre em História, Especialista em História Militar.

sim a da permanência, a da repetição.<sup>3</sup> Até porque o direito natural, que deveria enformar todas as ações humanas, é imutável.

Em Portugal, de acordo com as construções teológicas do neotomismo, Deus atribuiu funções sociais metaforicamente expressas na Monarquia: enquanto o rei era o cabeça, responsável por dirimir os conflitos nessa hierarquia, garantindo os direitos e deveres característicos de uma justiça equitativa,<sup>4</sup> a nobreza era os braços; o clero, o coração; e os camponeses, os peões, os pés responsáveis pela sustentação desse corpo social.<sup>5</sup>

Com inspiração nas teorias medievais que prediziam a teleologia da história, uma elite de letrados defendia que a conservação da harmonia desse corpo-social era de importância primacial para que o conjunto orgânico decorrente pudesse cumprir o seu destino metafísico perante a Deus.

Nesse esquema, portanto, a cabeça, o próprio rei, não podia ser confundida com as demais partes do corpo. O bom governo do rei devia garantir a paz interna e externa e, principalmente, respeitar os direitos, obrigações, interesses, autonomias, e prerrogativas de cada parte dessa sociedade-corpo. Em suma, respeitar o auto-governo

das partes para a plena e perfeita manutenção daquela harmonia, verdadeiro pressuposto do princípio do “pro bono communis”, ou seja, do bem comum.

A gestão a que antes nos referimos se traduz, na prática, pelo diálogo que se estabeleceu entre os diversos órgãos governativos que compunham a arquitetura de poder da Coroa. Nesse sentido, não custa lembrar que as decisões da Coroa eram gestadas em Conselhos, dotados de auto-governo e constituintes de um poder polissinodal, típico de uma monarquia corporativa. Ademais, cabe lembrar também que não havia um projeto pré-definido para o Império, mas sim uma gestão que passava por diversas instâncias consultivas.<sup>6</sup>

Um outro aspecto dessa gestão, que será privilegiado neste artigo, refere-se à hierarquização dos espaços ultramarinos na pauta política da Coroa. Nessa matéria, o Prata é área de interesse, posto que permite a plena visualização de alguns dos circuitos imperiais da monarquia pluricontinental. Não é possível compreender o interesse luso nessa área se não for, antes, especificado o seu papel nas rotas comerciais do Império. América portuguesa, Angola e Buenos Aires faziam parte de uma lógica mercantil, que tinha



como eixo axial o próprio tráfico negreiro. Como se pode verificar na documentação, a questão platina aparece frequentemente vinculada a Angola, ou ao Rio de Janeiro ou ainda a Salvador. Portanto, o Prata somente existia na dimensão política portuguesa se encadeado a outras regiões do seu Império.

Se o principal artigo atlântico para venda em Buenos Aires eram os escravos de Angola, a prata remetida por esse porto liquidava parcela do pagamento referente às mercadorias adquiridas no Oriente, a exemplo de tecidos. Tais itens, por sua vez, eram empregados na aquisição de mais negros em Angola, iniciando-se desta feita novamente a engrenagem mercantil atlântica. Dessa maneira, o Prata se vinculava ao tráfico negreiro duplamente: como área receptora de cativos, por um lado; e como fonte de recursos para, indiretamente, viabilizar a aquisição de mão de obra em Angola. Não faz sentido pensar a inserção da região na pauta política da Coroa sem pressupor essa lógica.

### **Portugal no Labirinto: A Restauração e a Gestão do Atlântico**

A relativa estabilidade das redes mercantis que conectavam o porto de Buenos Aires às praças do Império português foi fundamental-

mente atingida após a Restauração portuguesa de 1640. A situação lusa não era nada simples. Dos diversos desafios que se apresentavam ao novo monarca, podemos salientar alguns: na Europa, havia necessidade de por fim às guerras com a Espanha, de buscar reconhecimento internacional, de assegurar a delimitação das fronteiras do Reino; no ultramar, era preciso reconquistar as possessões perdidas aos holandeses.<sup>7</sup> Em todo o Império, em seu momento fundacional, os Bragança precisavam de legitimidade política e simbólica, pelo que deveriam ativar cadeias de reciprocidade clientelar, com o propósito de (re)significar noções de pertencimento, além de vincular antigas e novas relações sinalagmáticas, conforme uma dimensão contratual presente na cultura política do Antigo Regime português.<sup>8</sup>

Mais especificamente no que se refere à América lusa, era mandatório extirpar o quilombo de Palmares, solucionar a problemática referente à ocupação holandesa no Nordeste, reconquistar Angola e restabelecer o comércio com a bacia do Prata, desmantelado devido às guerras com a Espanha, à redução da oferta de negros africanos para o trato subsequente e à própria política de Filipe IV.<sup>9</sup>

Diante de tais complexidades, a

monarquia portuguesa se defrontava com um problema de gestão do Império. Precisava articular políticas, escolher caminhos, apostar em decisões, viabilizar projetos. Para tanto, criou órgãos administrativos de assessoramento, como o Conselho Ultramarino, em 1642, que deveria gerenciar as informações e o conhecimento a respeito do ultramar com o intuito de produzir subsídios para as decisões reais.<sup>10</sup> Por exemplo, em um famoso documento de 1643, o Conselho de Guerra sugeria que o monarca consultasse Salvador Correia, “q tem gr.de experiência e conhecimento das cousas”, para que desse um parecer sobre como não somente “remediar os danos presentes, e futuros”, mas ainda sobre o modo de como se fazer entrar pelo Rio de Janeiro “algúa prata neste Rey.”<sup>11</sup>

Salvador defendeu a invasão militar do Prata em seu parecer, mas não sem antes registrar a importância da reconquista de Angola, já que os negros eram “a mercadoria q. os castelhanos mais necessitam”.<sup>12</sup> Quanto à Angola, o ponto primordial de seu papel incitava a Coroa para que “logo logo mande acudir aquelle Reino”, já que era muito sentida “a falta do comercio de Angola porque sem ella se prejudica m.to as fazendas do brazil

e se aniquila o aumento da Real fazenda assi no brazil como neste Reino”. Finalmente, quanto ao nordeste, recomendava que se incentivasse o roubo e a destruição da campanha de Pernambuco, para que os flamengos aceitassem dinheiro para deixar a região.

O interessante é que os três pareceres dados por Salvador Correia de Sá retornaram para avaliação no Conselho de Guerra que, de modo geral, concordou com os seus alvitre. Divergiram somente na questão dos holandeses no nordeste. Contrariamente ao sugerido por Salvador, o Conselho de Guerra optou por recomendar ao rei que procurasse a solução para a saída dos holandeses, “gente tão prevenida”, por via diplomática.<sup>13</sup>

Em sua resposta, o Conselho percebera perfeitamente o ponto nervoso da dinâmica mercantil das rotas do Atlântico, e nesta matéria era sobremaneira taxativo: “porq. sem Angola não se pode sustentar o Brazil, e menos Portug.l sem aquelle Estado”.<sup>14</sup>

Tal opinião circulava com frequência na corte por esta época. O Padre Antônio Vieira era um dos maiores defensores da importância de Angola. Com uma visão estratégica singular, escreveu ao Marquês de Nisa em agosto de 1648 que



“Todo o debate agora é sobre Angola, e é matéria em que não hão de ceder, porque sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros”. O governador-geral Antônio Teles da Silva reforçava essas impressões ao escrever ao rei:

*“Angola, Senhor, está de todo perdida, e sem ela não tem Vossa Majestade o Brasil, porque desanimados os moradores de não terem escravos para os engenhos, os desfabricarão e virão a perder as alfândegas de Vossa Majestade os direitos que tinham em seus açúcares”*.<sup>16</sup>

Antônio Paes Viegas também escreveu dois papéis acerca da problemática imperial. No primeiro, lembrava que os holandeses estavam muito seguros em Angola, não havendo quem os *“inquieta-se”*.<sup>17</sup> No segundo, defendia que D. João IV deveria enviar o quanto antes uma armada ao Rio de Janeiro e dar ordens a Salvador Correia para que procurasse não apenas *“entabolar as minas e ouro de lauage”*, mas ainda que amealhasse mantimentos e gente *“que melhor aturasse os ares de Angola”* para a sua reconquista.<sup>18</sup> Se possível, deveria retornar com negros africanos à América portuguesa, mantendo no Rio de Janeiro essa força naval pronta para prestar novos socorros ao outro lado do

Atlântico, contra os holandeses ou contra o rei do Congo. Ou, então, a armada poderia saquear Buenos Aires, *“com que largamente se pagariam os gastos dela”*. Naquele porto poderiam trazer muito cobre, que Salvador Correia dizia haver em abundância.

Pouco tempo depois, o padre Vieira pressionava o monarca no mesmo sentido de Salvador Correia e de Antônio Paes Viegas. Segundo o jesuíta, os paulistas deveriam invadir a Bacia do Prata, tomar várias de suas cidades e conquistar as minas do Peru, *“com grande facilidade e interesse luso, dano e diversão de Castela”*.<sup>19</sup>

Em uma carta ao Marquês de Niza, Vieira detalhava melhor os seus planos, sugerindo ao Marquês que escrevesse ao Rei, como ele próprio o faria:

*“se pode intentar a conquista do Rio da Prata, de que antigamente recebíamos tão consideráveis proveitos pelo comércio, e se podem conseguir ainda maiores, se ajudados [pelos] de São Paulo marcharmos, como é muito fácil, pela terra dentro, e conquistarmos algumas cidades sem defesa, e as minas de que elas e Espanha se enriquece, cuja prata por aquele caminho se pode trazer com muito menores despesas”*.<sup>20</sup>

O projeto esboçado por Salvador de Sá, entretanto, não se concretizou neste momento. Divergindo frontalmente do Conselho de Guerra, o Conselho Ultramarino emitiu seu parecer após sete meses. Seus membros Jorge Castilho, Jorge de Albuquerque e João Delgado afirmaram (1644) que quanto a Angola “tem V. Mag.de rezo-lutto o que fazer”; sobre Buenos Aires, lembrava-se que Teles da Silva já tentara abrir o comércio, sem consegui-lo. E que não convinha “em tempo de tantos apertos” abrir novas frentes de guerra. Para o Conselho, Portugal deveria direcionar esforços diplomáticos, econômicos e militares para resguardar o que lhe sobrava no ultramar, defendendo suas possessões de espanhóis e holandeses. No que concerne ao nordeste, não se mencionou a via diplomática, conforme a orientação prévia do Conselho de Guerra, mas sim o conflito aberto a partir do envio de quinhentos homens das Ilhas Atlânticas.<sup>21</sup>

No caso particular que se apresentou, ainda que o Conselho de Guerra estivesse envolvido, o assessoramento produzido pelo recém criado Conselho Ultramarino foi o que prevaleceu.

Enquanto corriam na corte debates acerca do que se priorizar, na

Bahia, Teles da Silva escrevia à Câmara de São Paulo, em outubro de 1646, solicitando que se armasse e prontificasse uma expedição naval. Condição ao desfecho das negociações com os holandeses, deveria “se emprehender com esta armada a conquista do Rio da Prata”. Assim, em que pesem as decisões contrárias dos poderes centrais, manifestavam-se intenções de conquista militar do Prata na América.

Em meio à crise da ocupação holandesa em Angola, D. João IV chegou a consultar o Conselho Ultramarino acerca da possibilidade da mútua convivência de portugueses e holandeses naquela praça, em portos e locais distintos. Nessa consulta, o voto contrário de Jorge de Albuquerque à permanência dos holandeses foi decisivo. Conforme o entendimento do conselheiro,

“para o bem deste Reyno [de Portugal], q. por todos os meynos, se fizesse o possível, p.a q. os Olandeses Largassem de todo aq.le Reyno [de Angola], ainda q. fosse á custa da fazenda de V.Mg.de, e da de seus Vassalos, porq. com as utilidades delle, em breves annos se recuperaria”.<sup>22</sup>

Ou seja, mantinha o Conselho análogo entendimento acerca da importância trivial de Angola nos fluxos mercantis do Império.



Outro ponto de destaque nessa gestão se refere ao Nordeste. Muito conhecido é o “papel forte” do Padre Vieira, em que defendeu a entrega de Pernambuco aos holandeses. Parece pertinente destacar que o padre falava da entrega do nordeste, mas incitava uma invasão militar ao Prata. Contudo, outros eram do mesmo parecer. Por exemplo, em setembro de 1645, Lourenço de Brito Correia, com receio do socorro que a Holanda enviaria para o Nordeste, aconselhou que ele fosse tão logo evacuado pelos portugueses, sob risco de se ampliarem as despesas e de se perderem outras áreas, como a Bahia e as Índias.<sup>23</sup> Em 1647, Francisco de Sousa Coutinho prometia aos Estados Gerais, em nome de D. João IV, restituir todas as praças que os rebeldes de Pernambuco haviam tomado.<sup>24</sup>

Em 1648, muitos papéis tratavam na Corte dos termos em que se assentariam as capitulações com a Holanda. Em outubro desse mesmo ano, o rei determinava que as condições dessa capitulação fossem analisadas pelo Conselho da Fazenda. O Conselho deveria enviar dois ministros para falar com Sua Majestade e, posteriormente, discutir o assunto com o Padre Vieira com todo o segredo.<sup>25</sup>

O próprio Conde de Odemira, ao comentar uma das propostas apresentadas por Francisco de Sousa Coutinho a D. João IV, ainda em outubro, indicava a possibilidade de entregar Pernambuco, desde que Portugal ficasse com Angola.<sup>26</sup>

Diante de vários papéis, o Conselho da Fazenda entendeu que se devia buscar a paz “prepetua firme e segura” com os holandeses, sem que houvesse, entretanto, ofensas a religião e a reputação do monarca.<sup>27</sup> Acreditava o Conselho que, primeiro, de nenhuma maneira se deviam restituir as praças do Brasil e África. Sem se devolver as praças, era “ajustado” oferecer dinheiro e drogas para a paz. Concordava que era preferível a guerra à restituição requerida pelos Estados Gerais.<sup>28</sup> Não custa lembrar que Salvador de Sá falara em oferecer dinheiro aos holandeses em seu parecer de 1643.

À margem da consulta, D. João IV determinava que se convocasse um tribunal para que em caso de fracasso das negociações com a Holanda fossem examinados os meios de defesa do Reino, “tão exausto de gente e de cabedal”, frente os Estados Gerais e Castela.<sup>29</sup>

Em novembro de 1649, Gaspar Dias Ferreira, mercador de muitos anos no Brasil, apresentou uma alternativa para a feitura da paz em

uma audiência com o rei.<sup>30</sup> Considerava a restituição das capitanias reconquistadas e a reocupação do nordeste opções impraticáveis. Todavia, apostava na “composição por dinheiro” para a compra dos territórios, o que também não lhe parecia fácil. Como pontos negativos em seu assessoramento, o próprio Gaspar lembrava as dificuldades sérias em se movimentar fundos nessa conjuntura. Por notícia da Holanda, enviadas por seu primo, Francisco Ferreira Rebelo, advertia que os flamengos consideravam a compra dos territórios ocupados uma “inormidade indigna de sua reputação”, já que o rei apenas não entregava Pernambuco pelas pressões dos vassalos do Brasil.<sup>31</sup>

Soluções para obtenção de recursos financeiros começavam a ser pensadas. Nesse sentido, por exemplo, Manuel Fernandes Cruz, antigo morador de Pernambuco, escreveu longa exposição de motivos ao monarca.<sup>31</sup>

Por dedução, especulava Manuel que seria possível incrementar o comércio, única forma de tornar poderoso o Reino, e “sacar” muita prata e ouro do Peru, devido à vizinhança que tinha com Buenos Aires, havendo, para esse porto, caminho já aberto e facilidade de se abrir outros. O fundamento

primacial do parecer consistia no seguinte: a Coroa deveria estabelecer o estanco do trato das peças de Angola para a América portuguesa, por um período de cinco anos, trazendo-as às custas da fazenda real. Quinze ou dezesseis mil peças deveriam deixar Angola anualmente, sendo distribuídas cinco mil para Pernambuco, quatro mil para a Bahia, três mil para o Rio de Janeiro, a um preço de sessenta mil réis cada uma, e as demais para o Rio da Prata. Já deduzida a mortandade estimada de escravos, e se considerando somente as que dessem entrada na América portuguesa, a receita do período deveria perfazer cerca de sete milhões e quinhentos mil cruzados. Para que os efeitos negativos do estanco não fossem sentidos, os negociantes reinóis teriam autorização para vender seus artigos em Angola, contando que nos cinco anos poderiam comercializar escravos africanos no Rio da Prata. Tais negociantes deveriam poder vender peças em São Vicente, já que os “peruleiros” costumavam lá negociar. Em decorrência, estaria o Estado do Brasil muito opulento, porque reteria muita prata “pello empreguo dos asucares que farão os que por aqui passarem de volta de Buenos Ajres”.. Conforme



concluía Manuel Cruz, o parecer buscava de fato o “benefício comum”: não haveria prejuízo a fazenda real; os vassallos da América não protestariam em virtude de o preço de sessenta mil réis ser razoável, além de estarem isentos de décimas, fintas e tributos; enquanto os negociantes do Reino teriam seu prejuízo sanado pela compensação de comercializarem diretamente com o Prata.

Mais uma vez, o Prata aparecia na gestão do Império, porém agora vinculado ao levantamento de fundos para a compra do Nordeste.

### Considerações Finais

No difícil contexto do pós-restauração, em que D. João VI buscava se conservar no trono, a noção de auto-regulação, associada à preocupação com o bom governo, permeava a complexa definição de prioridades da Coroa. Não sem tensões e fraturas, Conselhos e homens de governo discutiam os caminhos para a administração patrimonial, militar e financeira do Império.

Graças a uma circulação de informações, refletiam acerca dos espaços que deveriam ganhar destaque na política ultramarina, explicitando os nexos intrincados de uma monarquia pluricontinental.

Assim, alguns defendiam uma invasão a Buenos Aires, outros debatiam a conveniência da guerra, da entrega ou da compra de Pernambuco, mas todos concordavam com a reconquista de Angola.

Se o sonho das Índias sobreviveu no pensamento dos grandes conselheiros do Reino até fins do século XVII, a idéia maravilhosa de um comércio português no Rio da Prata, infalivelmente lucrativo e maior responsável pela entrada de moeda na América, perduraria por anos nas narrativas e despachos de muitos outros homens de Estado. Com efeito, muitos conselheiros na corte concordavam que a solução para os problemas portugueses partia da reorganização dos circuitos comerciais do Atlântico. O Prata se conectava a esse desafio de gestão.

1 - CANABRAVA, Alice Piffer. O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640). (Col. Reconquista do Brasil; nova série; v. 82). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984 e MOUTOUKIAS, Zacarias. Contrabando y Control Colonial en el Siglo XVII. Buenos Aires, el Atlantico e el Espacio Peruano. Buenos Aires: Bibliotecas Universitarias, 1988.

2 - SKINNER, Quentim. As Fundações do Pensamento Político Moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 414-449.

3 - HESPAÑHA, António Manuel. As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político em Portugal – Séc. XVII. Lisboa: Almedina, 1994.

5 - HESPAÑHA, op. cit.

6 - Idem.

7 - MELLO, Evaldo Cabral de. O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669. Rio de Janeiro: Topbooks, 1978, p. 21.

8 - MELLO, Evaldo Cabral de. Rubro Veio. O Imaginário da Restauração Pernambucana. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 105-152. Já na historiografia internacional, destacam-se os trabalhos de J. Greene e Hespanha, comentados adiante. A questão foi também desenvolvida por BICALHO, Maria Fernanda. “Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”, in Almanack Brasiliense nº 02, 2005, p. 30-34. Especificamente acerca da justificação necessária

para legitimar os Bragança no poder, ver MONTEIRO, Rodrigo Bentes. O Rei no Espelho. A Monarquia Portuguesa e a Colonização da América. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 279-327 e FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. Portugal na Época da Restauração. São Paulo, Hucitec, 1997.

9 - Acerca do problema de Palmares: ALENCASTRO, op. cit., p. 238-242; para visualização dos demais problemas aqui mencionados: BOXER, Charles R. Salvador Correia de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973, p. 183-184.

10 - Em relação ao Conselho Ultramarino, ver GOUVÊA, Maria de Fátima. "Poder político e administração na formação do complexo atlântico português", in FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 292; RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Governantes e Agentes" in BETHENCOURT, F & CHAUDHURI, F. (orgs.). História da Expansão Portuguesa. Vol 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 169; MYRUP, Erik Lars. To Rule from afar: the overseas council and the making of the brazilian west, 1642-1807. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Yale, 2006 e BARRROS, Edval de Souza. Negócios de tanta importância: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

11 - Consulta do Conselho da Guerra sobre os justos receios de que os holandeses tentassem a ocupação da Baía, o que os tornaria senhores de todo o Brasil, e a urgente necessidade de tomar as devidas providências para os repelir no seu ataque àquela praça. Évora, a 17 de outubro de 1643. AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Caixa no 2, doc no 243.

12 - Idem.

13 - Idem.

14 - Idem

15 - Cf. Carta ao Marquês de Nisa, a 12 de agosto de 1648, in Cartas de António Vieira. São Paulo: Globo, 2008, p. 190-192.

16 - Cf. Ibidem, p. 222.

17 - Parecer de António Pais Viegas sobre o socorro a enviar a Angola. Cabo Ruivo, a 27 de abril de 1644. Papeis Políticos – Cod. 987 (K VII 31), fl. 499-499v, in Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval, doc. 71, p. 35.

18 - Parecer de António Pais Viegas sobre a recuperação de Angola. Cabo Ruivo, a 28 de abril de 1644. Papeis Políticos – Cod. 987 (K VII 31), fl. 500-501, in Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval, doc. 72, p. 35-36.

19 - Cf. VIEIRA, António. "Papel Forte", in Obras Escolhidas, Vol III, p. 105. Apud ALMEIDA, op. cit., p. 100.

20 - Cf. Cartas do Padre Vieira, coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo, p. 122.

21 - Consulta do Conselho Ultramarino sobre os alvites apresentados por Salvador Correia de Sá para remediar os prejuízos causados pelos holandeses no Brasil e para introduzir o comércio com Buenos Aires. Lisboa, a 10 de junho de 1644. AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Caixa no 2, doc. no. 305.

22 - Sobre as conveniências q. se devem celebrar com os olandeses no Reyno de Angolla. Lisboa, a 17 de fevereiro de 1648. AHU, Consultas Mistras, Códice n 24, fl. 110.

23 - Papeis políticos – Cod. 987 (k VII 31), fl. 491-492 v., in RAU, Virginia & SILVA, Maria Fernanda Gomes da (orgs.). Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil. Volume I. Lisboa: Acta Universitatis Conimbriensis, 1956, Doc. 78, pág 38-40.

24 - Papeis Varios, t. 7 – Cod 947 (k VIII Id), fl. 229v-231v.,

in RAU, Virginia & SILVA, Maria Fernanda Gomes da (orgs.). Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil. Volume I. Lisboa: Acta Universitatis Conimbriensis, 1956, Doc 115, pág. 60-62.

25 - Idem.

, t. 29 – Cod. 874 (K VIII Im) fl. 328v.-331v, in RAU, Virginia & SILVA, Maria Fernanda Gomes da (orgs.). Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil. Volume I. Lisboa: Acta Universitatis Conimbriensis, 1956, Doc 134, pág 74-81.

27 - Consulta do Conselho da Fazenda sobre as capitulações com a Holanda.Lisboa, a 14 de dezembro de 1648. Papeis Varios, t. 2 – Cod. 874 (K VIII Im), fl. 340-341, in Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval, doc. 135, p. 81-82.

28 - Idem

29 - Idem. Despacho régio à margem. Lisboa, a 24 de dezembro de 1648.

30 - Exposição enviada a el-Rei por Gaspar Dias Ferreira, sobre as possibilidades de se fazer a paz com a Holanda. Papeis Varios – Cod. 1090 (K VIII Ia), fl. 47-48v, in Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval, doc. 146, p. 87-89.

31 - Idem.

32 - Arbitrio em beneficio comum que inculca o modo conveniente para se haver o resgate desta praça [de Pernambuco] em caso que o holandês a largue por preço de dinheiro; ou bem se possa sustentar a guerra, quando pelas armas se liberte; e se socorra com um grosso empréstimo aos moradores para levantarem os seus engenhos, e os fabricarem sem dispêndio da fazenda real. Pernambuco, a 20 de agosto de 1650. Papeis Varios, t. 2 – Cod. 1091 ( K VIII Ib), fl. 1-5v; fl. 18-22; Papeis Varios, t. 34 – Cod. 976 (K VIII Ir), fl. 171-175v, in Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval, doc. 149, p. 90-96.

33 - Idem.

34 - Idem.

# Bartolomeu Lourenço de Gusmão:

## O Pai da Aerostação

(1685-1724)

Manuel Cambeses Júnior



Bartolomeu Lourenço de Gusmão foi uma personalidade de excepcional singularidade, na qual o homem, o sacerdote e o criativo inventor, se fundiam numa figura polifacética, que enxergava muito acima de seu tempo, sofrendo, como corolário, as naturais e inevitáveis consequências dessa excepcionalidade.

de dezembro de 1685 e estudou no Seminário jesuíta de Belém, na freguesia de Cachoeira, Capitania da Bahia, onde se ordenou. Em 1701 foi para Portugal, tendo regressado ao Brasil pouco depois, para retornar a Portugal em 1708, com o intento de realizar o curso de Cânones da Universidade de Coimbra. Ali desenvolveu e aprofundou os seus estudos de Física e Matemática.

A presença do homem na terceira dimensão passa, necessariamente, pelo talento brasileiro, revelado na primazia de domínio das tecnologias de ascensão em balão livre, balão dirigível e, mais tarde, do aeroplano.

Trezentos anos nos separam da experiência bem sucedida de Bartolomeu de Gusmão, um dos maiores gênios inventivos da história da humanidade. Inteligência privilegiada, sua concepção do aerostato, como engenho de locomoção superior, através da atmosfera, não ficou

**N**asceu na Vila do Porto de Santos, São Paulo, no mês

\* O autor é Coronel-Aviador e vice-diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER).

no engenho em si, evidenciando excepcional visão prospectiva.

Como nenhum outro inventor de sua época, seu espírito perscrutou o futuro, revelando, em sua célebre “Petição de Privilégio”, dirigida a D. João V - que tinha descoberto um aparato, para se locomover pelo ar -, o quanto estava avançado em relação aos estudos sobre o domínio do ar. Nela projeta-se por inteiro a visão profética de um bem-dotado que, à luz de um invento, fruto da elaboração primorosa de seu cérebro, não titubeou em declarar a possibilidade da navegação aérea.

Não há, pois, como discordar da afirmativa de Domingos Barros, que considera a “Petição de Privilégio”, de 1709, “a primeira e a mais bela página da Aeronáutica”.

Belas páginas, sem dúvida, que lhe valeriam, entretanto, contestações e sátiras contundentes, umas e outras caracterizando a saga dos que vivem muito além de seu próprio tempo, pagando alto preço por esta condição.

Bartolomeu de Gusmão foi um predestinado, aliando atributos de competência, tenacidade e avidez de cultura que o conduziram a momentos de imensa criatividade.

Coincidentemente, um seu irmão, também predestinado, Al-

xandre de Gusmão (1695-1753), geógrafo e diplomata, foi o magistral redator do preâmbulo do Tratado de Madrid, que, consagrando a tese do “utis possidetis”, consolidou, em 1752, um século de expansão portuguesa, no continente americano, fixando praticamente os limites da terra brasileira.

Jovem ainda, Bartolomeu de Gusmão concretizou o seu primeiro invento, fazendo subir a água de um lago a uma altura de cem metros para abastecer o Seminário de Belém, edificado sobre um monte; com isso eliminou o penoso e demorado transporte em recipientes de pequena capacidade.

Quando inventou os balões, não os imaginava só na paz, navegando por diletantismo, e, sim, como surpreendente veículo de expansão dos conhecimentos humanos, provendo as necessidades do homem, na paz e na guerra. Além disso, viu-os como elemento de aproximação entre culturas, proporcionando, pela rapidez dos deslocamentos, o conhecimento mútuo das conquistas científicas dos homens, em todas as latitudes. Tudo isso deixou transparecer claramente em sua “Petição de Privilégio”.

Na famosa Universidade de Coimbra, apesar de sua profissão origi-



nal – o sacerdócio católico – não foi no ensino da teologia que desenvolveu sua inteligência privilegiada, mas sim no da ciência matemática. No retiro de sua residência, entregava-se ao estudo da astronomia e da mecânica aplicada.

Ao anunciar, em abril de 1709, a intenção de realizar experiências com a sua máquina de voar, Bartolomeu de Gusmão passou a ser alvo de inusitada curiosidade. Atraiu para si críticas de seus contemporâneos, que, por deficiência de cultura, não conseguiam compreender o alcance de sua obra. Antes mesmo dos primeiros ensaios, poetas sem inspiração lançaram mão de todos os recursos, para detrair o jovem inventor brasileiro. Por ironia do destino, as sátiras dos detratores se transformaram em verdadeiras comprovações das experiências de Gusmão, e os autores das agressões, sem nenhum talento, só passaram a ser conhecidos quando associados aos ataques desfechados contra o precursor da Aeronáutica.

Entretanto, paralelamente aos detratores, havia também os divulgadores da boa nova. A correspondência enviada às nações da Europa, seja por diplomatas acreditados junto à corte de D. João V, seja por

simples visitantes, proporcionou extraordinária divulgação do invento na Itália, na Alemanha, na Inglaterra e no Império Germânico.

A verdade é que, pela documentação existente, pode-se assegurar que Bartolomeu de Gusmão construiu um aerostato e fê-lo elevar-se aos ares de uns quantos metros acima do solo.

O núncio de Lisboa, cardeal Conti, futuro Papa Inocêncio XIII, estava entre os convidados. A primeira demonstração foi realizada no dia 3 de agosto, sem sucesso. O aparato se incendiou numa das salas da Casa da Índia. Uma segunda exibição foi realizada no dia 5 do mesmo mês,



Em agosto de 1709, a Corte portuguesa reuniu-se para assistir a demonstração de tal invento. Foram realizadas três exibições, e as datas não são bem conhecidas, assim como as características do aparato apresentado pelo inventor brasileiro, diante do rei e de autoridades eclesiásticas.

mas o sucesso foi questionável. Assim que o engenho se elevou aproximadamente a 4 metros, os serviçais, receosos de verem as cortinas pegarem fogo, como medida preventiva, o destruíram.

No entanto, a terceira experiência, realizada no pátio da Casa da Índia, e novamente com a presença do rei, da Corte, de fidalgos e nobres e de uma imensa multidão, mostrou de forma inédita, um artefato produzido pelo homem elevar-se livremente no espaço, sem nenhum apoio, e deslizar-se no ar. Voou e foi esbarrar numa cimalha da torre da Igreja do Rosário. Com a colisão, o pequeno balão caiu e incendiou-se. Era a primeira vez que um aparelho mais leve que o ar realizava um voo. Mas a demonstração não causou muito entusiasmo. Foi algo muito tímido, muito singelo, muito distante das promessas ofertadas ao rei. Bartolomeu, numa reação natural, sentiu a necessidade de prestar esclarecimento sobre o invento, na realidade um pequeno globo com uma vela, incapaz portanto de realizar qualquer uma das anunciadas proezas.

Embora o inventor tentasse explicar como o aparelho deveria ser interpretado, seus argumentos não podiam convencer nem o público nem os poucos sábios portugueses

que viam nas palavras dele argumentos desconexos e sem elaboração minimamente científica.

O globo de papel com uma vela acesa é o que hoje conhecemos nas tradicionais festas juninas, ou seja, os tradicionais balões de São João. Evidentemente, tal invento não poderia realizar as promessas feitas no pedido de privilégio, mas demonstrava ser possível buscar uma solução, para um aparelho voador até então desconhecida. Era um protótipo, e seu desenvolvimento poderia ter dado frutos mais práticos. Mas Portugal não era, à época, local para isso acontecer. Não havia tradição no estudo das ciências e o país estava em atraso em relação a vários países da Europa.

O ambiente científico era praticamente nulo. Inexistiam revistas científicas, as publicações eram raras e o ensino era voltado primacialmente para o terreno das ciências teológicas, a jurisprudência e a literatura. Na Universidade de Coimbra já fazia algumas décadas que não havia sequer um professor para a cátedra de matemática.

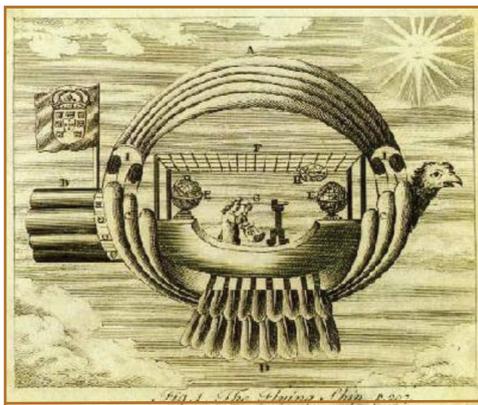
Porém, em que pese não ter despertado grande interesse em Portugal o pequeno voo do balão, o mesmo não ocorreu em outros



países. Logo a notícia se espalhou ganhando novas cores. “Um padre voou em Lisboa: Padre Voador Bartolomeu Lourenço”. Junto com as notícias sensacionalistas surgiu um desenho apócrifo, provavelmente feito pelo próprio inventor, representando um estranho artefato munido dos mais extravagantes instrumentos. Com uma cabeça de águia, tinha uma espécie de pequena nave, onde ia instalado o navegante, cercado por instrumentos científicos: esferas imantadas, uma luneta, um astrolábio e outros elementos. Ademais, remos em forma de penas parecem contribuir para o deslocamento no ar, e um estranho engradado cobre a barcaça onde está o piloto. Ímãs estão distribuídos dando a entender que a força magnética poderia ter ali uma função. E, para não deixar vestígios de dúvida, na parte posterior um grande pavilhão real com o sol heráldico dos Bragança. O que se vê é uma fantasiosa representação de alguma invenção que não faz nenhum sentido. O ponto crucial, a fonte térmica que permitia ao balão subir, não está representado, ou seja, foi abolida intencionalmente do desenho. Desta maneira, nada informa como tal aparato poderia

navegar pelo ar. Curiosamente, as gravuras apareceram, em diversas variantes, em diferentes países. Foram publicadas na França, na Alemanha, na Itália, e o aparelho recebeu o nome de Passarola. Lamentavelmente, o desenho original se perdeu no tempo.

Não tem sido tarefa fácil aos historiadores reunir provas da prioridade aerostática de Bartolomeu de Gusmão. Não fora a dedicação de ilustres e persistentes pesquisadores, como Afonso de E. Taunay, reunindo peças em defesa do pioneiro, teria sido impossível atestar essa prioridade, em parte por culpa do



Em agosto de 1709, a Corte portuguesa reuniu-se para assistir a demonstração de tal invento. Foram realizadas três exibições, e as datas não são bem conhecidas, assim como as características do aparato apresentado pelo inventor brasileiro, diante do rei e de autoridades eclesiásticas.

próprio Gusmão que para evitar apropriação indébita de seu invento, o que era comum naquela época, omitiu em sua Petição a D. João V desenhos e detalhes do engenho que concebera. Inclusive, a única peça iconográfica contemporânea das experiências – a estampa Passarola – tal como hoje se conhece, foi engendrada por detratores, com o objetivo de desmoralizar o invento e o inventor, na medida em que sua concepção é fantasiosa, irreal e absurda.

Mas, o que levou Gusmão a afirmar em sua Petição ter resolvido o problema da navegação aérea? Parece que mais uma vez o acaso foi o detonador das energias da inteligência humana, ao colocá-lo diante de uma observação simples: a de uma bolha de sabão que, subitamente, se elevou ao entrar no ar aquecido em torno de uma chama.

De relance, Gusmão percebeu a dinâmica dos aerostatos, aparelhos mais-leves-que-o-ar, concebendo um engenho que adquiria força ascensional, valendo-se da diferença de densidade entre dois fluidos.

Da concepção à realização foi um passo, não havendo mais dúvidas de que Bartolomeu de Gusmão fez subir aos ares um aerostato. Comprovam-no oito documentos pacientemente reunidos por ob-

stinados pesquisadores durante quase um século: o primeiro divulgado em 1844 e, o oitavo, em 1938. Deles, contudo, não se pode inferir que o precursor da aerostação tenha sido, também, o primeiro aeronauta. Qualquer afirmação neste sentido não encontra respaldo em documentação confiável, até hoje conhecida.

Sobre um ponto, porém, não há dúvidas: os documentos confiáveis registram o ano de 1709 como aquele em que os experimentos públicos (mais de um) se realizaram. No entanto, os testes realizados em sigilo, que, possivelmente, teria realizado, não há como comprovar.

Os experimentos com o aerostato idealizado por Bartolomeu de Gusmão indiscutivelmente lhe conferem a primazia da conquista do ar.

O reconhecimento dessa primazia, embora muito lento, vem sendo progressivo nos grandes países europeus, em que pese à pressão francesa reivindicando o feito para os Irmãos Montgolfier, em 1783.

Mesmo entre os franceses, entretanto, houve os que, fiéis à verdade, não se deixaram levar por arroubos de patriotismo deformado, afirmando peremptoriamente, como o fez Marcel Jauneaud, em 1902: “La gloire



française des Montgolfier et de Charles, ne sera pas diminuée par l'hommage que nous devons rendre au pauvre brésilien, qui fût vraisemblablement le premier aérostatier des temps modernes.”

Esta atitude contrasta com os insultos dos poetas de seu tempo, sobretudo Tomaz Pinto Brandão, que foi implacável em suas sátiras e crítica. Tendo vivido na Bahia, dali deportado para o Rio de Janeiro e, posteriormente, degredado para Angola, de onde conseguiu regressar a Portugal, o poeta passou a hostilizar os filhos de terras brasileiras, dos quais guardava amargas recordações.

Gusmão, que se notabilizava na Corte pela genialidade, foi o alvo preferido de sua ira, mesmo após a morte. Na ânsia de diminuir e ridicularizar o feito e o inventor, paradoxalmente acabou registrando alguns aspectos importantes da vida e da obra de nosso pioneiro.

Sempre prestigiado por D. João V, que nele reconhecia talento invulgar, Bartolomeu de Gusmão recebeu importantes missões diretamente do monarca. Entre elas, por exemplo, a de decodificar cifras usadas pelas chancelarias estrangeiras na correspondência com seus representantes credenciados.

Era prática comum, naquela época, a violação da corre-

spondência entre governos e seus embaixadores, o que os induziu à utilização de códigos para segurança das comunicações.

Enquanto viveu, Bartolomeu de Gusmão traduziu todas as cifras que lhe foram apresentadas, revelando-se exímio decifrador. Com isso proporcionou ao Governo português conhecimento prévio de importantes decisões políticas de outros governos, o que foi extremamente vantajoso para a própria tomada de decisão de D. João V na solução de contenciosos entre Portugal e outras cortes.

Entretanto, quanto mais revelava competência e probidade mais despertava a reação de quantos não se conformavam com os privilégios que auferia do monarca.

Fundador da Academia Real de História coube-lhe escrever a História do Bispado do Porto, tarefa à qual se dedicou com verdadeiro espírito de pesquisa. Mas enquanto se dedicava a esse mister, foi progressivamente solapado pela ação destruidora de áulicos e de invejosos.

Tão bem engendrada foi a campanha de difamação, que os membros da Academia, na última reunião de 1724, fingindo ignorar sua morte vinte dias antes, não só deixaram de lhe prestar as honras fúnebres de praxe, como decidiram hipocritamente ocupar a sua cadeira, considerada vaga

em virtude de ter expirado o prazo de ausência consignado pelos estatutos.

Na realidade, perseguido pelo Tribunal de Inquisição, ia Bartolomeu de Gusmão ser preso a 26 de setembro de 1724, culminando em processo de calúnia e intrigas contra ele preparado por seus opositores. Antecipando-se a esse evento, fugiu com seu jovem irmão, João de Santa Maria, religioso carmelita de vinte e um anos.

Inicialmente pretendia atingir Paris, via Madri, mas o seu precário estado de saúde fê-lo interromper a viagem em Toledo, onde faleceu a 19 de novembro de 1724, no Hospital da Misericórdia. Perdido de tudo, até da própria vida, vislumbrou ali o seu último raio de luz, e tão indigente quanto anônimo, foi sepultado às expensas piedosas da Misericórdia na igreja de San Roman daquela cidade, que cristamente lhe deu a absolvição da Paz Eterna na lisura pacífica de uma tumba coletiva. Tinha trinta e nove anos de idade.

Terminava, assim, uma vida plena de realizações, extremamente avançadas para a sua época e o entendimento de seus contemporâneos.

Detentor incontestado da primazia aerostática, Bartolomeu de Gusmão foi, também, na feliz expressão de Taunay, o primeiro inventor americano.

Neste ano em que comemoramos

o tricentenário da experiência aerostática realizada pelo ilustre inventor brasileiro, rendemos justa homenagem a um homem cuja vida foi um eterno sonhar e sua magnífica obra o doce despertar para a materialização de ideias benfazejas.

Pela dimensão de sua vida, pela preciosidade de seu exemplo, pela grandeza de suas lições e por suas brilhantes realizações, Bartolomeu de Gusmão tornou-se um gênio inspirador que paira sobre a Pátria inteira, extrapolando dos contornos de sua vida científica e sacerdotal, para fazer-se credor de título mais amplo e mais proporcional à grandeza e à multiplicidade de sua edificante vida: “Pai da Aerostação”.



# A Conquista e a Ocupação da Guiana.

## 1. Palavras iniciais.

Nilson Vieira Ferreira de Mello\*

O tema da nossa palestra recorda episódio singular das relações França-Brasil pouco conhecido do público em geral. Não são muitas as pessoas comuns que sabem que tropas luso-brasileiras, ao tempo da instalação da corte e do governo de Portugal no Brasil, invadiram a Guiana Francesa, numa surpreendentemente bem sucedida operação de guerra, e lá permaneceram por quase nove anos. Afinal, a Guiana era parte do poderoso império napoleônico, cujos exércitos aguerridos derrubavam tronos por toda a Europa. Embora, do ponto de vista da história militar, as forças em presença e a duração das operações tenham sido pouco expressivas, há aspectos importantes que estão a merecer atenção dos formuladores da doutrina militar brasileira. Refiro-me às peculiaridades do teatro de operações amazônico, onde as grandes distâncias, a floresta e o solo fartamente irrigado naturalmente indicam operações combinadas das forças armadas. E o episódio histórico que nos

ocupa foi, justamente, uma operação combinada de forças terrestres e navais, embora em outro tempo e com outros meios.

Pretendo, todavia, abordar o tema de forma ampla, situando-o no quadro da época, e dele tirando as conseqüências para o nosso país.

## 2. Antecedentes históricos.

Ultrapassada a Idade Média o mundo ocidental redescobria as idéias dos grandes filósofos da Idade Clássica, mesclando-as com as dos enciclopedistas e pensadores contemporâneos. A Renascença estimulava a ampliação do saber humano, enquanto as grandes navegações e descobrimentos alargavam fisicamente o mundo então conhecido.

No campo das idéias políticas soprava leve aragem libertária que iria culminar com o vendaval da Revolução Francesa. Não obstante, a religião continuava sendo um dos pilares da sociedade e as monarquias absolutas escoravam-se no dogma do direito divino dos soberanos.

\* O autor é Coronel de Cavalaria e Estado Maior, Sócio Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, e pertence ao Conselho Editorial da Biblioteca do Exército.

Na Europa, quase totalmente cristianizada, mas onde já penetrara a expansão mulçumana, considerava-se o Papa a autoridade moral e espiritual máxima. A Santa Sé tinha enorme ascendência sobre os monarcas europeus, todos católicos e defensores da fé cristã, situação que só iria se alterar parcialmente com a Reforma protestante.

No campo das relações econômicas e civis as populações rurais européias, às vésperas da Revolução Francesa, viviam ainda em condições muito próximas daquelas do regime feudal. Em Portugal, essas condições eram talvez piores, mas o pequeno país, debruçado sobre o Atlântico, iria ter seu brilhante momento com a epopéia daqueles que, “... em perigos e guerras esforçados...” construíram um imenso império.

As elites intelectuais urbanas européias ansiavam por modelos políticos mais abertos, mais sensíveis às condições do homem comum e menos protetores dos privilégios das monarquias absolutas. A nobreza havia procurado justificar sua ascendência política e social pela observância, desde a Idade Média, de um código de honra cujos princípios morais e éticos, sintetizados pela expressão noblesse oblige, a elevava e dis-

tinguia. As tradições cavaleirescas feudais de honra e de desprezo pelas considerações subalternas de lucro, que haviam sido mantidas durante séculos, vinham sendo abaladas por comportamentos desregrados de membros da nobreza e do clero que desmentiam aquelas tradições. A vitória das colônias da América do Norte sobre a velha e orgulhosa Inglaterra e a Declaração da Independência dos Estados Unidos, trouxeram novas esperanças aos liberais da Europa.

Na França, a agitação renovadora seguia entusiasmando os intelectuais europeus, até quando Luís XVI, obrigado, convocou os Estados Gerais. Vicente de Souza Coutinho, representante de Lisboa em Paris, enviou carta ao seu governo enaltecendo o novo regime. Logo, porém, esse entusiasmo iria transformar-se em séria preocupação. A agitação das massas populares, que ocorria na França, determinou a tomada de providências pelas monarquias hereditárias para evitar o contágio das populações de seus países. Na Espanha e em Portugal, chegou-se mesmo a restaurar o ominoso tribunal da Inquisição para julgar a heresia de se negar aos governantes o favor divino.

Na medida em que o processo revolucionário prosseguia e se



aprofundava no país líderes do mundo latinos até mesmo os mais otimistas, como o mencionado Vicente Coutinho, mudavam de ânimo. Em Paris, as cabeças coroadas de um rei e de uma rainha rolaram por terra, fato inacreditável na velha Europa (apesar de que, anteriormente, tinha havido a execução do rei Carlos I, da Inglaterra, durante a revolução de Cromwell, 1642-1649). A monarquia hereditária, tragicamente derrubada na França, foi substituída por uma república proclamada pela assembleia revolucionária. Seguiu-se o Terror, que manchou de sangue os mais generosos propósitos e calou muitos dos que, na jornada gloriosa do 14 de julho, clamavam por liberdade, igualdade e fraternidade.

A Europa estremeceu horrorizada. Todas as monarquias romperam com a França, inclusive a Inglaterra cuja insularidade a protegia dos acontecimentos continentais. Portugal coloca a sua esquadra sob as ordens de Londres e envia uma divisão auxiliadora para participar, juntamente com o exército espanhol, da invasão da França. A campanha do Roussillon (1793) termina em desastre para os dois reinos ibéricos.

Na França, arrefece o ânimo revolucionário, dissolve-se a Con-

venção e constitui-se o Diretório. Armava-se o cenário para a grande epopéia napoleônica. Bonaparte parte para a Itália e inicia sua extraordinária caminhada para o poder e a glória. Revelando todo o seu gênio militar em brilhante campanha, evidencia também qualidades de estadista, ao negociar e assinar tratados com chefes de estado, a despeito da sua pouca idade.

### **3. A emigração da família real portuguesa para o Brasil.**

Ao tempo da Revolução Francesa, reinava em Portugal D. Maria I, costumeiramente chamada de D. Maria Louca. A morte do seu primogênito, D. José, e as notícias intranquilizadoras do que ocorria na França tiveram efeito arrasador na mente frágil da soberana. Tornada incapaz para governar, assumiu as responsabilidades governamentais seu segundo filho, D. João, na qualidade de Regente do Reino. Aos 23 anos de idade, não tendo sido preparado para reinar, chegava ao poder quando, na França, Luis XVI era encarcerado e a Assembleia Nacional declarava extinta a monarquia. Príncipe criado na convicção do direito divino iria ter que enfrentar o turbilhão que se abatera sobre a Europa com seu

temperamento bonachão e irresoluto, mas ao qual não faltava sagacidade e insuspeitada inteligência.

Em 1804, Bonaparte se faz imperador dos franceses. Em campanhas brilhantes, derruba soberanos e distribui tronos entre parentes e generais. Somente a Inglaterra, protegida em sua ilha por aguerrida esquadra, a ele resistia. Napoleão precisava submeter o governo de Londres para alcançar seu propósito de criar uma espécie de confederação européia. Desesperançado de derrotar a velha Albion em sua Ilha, decidiu vencê-la pela asfixia econômica. E de Berlim, aonde chegara ao fim de uma de suas mais fulgurantes campanhas, decreta o bloqueio continental à inflexível Grã-Bretanha.

Submetida a Espanha, Portugal ficou exposto à hostilidade francesa. Logo o embaixador de Napoleão em Lisboa entregava ao governo português suas exigências: a) declarar guerra aos ingleses; b) fechar os portos do reino e das colônias ao comércio britânico; c) colocar seus navios sob o comando da esquadra francesa e, d) finalmente, seqüestrar as propriedades e prender todos os súditos britânicos, residentes ou de passagem por Portugal. Condições tão draconianas jamais poderiam ser acei-

tas sem grave humilhação. Eram apenas pretextos para justificar a invasão do pequeno reino e a extinção da Casa de Bragança.

Diante de situação tão aflitiva, com as tropas de Junot já marchando na Espanha a caminho de Portugal, D. João desarquivou velho projeto, nascido ao tempo de Martin Afonso de Souza e de D. João III, de estabelecer no Brasil a sede da monarquia portuguesa. A idéia recorrente de criar na América o centro de um grande império passou a ser um projeto de Estado, lembrado em momentos difíceis.

O Príncipe Regente procrastinou o quanto pôde o momento da partida, seja por natural irresolução ou seja por argúcia, na esperança de que as coisas se ajeitassem por si mesmas. Essa tendência de deixar os problemas seguirem o seu curso até desembocarem numa solução aceitável fazia parte do seu estilo, assim como a de dividir para governar.

Comemorou-se, no ano passado, o bicentenário da emigração da corte e do governo português para o Brasil. Publicações de toda ordem lembraram esse importante acontecimento, narrando detalhes da desconfortável travessia do Atlântico, sob escolta da esquadra inglesa do almirante Sidney Smith. Os desconfortos da longa viagem



talvez tenham tornado mais aguda, na mente do Príncipe Regente, a percepção do motivo que o fez submeter-se a tão dura prova, pois mal desembarcara no Rio de Janeiro, foi logo declarando guerra à França. Em longo manifesto às nações da Europa, datado de 1º de maio de 1808, D. João explica as causas da sua atitude bélica e diz que “levantando a voz do seio do novo império que vai fundar, protesta... que não deporá as armas senão de acordo com seu amigo e fiel aliado, Sua Majestade Britânica...”. E passando das palavras aos atos, determina ao Governador do Pará que organize uma força militar para invadir a Guiana Francesa.

Pedro Calmon, ilustre historiador que empresta o seu nome a esta sala, diz no seu livro “O Rei do Brasil”: *“Nenhum rei europeu pensara em mudar-se com a corte, o tesouro, os arquivos, o séqüito, dezenas de mil pessoas, para o outro lado do oceano. A resolução do príncipe regente foi espantosa – e os governos continentais só se aperceberam dela quando já a esquadra luso-inglesa viajava para o ocidente abarrotada com as bagagens de uma monarquia”*. Logo a seguir, acrescenta: *“O golpe foi magistral. Nenhum dos parceiros que jogaram com Napoleão*

*os destinos do mundo vibrara tão inesperada cartada. Pela segunda vez – depois de Trafalgar – o oceano venceu o imperador”*.

#### **4. A invasão e a ocupação.**

Na medida em que a portentosa aventura das grandes navegações abria rotas e descobria novas terras para as coroas de Portugal e Espanha, outras potências europeias, notadamente França, Inglaterra e Holanda, mobilizavam-se para participar desse mundo em franca expansão.

Descoberta a América por Colombo, navegador genovês a serviço de Castela, os “Reis Católicos” apelaram ao Papa para reconhecer como deles aquelas terras e as que seus marinheiros viessem a descobrir. Fernando, de Aragão, e Isabel, de Castela, embora casados, eram cada qual soberano de seu respectivo país. Não eram, portanto, rei e rainha da Espanha. Esses reinos unidos, mas não amalgamados, constituem exemplo único na História de estados formando uma diarquia. O Papa era o espanhol Alexandre VI, nascido Rodrigo Bórgia, que teve vários filhos com mais de uma amante, entre os quais Lucrécia e César Bórgia, ambos famosos por seus escândalos e crueldade. Alexandre VI prontamente atendeu o pedido dos “Reis

Católicos”, expedindo as chamadas *Bulas Alexandrinas*, duas das quais, conhecidas como “*Inter-cætera*” (maio de 1493), estabeleciam como limite das descobertas portuguesas e espanholas um meridiano que passava a determinado número de léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, sem precisar a partir de qual delas deveria ser contado o referido afastamento. As negociações entre as coroas ibéricas iriam desembocar no Tratado de Tordesilhas (1494), que confirmou a divisão do mundo novo entre Portugal e Espanha, divisão essa jamais aceita por outros monarcas europeus. É conhecida a frase de Francisco I, de França, de que não vira o testamento de Adão dividindo o mundo entre aqueles dois países. Há documentos que registram a presença de navegadores franceses no Brasil antes mesmo de Cabral. O ilustre membro deste Instituto e meu particular amigo, embaixador Vasco Mariz, conta em seu esplêndido livro “*Ensaio Histórico*” que “*Estaria comprovado em França que navegadores franceses freqüentavam as costas brasileiras desde o final do século XV. Jean Cousin teria descoberto a foz do rio Amazonas em 1488*”.

O interesse dos franceses por esta parte do continente é, pois,

muito antigo. Além de percorrerem a costa para negociar com os índios a coleta do pau brasil, realizaram, também, tentativas de colonização. Em 1555, Villegaignon fundou, na Baía da Guanabara, a França Antártica; em 1604, os franceses, chefiados por Daniel de la Touche, exploraram a costa norte do Brasil e fundaram no Maranhão a França Equinocial, todas de efêmera duração.

Quando, em 1580, o rei Filipe II de Espanha passou a ser também rei de Portugal, formando a União Ibérica, criaram-se condições favoráveis à expansão dos portugueses às expensas das colônias hispano-americanas. Na Amazônia, os franceses também procuravam expandir-se criando, em 1626, um pequeno núcleo populacional às margens do Rio Sinamari, transferido para Caiena em 1634. Mas a posse francesa da incipiente colônia logo passou a ser disputada por holandeses e ingleses. Em 1656 os holandeses ocuparam Caiena e lá permaneceram até 1664, quando os franceses a retomaram. Em 1667, os ingleses expulsaram os franceses até serem novamente expulsos pelos franceses, em 1674. Afinal, em 1676, o almirante conde d’Estrées a retomou definitivamente para os franceses.



Com a Restauração (1640), Portugal volta a sua atenção para a necessidade de fixar os limites de sua colônia na América, expandidos para muito além do meridiano de Tordesilhas. Os franceses procuravam sempre se aproximar da foz do Amazonas, de forma a assegurar direito de livre navegação no grande rio. Numerosas discussões entre Lisboa e Paris ocorreram, até que o Tratado de Utrecht (1713) estabeleceu que a linha divisória passava pelo rio Vicente Pinzon ou Oiapoque, conhecido com este nome desde 1596. Não obstante, os franceses persistiram na sua pretensão de chegar o mais próximo possível da margem norte do Amazonas. Com este propósito estabeleceram postos e missões religiosas próximos a rios cada vez mais para o sul, chegando até o Araguari. Para contrapor-se a esse movimento, o governador do Grão-Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho, irmão do ministro de Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho (mais tarde conde de Linhares), mandou fazer um reconhecimento até o Oiapoque, em 1791, do qual resultou a fundação de diversas povoações luso-brasileiras entre esse rio e o Amazonas. Mas os franceses persistiram em contestar o limite reconhecido no Tratado de Utrecht,

“descobrimo” mais de um rio Vicente Pinzon. Criava-se, assim, um território contestado que se tornou gritantemente visível às autoridades portuguesas com a instalação da corte no Rio de Janeiro. Antes, em 1801, o ministro Coutinho, em carta ao príncipe regente, já alertara quanto ao interesse de Napoleão em transformar a Guiana em poderosa colônia, o que poderia pôr em risco não apenas a posição de Belém como o mais importante centro comercial da região, mas até a soberania portuguesa no norte do Brasil. Com a declaração de guerra à França, ficava D. João com o inimigo às portas, levando-o a ordenar a conquista da Guiana para conjurar aquela ameaça, ao mesmo tempo em que servia de desforra pela invasão de Portugal.

A tarefa de organizar a operação bélica coube ao capitão-geral e governador do Grão-Pará José Narciso de Menezes. Militar de formação, Narciso constituiu o núcleo da força expedicionária com duas companhias de granadeiros dos 1º e 3º regimentos de linha, duas companhias de caçadores dos mesmos regimentos (o 3º regimento era o Regimento de Estremoz) e uma bateria de artilharia com três peças de seis polegadas. Completou essa tropa com o recrutamento

de índios e colonos estabelecidos na Ilha de Marajó.

A maioria dos oficiais designados para enquadrar a força expedicionária era de brasileiros, exceto o seu comandante, o tenente-coronel Manuel Marques. Natural da província da Beira, era um oficial honesto, bravo e afável, apreciado pelos seus comandados. Distinguiu-se na defesa da praça de Elvas durante a campanha de 1801 contra os espanhóis (Guerra da Laranja), sendo por isso promovido de capitão a tenente-coronel e transferido para a Amazônia. Era, portanto, um oficial superior de promoção recente, sem muita experiência no relacionamento com altas autoridades governamentais.

A força organizada em Belém do Pará, com cerca de 450 homens seria o grupamento de vanguarda, pois havia a previsão de reforçá-la com mais pessoal e outros meios, inclusive navais. A distância a percorrer, cerca de 800 km por terreno acidentado, tornava impossível a marcha terrestre da expedição. Havia necessidade de transporte marítimo, mas embora houvesse em Belém um número enorme de canoas e outras embarcações fluviais, elas não eram adequadas para enfrentar o mar aberto. O governador conseguiu, afinal, reunir uma escuna e

dois cúteres, estes utilizados pelos práticos do delta do Amazonas. A essas embarcações foram adicionadas mais duas canhoneiras do exército, suficientemente sólidas para resistir às ondas do mar aberto, e uma outra de um comerciante de Belém, nas quais foram montadas peças de artilharia de posição. Toda a tropa foi embarcada nessa precária frota que partiu rumo a Chaves, contornando por fora a Ilha de Marajó. Nessa localidade, onde estacionava o regimento de Macapá, embarcou um contingente de “voluntários”, arrebanhados entre os colonos e índios das imediações.

3 de outubro, aportou em Belém um navio de guerra inglês, a escuna *Confiance*, da esquadra do almirante Sidney Smith, que se encontrava fundeada na Guanabara desde a viagem da Corte para o Brasil. O governador Narciso e o jovem comandante (ainda não completara 29 anos de idade) James Lucas Yeo, sobrinho do almirante Smith, entabularam negociações sobre a participação da escuna inglesa na campanha da Guiana. Neste ponto, os autores divergem. Para uns, a arribada da *Confiance* a Belém fora fortuita: a missão de Yeo era percorrer a costa da Guiana, capturar o maior número possível de corsários franceses e chegar a



Caiena para negociar com as autoridades locais a troca de um prisioneiro inglês, capturado na costa do Senegal. Para outros, já havia sido estabelecida a participação inglesa na operação militar no quadro da aliança contra o inimigo comum, a França napoleônica. Curiosamente, a *Confiance*, nome obviamente francês, era um antigo barco corsário de Bordéus que os britânicos haviam capturado nas costas da província espanhola da Galícia.

Dessas negociações resultou um acordo segundo o qual a escuna inglesa participaria da campanha e o capitão Yeo seria nomeado por Narciso comandante das operações navais. O tenente-coronel Marques ficaria no comando apenas das operações terrestres, não havendo, portanto, um comando superior para coordená-los.

Narciso esperava a chegada de dois navios de guerra portugueses, os brigues *Voador*, que integrara a frota que trouxera D. João para o Brasil, e o *Infante D. Pedro*, este comandado por Luís da Cunha Moreira. Esses navios, que traziam do Rio de Janeiro uma tropa de fuzileiros navais, então chamados fuzileiros-marinheiros, partiram de Belém a 22 de outubro, integrando a esquadra de Yeo. A frota de Marques, mais ao norte, saiu de Chaves a 24 do mesmo mês. O *ren-*

*dez vous* combinado era a foz do Rio Cassiporé, não muito distante do Cabo Orange. Nos dias 29 e 30 de novembro, após algumas perdas sofridas em alto-mar, as duas frotas estavam reunidas no ponto de encontro. Nelas estavam amontoados cerca de 800 combatentes e mais o destacamento de fuzileiros navais, embarcado na Corte.

Em Caiena, o comissário do imperador na Guiana, Victor Hugues, soube por informações que em Belém se preparava o ataque à colônia. Contava para a defesa com 511 militares profissionais, 200 milicianos e uma centena de escravos armados. Ao todo, em torno de 900 homens.

A frota anglo-portuguesa chegou à foz do Oiapoque a 1º de dezembro, quando Yeo e Marques se conheceram e este ficou sabendo que o inglês comandava a força naval, portanto em igualdade de condições com ele. Esses dois homens eram em tudo diferentes. Yeo, protegido do almirante Sidney Smith, era um guerreiro jovem, brutal e ambicioso, sempre preocupado em enriquecer com os despojos de guerra; Marques, oficial competente, mas tímido e sem padrinho, temia desagradar seu superior, o temido general Narciso, capitão-mor e governador. Enquanto Marques

era querido pelos seus soldados, os marujos portugueses detestavam o comandante inglês, que Cunha Moreira considerava um pirata de conduta escandalosa. Nessa ocasião, Marques recebeu de Narciso a sugestão de libertar os escravos da Guiana e incorporá-los à sua tropa, acrescentando que “... *vós devereis, por todos os meios possíveis, fazer saber aos homens de cor ... que se eles desejarem abandonar essa colônia e gozar de total liberdade, sob a proteção do Príncipe Regente de Portugal, eu mesmo, em seu Nome, lhe ofereço e asseguro*”. Foi, também, informado pelo major Palmeirim, que comandava os reforços trazidos pelos brigues portugueses, que a tomada de Caiena era o objetivo final da operação. Mandou, então, desembarcar apenas parte da sua tropa para guarnecer a margem direita do Oiapoque e ali assinalar a linha de fronteira. A reafirmação de posse fez-se com solenidade: hasteamento da bandeira, salvas de artilharia e juramento de fidelidade ao príncipe regente, prestado por colonos franceses que lá se achavam sob a chefia de um administrador regional.

Victor Hugues não tinha meios para defender todos os pontos estratégicos no caminho para Cai-

na. Porém a foz do Rio Apruague, onde havia uma antiga missão jesuítica, precisava ser defendida porque de lá partiam duas vias de acesso terrestres para a capital. A região tinha valor econômico, pois nela havia plantações de cana-de-açúcar, trabalhadas por 1500 habitantes locais, dos quais 1300 eram escravos. O comissário imperial não confiava na lealdade dos escravos que, em 1790, haviam promovido sangrentas revoltas no Haiti. Mandou, pois, evacuar a região e enviou o tenente Sirdey, com 30 homens, para defendê-la. Curiosamente, o auxiliar direto de Sirdey chamava-se Pelé. (pronunciava-se Pelê, em francês).

A 14 de dezembro, Yeo deixou o Oiapoque, rumou com a sua frota para o Apruague e intimou os defensores a se renderem. Não sendo de pronto atendido, mandou seu imediato Mulcaster desembarcar com 30 ingleses e 20 fuzileiros comandados por Cunha Moreira. Esta foi a primeira ação de combate dos fuzileiros navais no Brasil, cujo bicentenário a Marinha comemorou em 2008. Saliente-se que o bravo Cunha Moreira, que viria a ser o 1º ministro da Marinha do Brasil independente, foi ferido no rosto por uma cutilada de sabre. Ao anoitecer, os atacantes haviam ex-



pulsado os defensores da posição. Marques ainda permaneceu no Oiapoque por mais alguns dias, à espera do reforço de 400 homens que lhe fora prometido. Narciso recomendara-lhe que não atacasse sem a chegada desses homens que ele chamava de terceira expedição. Afinal, dobrou-se à insistência do comandante inglês e partiu para o Apruague, aonde chegou a 23 de dezembro. Reunida toda a força, ambos os comandantes passaram a planejar a ação sobre Caiena. Foi então que Hugues descobriu a participação britânica na operação e a presença da poderosa fragata *Confiance*. Contudo, achou que a belonave britânica não poderia se aproximar de Caiena, situada numa ilha de difícil abordagem devido às fortes marés e à inconstância dos ventos. Concluiu, portanto, que o ataque viria pelo lado de terra e, para detê-lo, bastaria barrá-lo no canal que separa a ilha do continente. Até aquele momento, o comissário imperial nada fizera para defender Caiena; até mesmo a muralha que separava a cidade da região alagadiça ele mandara demolir para, segundo seus opositores, aproveitar as pedras na construção da sua própria casa.

Seguiram-se incursões e combates, inclusive noturnos, que me dis-

penso de detalhar por ser assunto mais do interesse de profissionais das armas e de estudiosos de História Militar do que de um auditório ilustre e eclético como este que me honra com a sua audiência. O fato é que, vencido em combate e cercado em Caiena, porém ainda dispondo de força para resistir, Victor Hugues convocou seus auxiliares imediatos na manhã de 10 de janeiro de 2009 e comunicou-lhes que recebera um abaixo-assinado dos moradores pedindo-lhe para capitular (só não lhes disse que ele próprio havia estimulado a elaboração desse documento). O argumento para cessar a luta era que os atacantes estavam saqueando e incendiando as propriedades, em particular os comandados do capitão inglês, predador naval que encarava a luta como uma forma de aumentar seu cabedal. Às 14,00 horas desse mesmo dia, Hugues recebeu a notícia de que dois parlamentares haviam atravessado a linha de contacto e estavam sendo conduzidos para a capital. Os dois emissários eram o já mencionado imediato do capitão Yeo, Mulcaster, e o português Miqueles, que falava francês. No trajeto para Caiena, Mulcaster adoeceu. Miqueles mandou então a Hugues uma mensagem propondo que se encontrassem, mas o comissário francês recusou, exigindo a presença dos

comandantes das forças aliadas. Com esse gesto de arrogância, atitude que iria adotar durante toda a negociação, Hugues pretendia intimidar os vencedores. Assim, o que era para ser uma simples rendição, transformou-se numa longa negociação, iniciada a 11 de janeiro numa casa situada entre as posições dos adversários. O comissário imperial temia o capitão inglês, súdito de um inimigo implacável que tinha nas Antilhas a poderosa esquadra do almirante Cochrane (que mais tarde, diga-se de passagem, iria prestar bons serviços à nascente Marinha do Brasil independente). Pensava ser temerário esperar os reforços prometidos por Paris, e via os portugueses como aqueles que poderiam, nas circunstâncias, protegê-lo dos ingleses. Temia, sobretudo, a ira de Napoleão, sempre cioso da honra nacional, e que iria esmiuçar seus atos administrativos, nem sempre irrepreensíveis.

Na primeira reunião do dia 11, Hugues tomou conhecimento dos termos da mensagem que ele recusara receber. Eram surpreendentemente conciliatórios e propunham uma acomodação amigável e honrosa como as que “*caracterizam a nação portuguesa*”. Isto fortaleceu o ânimo do comissário, que percebeu a pressa dos aliados em acabar com as operações militares. Com efeito, James Yeo, que já ar-

recadara tudo o que pudera, estava ansioso para retornar ao Rio de Janeiro. Por sua vez, Marques não tinha experiência em negociação e não recebera instrução específica sobre como proceder. Bom militar preocupava-se com seus soldados, sujeitos a doenças e desconfortos por falta de suprimentos adequados. Homem simples e provinciano ficara impressionado com a arrogância de Hugues, súdito de Napoleão que ele, como soldado, certamente admirava. A questão da libertação dos escravos revelou-se delicada, pois deixava o comandante português, representante de uma monarquia escravocrata, em situação desconfortável. Hugues disto se apercebeu e procurou tirar partido, levando Marques a assinar um documento no qual admitia haver recebido instruções para libertar os escravos da Guiana, sob garantia de D. João. Assim que tomou conhecimento dos termos da capitulação, Narciso ficou furioso, assim como o governo no Rio de Janeiro, por haver ele implicado o nome do Príncipe Regente sem autorização, e mais grave ainda, contra as convicções da Casa de Bragança. Yeo também seria censurado pelo seu governo por assinar um documento que tacitamente reconhecia a legitimidade de Na-



poleão como imperador, jamais admitida por Londres.

A carta de capitulação continha um preâmbulo e 16 cláusulas, algumas rotineiras, como a que garantia as honras militares de praxe aos derrotados, e outras absolutamente surpreendentes. No preâmbulo, o comissário imperial joga habilmente com a pressa dos aliados em encerrar o episódio e manifesta arrogância ao afirmar que se rendia menos à força do que à tática do inimigo de libertar os escravos e incendiar as propriedades (Hugues era o maior proprietário local). Mas, a mais chocante era a cláusula XI que mantinha o Código Napoleônico em vigor até a assinatura do tratado de paz entre França e Portugal. Percebe-se que o comissário francês contava com a vitória final de Napoleão, enquanto o governo português, ao contrário, acreditava na sua derrota e pretendia apenas ter uma moeda de troca nas negociações de paz. Obviamente, havia também o desejo de retaliação pela invasão do território peninsular e o restabelecimento da fronteira como definido no Tratado de Utrecht.

Embora o termo de posse da Guiana pelos portugueses tenha sido assinado em janeiro de 1809, ela jamais foi declarada oficial-

mente parte integrante do território brasileiro. Até 8 de novembro de 1817, quando foi devolvida à França, ela foi administrada por governadores nomeados pelo governo português (um provisório, o próprio Marques, e mais três efetivos). A administração portuguesa, em geral, foi bem acolhida pelos guianenses, destacando-se a de João Severiano Maciel da Costa, mais tarde ministro, presidente da Assembléia Constituinte (1823-1824) e presidente da província da Bahia, agraciado com o título de Marquês de Queluz.

## **5. Palavras finais.**

A queda de Napoleão, em 1815, reabriu as negociações em torno da Guiana. Como previram estadistas portugueses, sua devolução serviu de moeda de troca nas negociações diplomáticas que culminaram no Congresso de Viena.

Após o retorno da monarquia em França, perdera todo sentido reter a longínqua colônia sob administração lusitana. O reconhecimento do Conde de Provença como rei Luís XVIII encerrava o antagonismo lusitano, que sempre fora com o império napoleônico, nunca com a França. Saliente-se que o príncipe Bourbon, irmão do infeliz Luís

XVI, era amigo de D. João que o socorrera quando, derrubado do trono nos “Cem Dias”, perambulava pela Europa sem poder e sem pecúnia. Voltava aos portugueses a velha admiração pelo brilho e pujança da cultura francesa, da qual nós, brasileiros, comungamos.

Em Viena, Lisboa não obteve tudo o que queria, mas obteve muito, não apenas em razão da habilidade diplomática dos seus representantes como também da generosa distribuição do ouro do Brasil entre os congressistas. Em suma, não obteve a devolução de Olivença, perdida para a Espanha na “Guerra da Laranja” (1801), mas conseguiu o reconhecimento da situação anterior às campanhas napoleônicas, vale dizer, a manutenção da Cisplatina no sul e o limite com a Guiana no norte, como ficara acordado no Tratado de Utrecht. Conseqüência importante para o Brasil foi a sua elevação a reino independente em 1816, verdadeira emancipação jurídica do nosso país, embora ligado a Portugal e Algarves, nos moldes do reino britânico.

A devolução da Guiana não se deu imediatamente após o Congresso de Viena. Em agosto de 1817, o governo português comprometeu-se a restituí-la até o Rio Oiapoque, nos termos do Tratado de Utrecht.

Em novembro desse mesmo ano, Maciel da Costa passou o governo ao novo governador francês, Jean François Saint-Cyr, que se disse surpreso ao constatar que seus patrícios vertiam “... *lágrimas de saudade pela dominação anterior*”.

As questões de limites não foram resolvidas no Império e, na Primeira República, ainda ocorreram conflitos como a invasão do Amapá em 1895. Em 1897, o Brasil submeteu à Comissão de Arbitragem, em Genebra, a pendência franco-brasileira sobre o limite no Oiapoque. A posição brasileira foi defendida por Rio Branco, que apresentou volumoso e bem fundamentado memorial, com base no qual o presidente da Confederação Helvética expediu, a de 1º de maio de 1900, o laudo arbitral favorável ao nosso país.

Ficava, assim, juridicamente apresentada a posse pelo Brasil do território que hoje constitui o estado do Amapá. Além do seu valor estratégico, é rico em minérios, particularmente manganês, para cuja exploração construiu-se uma ferrovia e um porto. A fixação da fronteira no Oiapoque livrou-nos de conflitos que poderiam ocorrer, caso o delta do Amazonas viesse a ser partilhado com outras potências.

Antes de pôr um ponto final nesta palestra, que já vai longa,



cedo à tentação de tecer alguns comentários sobre Napoleão. Afinal, foi a impossibilidade de vencer a Inglaterra por meios militares que o levou a decretar o bloqueio continental, origem do caso histórico que examinamos.

Causa assombro o fato de o retraído bolsista pobre de Brienne ter-se transformado, em pouco mais de uma década, no poderoso Imperador dos Franceses. Egresso de um movimento republicano revolucionário erigiu um trono com suas vitórias militares do alto do qual reinou sobre a Europa. Estadista cogitou fundar uma confederação de países europeus, antecipando-se em dois séculos à realidade da União Européia. Administrador reformou as estruturas educacionais, legais e jurídicas do seu país, ainda visíveis na França de hoje.

Mas, não se pode esquecer os três milhões de seres humanos de várias nacionalidades cujos corpos pavimentaram as estradas percorridas pelos seus exércitos, um dos quais determinou a emigração da corte portuguesa para o Brasil, gerando as condições para apressar a nossa independência.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU E LIMA, J.I. Compêndio da HISTÓRIA DO BRASIL..Casa Editora Laemmert. Rio de Janeiro,1843.

- CALMON, Pedro. O Rei do Brasil. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1935.
- CALÓGERAS, João Pandiá. Formação Histórica do Brasil.BIBLIEX. Rio de Janeiro, 1957.
- LYRA TAVARES, Aurélio. Régards sur Cinq Siècles France – Brésil .Éditions °C.I.. Paris, 1973.
- MACEDO SOARES, José Carlos de. Fronteiras do Brasil no Regime Colonial. Comemoração do 1º centenário do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro. José Olímpio editor. Rio, 1939.
- MARIZ, Vasco – Ensaio Históricos. Barléu Edições Ltda. Rio de Janeiro, 2004.
- Temas de Política Internacional. Topbooks. Rio de Janeiro, 2008.
- NOGUEIRA DA SILVA, Paulo Napoleão. Crônica de D. João VI. BIBLIEx. Rio de Janeiro, 2005.
- ROCHA POMBO. História do Brasil. Edições Melhoramentos. São Paulo, 1960.
- SOUBLIN, Jean. Cayenne 1809. Éditions Karthale. Paris, 2003.
- VIANNA, Hélio. História Diplomática do Brasil.BIBLIEx. Rio, 1958.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História Geral do Brasil. Edições Melhoramentos. São Paulo, 1978.
- HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Edição do Estado-Maior do Exército. Brasília, 1972.
- O EXÉRCITO NA HISTÓRIA DO BRASIL. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro e Odebrecht, Salvador (Ba). 1988.

# “A Cooperação Militar entre a França e o Brasil”

Jonas de Moraes Correia Neto\*

## 1. Evocação

Nos últimos arrancos da 2ª Guerra Mundial, um fato muito significativo para nós, que estamos neste encontro cordial e cultural, ocorria lá nos Alpes Graios.

Na cidadezinha de Susa, num outro tipo de encontro, também cordial, uma patrulha reforçada do 1º Btl do 11º Reg de Inf, da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, do Brasil, fazia ligação com a 27ª Divisão de Infantaria Alpina, da França. (N. 01)

Era 02 de maio de 1945. Brasileiros e franceses apertavam as mãos, vencedores na guerra (que findaria naquela tarde, no Teatro de Operações italiano, com a rendição incondicional das forças do Eixo).

Um quarto de século antes, fora o começo, no Brasil, de um próspero período de aperfeiçoamento do Exército Brasileiro, sob a direta, ampla e competente orientação de militares franceses.

## 2. Preliminares

Quando terminou a Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai

(nov 1864 – março 1870), foram sendo progressivamente desmobilizadas as forças brasileiras (então Exército e Marinha) – (N. 02)

Elas haviam retornado do Paraguai engalanadas com as honras de muitas e importantes vitórias e de muitos sofrimentos. Também traziam, na bagagem acumulada, uma larga experiência, juntada através de práticas constantes, de vários reveses, de muitos sucessos instrutivos.

Como em todo pós-guerra. Entretanto, por motivos políticos e ideológicos, os ex-combatentes não usufruíram da gratidão que o país lhes devia, da atenção que era necessária e justa.

Ao contrário. Apesar do prestígio pessoal gozado pelos comandantes militares, as Forças não recebiam do poder público os recursos de que precisavam, para sua manutenção condigna, sua instrução e seu adestramento, ou seja, para a habilitação ao cumprimento da missão constitucional de defender o país externa-

\* O autor é General de Exército, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sócio Benemérito e membro do Conselho Consultivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



mente (segurança externa), e cooperar para a garantia da aplicação da lei e da manutenção da ordem (segurança interna).

Particularmente o Exército, decorridos alguns anos da cessação do conflito, achava-se em péssimas condições (N. 03)

Efetivos aquém do mínimo, carência de equipamento, armamento e munição, de cavalaria e viaturas de transporte hipomóvel, de fardamento, de quartéis apropriados. Afundado no marasmo que a vida de guarnição favorecia. Os pingues créditos recebidos esgotavam-se numa conservação que remendava incompletamente o que existia e não assegurava boa utilização.

Cessada a euforia inicial da vitória, os militares foram perdendo importância social, sentindo-se discriminados e até mal vistos. Assim tratados, sem horizontes, aos poucos seu desânimo refletiu-se no relaxamento nos deveres da profissão.

Os quadros da oficialidade, esteio de qualquer força armada, começaram a perder élan, ao mesmo passo que se descuidavam da cultura militar, apanágio maior desses quadros.

Tudo isso, que está aqui pintado com cores incisivas, não aconteceu de repente. Na verdade, quase trinta anos de declínio foram

decorrendo, até que o Exército tivesse de se defrontar, sucessivamente, com alguns compromissos legais, que puseram à prova sua capacidade de ação e de recuperação moral e, como corolário, que chamaram a atenção para a problemática militar terrestre.

Nas campanhas da Revolução Federalista, no sul (1893-1895); de Canudos, na Bahia (1896-97); e do Contestado, no sul, (1912-15), por exemplo transpareceram as deficiências. No entanto e felizmente, foram elas superadas, nessas cruentas lutas entre irmãos, por extraordinária disposição para o combate e notável espírito de sacrifício (que registramos serem típicos do Soldado Brasileiro, quando preciso).

Apesar de tudo, tal foi o Exército que apoiou a queda do Império, a proclamação e a consolidação da República.

Nos primeiros anos do século XX, ares de mudança, desejada e possível, principiaram a agitar, cada vez mais fortes, o ambiente militar do país.

Provinham de onde se haveria mesmo de esperar: de oficiais do Exército, conscientes de sua responsabilidade. Diversos chefes militares, dos mais animados e esclarecidos, agiram firmemen-

te em suas áreas, aproveitando-se do aborrecimento geral, mas igualmente do entusiasmo de uma porção de oficiais, que queriam apagar aquele espectro de despreparo e descrédito (N. 04).

Jovens tenentes e capitães, inconformados, progressistas, corajosos, esforçavam-se pela melhoria qualitativa da Força. Particularmente, em torno da revista “A Defesa Nacional”, gravitava um elenco de renovadores, que dela faziam poderosa alavanca escrita (N. 05).

Figuras de renome da imprensa e da política acabaram apercebendo-se da situação e se engajando, decididamente, na campanha pela recuperação profissional do Exército (N. 06).

Afinal, o coro ia aumentando e convencendo. Chegou-se à convicção de que deveria o Brasil buscar, lá fora, quem pudesse melhor nos ajudar a romper os entraves da acomodação e a avançar nos conhecimentos e na capacitação.

### **3. A Missão Militar Francesa**

Não fora fácil superarem-se as querelas e firulas no tocante à vinda de uma missão militar estrangeira, para nos assessorar e ensinar, tirando-nos do atraso.

Questões essenciais umas, irrelevantes outras, foram todas levantadas, utilizadas e remexidas

pelos interesses e opiniões que se debatiam, em uma porção de foros. Em posição central nos debates, o Exército, carente da lufada de modernização pretendida e cômico da sua urgência.

Afinal, entre a Alemanha (vencedora da distante guerra de 1870) e a França, vencedora da Grande Guerra e culturalmente muito mais aproximada do Brasil, optou-se por trazer os franceses.

Afirma um historiador francês atual (nosso amigo Jean Pierre Blay) que “a Missão era necessária ao Brasil, e era essencial para a frágil liderança da França”. Sim, para a França pós-Versalhes, era coisa muito séria, cuja importância estratégica e diplomática se observa na composição inicial da MMF. O Gen Gamelin – seu instalador – era uma das personalidades símbolos da vitória de 1918; seus comandados, um grupo de elite.

A Missão Militar Francesa, que aqui funcionou, conosco e para nós, entre 1920 e 1940, é hoje quase desconhecida. Porém, em certo período axial de nossa História Militar, teve presença e ação destacadas. Todavia, falar da cooperação militar França – Brasil, é falar sobre a MMF.

A Missão era constituída por militares do Exército Francês, na



maioria oficiais superiores, meticulosamente escolhidos pela sua alta chefia para realizar trabalho exigente e importantíssimo no nosso país, sobre o qual pouco sabiam.

Veio a MMF, para cá, no cumprimento de contrato, que possibilitou o intercâmbio cultural – militar Brasil – França, com muito sucesso, durante vinte anos (N. 06).

Foram anos atarefados, afanosos. Houve constante progresso na busca dos fins colimados, com resultados gradualmente mais recompensadores, tanto para os militares franceses, que foram se ambientando e se revezando na Missão, quanto para a instituição Exército Brasileiro.

Via-se, na programação que regulava os primeiros relacionamentos, que os profissionais que compunham a Missão viriam para a revolucionar o estilo, os conhecimentos, a capacidade de ação do nosso Exército. Em linguagem chã, viriam para desestagná-lo. As mudanças introduzidas nele seriam impulsionadoras de notável evolução. Começariam pelas medidas documentais e organizacionais, desde logo estabelecidas e aos poucos postas em execução; e alcançariam, em curto prazo, um efeito primordial ao êxito: a alteração positiva da mentalidade militar brasileira.

O fator preponderante para os bons resultados achar-se-ia nos próprios locais de aplicação dos esforços: a Escola de Estado-Maior e a nova Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Fazendo que a MMF atuasse logo nas escolas mais importantes para o aprimoramento cadenciado do oficialato, do capitão ao coronel, a Força Terrestre confirmava sua intenção reformadora, que também era soerguidora.

Quanto à Escola Militar, o berço da preparação para o oficialato, uma inexplicável decisão fez que, no começo, ficasse fora da ação direta da Missão. Em 1924, corrigiu-se a anomalia; e ao Realengo também acorreram os mestres franceses, dando aos moços alunos um suporte profissional rico em ensinamentos, dos melhores da época, no mundo. (N. 08).

Outras Escolas foram abarcadas, ou criadas, como as – de Aviação Militar (que já vinha funcionando, em moldes próprios, havia algum tempo, com instrutores também franceses), de Intendência, de Administração Militar, de Veterinária. E a Escola de Cavalaria, com o curso “C” – Equitação – baseado na Saumur. Destacava-se paulatinamente, o trabalho da MMF, que transcorreria sempre com muita garra e enorme sucesso.

A partir das Escolas, os conhecimentos, após absorvidos e adequados à realidade brasileira, iam sendo apresentados – pelos assessores da Missão e pelos brasileiros por ela instruídos – aos altos órgãos militares (notadamente o Estado-Maior do Exército), aos Grandes Comandos de Áreas e operacionais e às demais organizações militares, de tropa e de serviços. E a aprendizagem progredia e rendia.

Sob a orientação, a condução, a supervisão (até a direção, em alguns casos) dos oficiais franceses, verificou-se revigorante guinada nas condições de funcionamento do Exército, seja nas atividades-fim, seja nas atividades-meio. Como seria de se esperar. O ensino militar e a administração militar, em todos os níveis, rapidamente deram saltos de qualidade. Foram criados alguns órgãos específicos, para o atendimento das novas recomendações do rol de mudanças; outros órgãos, já existentes, foram reformados ou extintos.

A instrução da tropa sofreu uma reviravolta, transformando-se, pouco a pouco, de monótona, nada prática, em dinâmica, objetiva; foi da inércia à movimentação, embora ainda não logo à sonhada eficiência, que dependia de outras condicionantes.

‘Nos exercícios de campanha, procurou-se sair dos terrenos próximos aos quartéis, para outros melhores, capazes de proporcionar os espaços e aspectos topográficos requeridos. Alguns campos de instrução, disponíveis (Saicã, Gericinó, e poucos mais), começaram a ser utilizados com percepção do seu valor para a instrução e, sobretudo, para o adiestramento. Tudo em proveito do poder combativo do Exército.

O que se fazia ainda não bastava, mas iam-se criando hábitos, os quais iriam permanecer. Convencionais exercícios, evidentemente ultrapassados e inócuos, foram cedendo lugar a manobras mais objetivas, com ênfase na ação de comando, no fogo e no movimento, na segurança, no emprego útil do material bélico, no funcionamento azeitado e oportuno dos apoios e serviços.

O empirismo, a cópia servil de planos e ordem, foram naturalmente abolidos. Privilegiou-se o “estudo de situação”, cujo mérito era ressaltado e que se tornou relevante nos estudos militares, como ponto essencial da técnica de comandar.

É evidente que tudo não aconteceu depressa, nem certinho, nem em toda parte. Os trabalhos foram sendo realizados aos pou-



cos, com persistência e insistência; com devotamento. Seus produtos foram aparecendo, ora mais ostensivos, ora mais modestos. Muitíssimo foi feito. O principal foi mesmo a sacudidela no nosso espírito militar, afrouxado por anos e anos de desatenção com as coisas castrenses. Agora, o compromisso recíproco com a MMF nos impunha que houvesse energia para a superação dos óbices, para a correção de erros.

Havia questões que levavam a discussões homéricas e a posições contraditórias. A mais gritante, por óbvio, era a Doutrina. Custou, até ficar claro que não nos seria imposta uma doutrina militar francesa, mas que iríamos, isto sim, aproveitá-la para reajustar a nossa, incipiente. Os franceses mesmos tomariam a iniciativa de discutir conosco as colocações que pareciam melhores, em face das condições brasileiras – políticas, geográficas, geopolíticas, sociológicas, econômicas, históricas... Bem assim, nossos costumes e tradições.

Foi a missão que nos despertou para a relevância de pensarmos competentemente na guerra, de estabelecermos uma concepção plausível da nossa guerra. Guerra essa que – podemos concluir – não seria uma rígida defensiva à outrance, não seria uma atitude passiva; ao

invés, seria uma postura dinâmica, desgastante do inimigo, preparatória de uma contra-ofensiva pronta, bem montada e desencadeada, decisiva. Portanto, com uma disposição ofensiva (N. 09).

Houve uma massa de trabalho e de produção que surpreendeu pela rapidez do apronto (em dois anos, a maior parte estava terminada, por tradução adequada ou por elaboração integral), além do cuidadoso e exato conteúdo; e a seguir, pela sua difusão escalonada – escolas, estados-maiores, tropa – para que fosse evitado alimentar qualquer choque, Brasil a fora, entre oficiais desnivelados na cultura profissional.

Quanto ao material bélico, as sugestões apresentadas pelos franceses, no programa de aquisições, foram conseqüentes a um primeiro contato feito pelo chefe da MMF com organizações militares brasileiras (na capital e no sul), ainda antes (1919), e logo no início do funcionamento da Missão (1920). Ali se mostrava a necessidade de se obterem canhões e obuseiros para a Artilharia, petrechos leves e pesados para a Infantaria, “tanques” (carros de assalto) para a Cavalaria, equipamentos de pontes (de pontões) para a Engenharia, mate-

rial de Transmissões, aeronaves de Caça, Reconhecimento e Observação, de Bombardeio, etc. O Brasil encomendou o que nos foi possível; recebemos muita coisa, mas a aproximação da segunda guerra mundial entravaria negócios em andamento.

As “grandes manobras” em Saicã (Rio Grande do Sul), no primeiro quadrimestre de 1922, constituíram-se na prova concreta do aproveitamento dos quadros dirigentes e executantes. Da tropa, é fato que ainda não tanto. Outros exercícios e manobras, em diversas áreas, cada vez mais volumosos, complexos e compensadores, porque plenos de ensinamentos, foram executados enquanto aqui permaneceu a Missão. Diversos exercícios de quadros foram realizados, em salas e no terreno; eventualmente, com frações de tropa, sendo visado o treinamento dos oficiais. Para esse fim, organizaram-se “jogos de guerra”, de muita valia - embora rudimentares, se comparados aos sofisticados de hoje.

Seria bom se pudéssemos nos deter em comentários acerca do pessoal, componente da Missão. Durante a vigência dos sucessivos contratos, com renovações e alterações textuais, quase cem

militares franceses – oficiais, suboficiais, especialistas – preencheram os efetivos funcionais. É bom lembrar que, à chegada do primeiro escalão da MMF, havia mais de um ano que já se encontravam no Brasil os membros da Missão aeronáutica, instrutores e cooperadores da Escola de Aviação Militar (do Exército). Essa MMF iria ser absorvida no conjunto MMF. (N. 10)

Durante os dois decênios, houve muitas movimentações. Franceses iam-se embora daqui, por tempo findo ou para nova comissão; outros chegavam, para servir entre nós. Seus nomes estão registrados, ainda que com muitas lacunas, hoje inexplicáveis e deveras lamentáveis. Somos gratíssimos a eles. Traziam considerável credenciamento profissional, ilustrado por dois cunhos insígnies: a primorosa formação (a maioria era saída da escola de Saint-Cyr; outros, da Politécnica, de Versalhes, de Saumur) e o comportamento excelente na guerra. Nesta, todos eles haviam participado; quase todos entraram diretamente em combate; muitos foram feridos em ação. A Cruz de Guerra, a Legião de Honra, eram condecorações que portavam orgulhosamente. Tudo isso era mo-



tivo de confiança. Alguns deixaram renome bastante saliente, no meio militar brasileiro, não só pela capacidade como pela personalidade, gerando admiração e amizades duradouras (N. 11).

Arriscando cometer injustas omissões, cabe assinalar: os infantas Dérougemont, Corbé, Carpentier; os cavalarianos Gloria, Dalmassy, Durosoy, Battisteli; o engenheiro (pontoneiro) Guériot; os artilheiros Pascal. Weller. Mas não nos contemos em ainda pôr mais um foco de luz nas figuras emblemáticas do Cap Battisteli, o esplêndido cavaleiro, e do Ten Cel Joseph Weller, o “virtuose” do tiro de Artilharia, padrão de “Capitão de G A Cav” (Grupo de Artilharia a Cavalos): e sempre muito ligado aos seus ex-alunos brasileiros enquanto viveu.

Resta-nos falar daqueles que suportaram o peso da Chefia, muito solicitada, que tiveram a tarefa permanente de conduzir os trabalhos a cargo da Missão, otimizando o planejamento e o desenvolvimento, e que o fizeram com toda responsabilidade, competência, profissionalismo, firmeza, habilidade. Não é uma qualificação vã; são características fundamentais ao exercício correto e proficiente do elevado cargo.

Começamos pelo General Maurice Gamelin, o sério, entusiasmado e ativo implantador da MMF, autor do primeiro programa-sugestão a ser cumprido e que foi o farol a iluminar todo o período. De passagem, convém acentuar que o ostracismo em que depois caiu, engolfado na tragédia francesa de 1940, não invalida, nem sequer arranha seu alto conceito como chefe da MMF.

Depois dele, que atuou durante quase cinco anos, estiveram à testa da Missão, em seqüência e por períodos diferenciados, os Generais Frédéric Coffec, Joseph Spire, Charles Huntzinger, Paul Noel e Georges Chadebec de Lavalade. Nos intervalos, chefiaram interinamente os Gen Eugène Durandin e Jacques Baudoin, antigos integrantes da MMF. (N. 12) Todos eles fizeram jus, com seus comandados, aos encômios e aos agradecimentos dos colegas brasileiros – alunos, instrutores, colaboradores.

#### **4. Reconhecimento**

O legado da Missão Militar Francesa ao nosso Exército foi extraordinário!

Ainda nos valem dele. Foi aquilo que pôde ser, em vista

da situação em que se debatia o Exército, lá por 1918/19, e das condições internas do país, justamente entre 1922 e 1938. Ainda assim, foi bastante. Porém, o melhor comprovante da excelência do trabalho da Missão está em que o desenvolvimento alcançado pela nossa Força Terrestre, graças ao influxo da sua atuação, permitiu que, ao entrarmos na Segunda Grande Guerra, possuíssimos quadros de oficiais e graduados aptos a proceder muito bem na resposta corajosa aos graves desafios militares, como é exemplo grandioso a epopéia da Força Expedicionária Brasileira (FEB), para honra da nossa Pátria.

Essa distinta participação bélica, por si só, seria suficiente para o reconhecimento dos magníficos serviços prestados pela Missão, cuja memória reverenciamos.

## NOTAS

**N. 01** – A 27ª Divisão de Infantaria Alpina, integrante do Destacamento do Exército Francês dos Alpes, era comandada pelo general Molle, que tinha seu QG instalado em Susa. Era uma localidade situada no fundo do vale dominado pelas alturas do Monte Cenísio (ou Cenis), distando pouco mais de 30 km de fronteira Piemonte-Sabóia, em território italiano. O passo de Susa, ali perto, é histórico: por ele cruzaram a tropas de Haníbal e de Napoleão. Na região, a cerca de 25 km do passo, acha-se o 1º dos grandes túneis dos Alpes. No mapa simbólico “Roteiro da FEB na campanha da Itália”, vê-se Susa na parte superior esquerda; e ali, duas bandeiras – a brasileira e a francesa – portadas por militares dessas nações e se entrelaçando, enquanto os soldados apertavam as mãos.

**N. 02** – Para enfrentar a guerra, surpreendente e imposta, o Exército teve de contar com uma mobilização que atingiu perto de 100.000 comba-

tentes. No primeiro momento (nov de 1864), seu efetivo tinha cerca de 15.000 homens, incluídos os que realizavam operações de limpeza na Banda Oriental do Uruguai.

**N. 03** – No meado dos anos 70, o efetivo terrestre era inferior a 25.000 homens. E ia sendo reduzido, ao sabor das injunções políticas do Império.

**N. 04** – São exemplos dessas atitudes – tentativas de vitalização e modernização – as reorganizações do Exército, promovidos em: 1901 (Marechal Nepomuceno Mallet), 1908 (Marechal Hermes da Fonseca), 1915 (Marechal Caetano de Faria). Vale assinalar que o Mar Mallet era filho do Mar Emílio Luiz Mallet, Barão de Itapevi, patrono da Artilharia brasileira; francês de nascimento (Dunquerque, 10 de junho de 1801), herói da Guerra do Paraguai, onde seus filhos foram seus comandados, no lendário 1º Regimento de Artilharia a Cavalos (apelidado de “boi de botas”). A família Mallet, do Brasil, aqui chegou em 1817. Tinha parentesco afastado com o General Cláudio F. Malet (com um só L), pivô e mártir da conspiração de outubro 1812, contra Napoleão.

**N. 05** – A revista de assuntos militares e estudos brasileiros “A Defesa Nacional” foi fundada em 1913, “para exercer o direito de julgar-----e de opinar a respeito delas”. Do grupo idealista e corajoso que a fundou, constantemente aumentado e valorizado, iriam ter, posteriormente, muita projeção nos ambientes militar e político da nação, nomes ilustres como os de Bertoldo Klinger, Leitão de Carvalho, Jorge Pinheiro, Paula Cidade, Euclides Figueiredo.

**N. 06** – O quadro era mesmo preocupante e sem solução à vista. Pessoas ilustres, esclarecidas e patriotas insistiam em prontas medidas de recuperação do Exército. O Ministro da Guerra, Calógeres, civil, perguntava no Congresso: “O Brasil quer possuir um Exército? Se quer, é porque reconhece sua necessidade. Então, tem-se de lhe assegurar as condições para realizar o papel que lhe compete – e isso não pode ser mais postergado”. Poderíamos acrescentar: papel indelegável, que somente ele tem de fazer e pode fazer.

**N. 07** – Alguns aspectos do 1º contrato (Paris, 08 set 1919), vale a pena serem citados, em vista do desenvolvimento futuro. Assim: Artigo I-----“(pessoal componente)-----”Um Coronel, Subchefe da Missão desempenhando ao mesmo tempo as funções de Cmt da EEM“(Esse Cmdo foi mais adiante suprimido...)

**Artigo II** - “O Gen Chefe da Missão Francesa ficará subordinado ao Ch EM do Exército Brasileiro, nas funções de assistente técnico para instrução e organização. Colaborará diretamente com o Ch EME e deverá ser, obrigatoriamente, consultado sobre todos os assuntos de instrução”. “A Missão ocupará-se-á, especialmente, da direção da EEM, da Escola de Aperfeiçoamento, da Escola de Intendência, e da Escola de Veterinária”.

“O Governo Brasileiro dará preferência à indústria francesa, em suas encomendas de material de guerra” (condicionado ao valor técnico, preços e prazos).

**Artigo III** – “A Missão Francesa estará subordinada, por intermédio do Chefe da Missão, unicamente ao Ministro da Guerra do Brasil”.



**Artigo IV** – “O General Chefe da Missão Francesa terá autoridade plena e integral sobre a Missão de Aviação, que já se encontra contratada pelo Governo do Brasil” (de fato, a Missão Militar Francesa de Aviação já viera, conforme o contrato de 10 Out 1918, chefiada pelo Capitão Magnin, (aqui comissionado em Coronel), por um período de dois anos a contar da partida da França). A Missão de Aviação foi extinta em 16 Out 1924, pela total incorporação à MMF principal. Haveria sucessivas renovações (04 anos, 08 set 1923 a 07 set 1927) do Contrato, em 28 Mar 1923, - 1932 (1º jan 1932 a 31 dez 1933), 24 nov 1933 (mais um ano, até 31 dez 1934), 07 dez 1934 (de novo 02 anos, 1º jan 1935 a 31 dez 1936), 26 nov 1936 (02 anos, 1º jan 1937 a 31 dez 1938). Novas prorrogações acertadas, até 31 dez 1939 e 31 dez 1940, quando definitivamente foi encerrado o ciclo de funcionamento da MMF. Pena e que alguns documentos (originais e cópias), incluí-se dos contratos e algumas pequenas alterações deles, não tenham sido achados nos órgãos onde deveriam ou poderiam estar, no Brasil.

**N. 08** – A discriminação teria sido motivada por pruridos exagerados, receios e prevenções, que pouco mais tarde se mostrariam inconsistentes. Entretanto, desde o começo de 1919, na Escola Militar já vinham se impondo ótimos instrutores, selecionados por concurso público.

Esse conjunto de escol, alcunhado de “Missão Indígena”, eram oficiais idealistas e estudiosos; eram também de espírito aberto, tanto que, assim que puderam, buscaram inteirar-se das novidades trazidas pela MMF e procuraram usá-las, claro que nos limites do seu escalão. Aí apareceria já o “efeito Missão Militar Francesa”!

**N. 09** – Ao contrário do que geralmente é acreditado e repetido, ao se engalfinharem na Grande Guerra, tanto a Alemanha quanto a França estavam imbuídas da mesma idéia básica: ofensiva. Na Alemanha, era antigo posicionamento, decorrente da crença exaltada nas vantagens da iniciativa do ataque, com surpresa e potência. Na França, devia-se à teimosa pregação, por anos a fio, do Gen Foch aos seus alunos e comandados: “A vontade de conquistar é a primeira condição da vitória”. Então, os instrutores franceses não estavam amarrados a uma prioridade defensiva, que nos contivesse o elan. As excelentes aulas de História Militar, que constava nos currículos das escolas, expunham as campanhas de campeões da guerra (Napoleão à frente, como devido), onde a única constante era a consecução da vitória. Agressividade, não tibieza. Também abordavam guerras mais recentes, como a da Secessão americana e a de 1870.

O corpo de doutrina consolidada na documentação de base, elaborada sem demora, definia e explicitava, em seu conjunto fracionário mas integrado, nossa nova formulação doutrinária. Ligado a isso, apareceram os regulamentos e instruções para: Serviço de Campanha; Serviço de Estado-Maior em Campanha; Comando e Emprego das Grandes Unidades; os Exercícios e o Combate da Infantaria; idem da Cavalaria; os Exercícios, o Emprego e o Tiro da Artilharia; Observação Aérea; Regulação do Tiro de Artilharia; Inspeções, Revisitas e Desfiles; Emprego dos meios de Transmissões; Alimentação em Campanha; Serviço de Retaguarda; Instrução Física Militar; Minas; Pontes; Manobras (com atenção para as Armas e os engenhos especiais), etc.

**N. 10** – Essa Missão Militar Francesa de Aviação iniciou seus trabalhos no 1º semestre de 1919, na recém cria-

da Escola de Aviação Militar, no Campo dos Afonsos. Seu primeiro chefe foi o Cap (Cel, no Exército brasileiro), Etienne MAGNIN. Os demais instrutores (do grupo pioneiro) eram os tenentes (Cap, no nosso Exército), Edouard VERDIER, Etienne LAFAY e Hubert DUMONT. Mais tarde, haveria modificações. Os principais aviões utilizados eram: de instrução, Nieuport e Spad 84; para combate, Breguet 14 A2 (Observação e Bombardeio) e Spad 7 (Caça). Eram todos aviões da Grande Guerra, dos quais a França tinha imensos estoques (inclusive de acessórios e sobressalentes).

**N. 11** – Uma lista (incompleta) de oficiais integrantes da MMF, quando da vinda da primeira equipe de instrutores: Cel Art Durandin – foi o 1º subchefe da Missão, por isso Gen no Brasil e era o principal assessor (diretor de estudos), na Escola de Estado-Maior. Formação básica: Escola Politécnica

Cel ART Barat – de Sant Cyr.

Cel INT Buchalet.

Eng Chefe Lacape – da Escola Politécnica

Ten Cel INF Dérougemont – de Sant Cyr; notável conferencista.

Ten Cel ART Pascal – da Escola de Versalhes.

Ten Cel ART Villaume – Escola Politécnica.

Ten Cel INF Barrand – de Sant Cyr

Maj ENG Thiebert – Escola Politécnica

Maj CAV Dalmassy – de Sant Cyr; dragão, equitador, revisor do nosso Regulamento para os Exercícios e o Combate da Cavalaria.

Maj ENG Guériot – especialista em pontes de campanha.

Maj INF Dumay – de Sant Cyr

Maj INF Petibon – de Sant Cyr, também assistente do Chefe da MMF.

Maj CAV Pichon – de Sant Cyr, com curso da Escola de Cav de Saumur.

Maj ART Bresard – de Sant Cyr

Maj VET (assemelhado) Maliengeas

Cap CAV Marfuil – com curso de picador em Saumur

Cap VET (2ª classe) Dieulouard

1º Ten INF Melanté

- O chefe de gabinete do Chefe da MMF era o Ten Cel Lelong

**N. 12** – Os sucessivos chefes da MMF

1º - Gen Maurice GAMELIN (1919/1924)

2º - Gen Frédéric COFFEC (1925/1927)

3º - Gen Joseph SPIRE (1927/1930)

4º - Gen Charles HUNTZINGER (1930/1932)

5º - Gen Eugène DURANDIN (1932/1933)

6º - Gen Jacques BAUDOIN (1933/1935)

7º - Gen Paul NOEL (1935/1938)

8º - Gen Georges Chadebec de LAVALADE (fim de 1938 até 1940, tendo sido o último Chefe da MMF no Brasil)

## Bibliografia

- Básica:

• “Missão Militar Francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro” – pelo Gen Ex (Ref) Alfredo Santo Malan; prefácio do Gen Durosouy, antigo membro da MMF. Biblioteca do Exército (BIBLIEx), 1988.

• “A Missão Militar Francesa no Brasil” – pelo Cel Art (Prof. no Magº do Ex) Jayme de Araújo Bastos Filho;

prefácio do Gen Ex (R1) Jonas Correia Neto, então Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). BIBLIEx, 1994.

• “A Evolução Militar do Brasil” – pelo Cel Cav (Ref) João Batista de Magalhães; prefácio, à 2ª edição, do Gen Jonas. BIBLIEx, 1998

• “Missão Militar Francesa” – pelo Gen Ex (Ref) Jonas Correia Neto; na Revista “Da Cultura”, da FUNCEB, junho 2005 (págs 34/39)

• “Formação do Oficial do Exército” – pelo Cel Jeoval Motta – BIBLIEx, 2ª ed., 1998

#### **- Complementar:**

• “História do Estado-Maior do Exército” – pesquisa no EME, coordenada pelo Cel Art Paulo da Motta Banha. BIBLIEx, 1984.

• “História da Força Aérea Brasileira” – pelo Ten Brig (R/R) Nelson Freire Lavenere-Wanderley; obra premiada pela BIBLIEx (1966) e pela FAB (1967) – prefácio do Min Eduardo Gomes, 2ª ed, Min Aer, 1975

• “O Exército Brasileiro, a partir da Guerra do Paraguai” – Gen Ex (Ministro STM) Tristão de Alencar Araripe – conferência na EsAO, 1957.

• “A Missão Militar Francesa” – artigo do jornalista Assis Chateaubriand (Diário de São Paulo, 13 jan 1932), comentando palestra do Gen Tasso Frago e, a propósito, várias informações sobre a MMF. Reproduzido no Diário de Notícias, Rio de Janeiro, em 18 maio 1974.

• “Influência Napoleônica no Exército Brasileiro” – pelo Ten Cel Jonas Correia Neto – palestra no IHGB, agosto 1969 – publicado na Revista Militar Brasileira, Nr 03 (ano LVI), jul/set 1970.

• “Brasil França, ao longo de 5 séculos” – pelo Gen Ex (R1) Aurélio de Lyra Tavares, ex-Min Ex e Embaixador na França. Cap. “O Intercâmbio Militar (a MMF)”. BIBLIEx, 1979.

• “A Missão Militar Francesa e sua influência na formação intelectual e tecnológica das elites militares brasileiras” – pelo Prof. Drº Jean-Pierre Blay, historiador francês, sócio correspondente do IHGB e do IGHMB (onde apresentou seu trabalho, em julho 1993, publicado na Revista do IGHMB, Nr 80/94, anos 1993/94).

• “A FEB pelo seu Comandante” – obra coordenada pelo Comandante da FEB (e da 1ª DIE), Gen Mascarenhas de Moraes, contendo mapa simbólico. Publicação no Instituto Progresso Editorial (IPÉ), São Paulo, 1947 – 1ª ed., 2ª ed – BIBLIEx, 20 (?)

• Dissertações de mestrado, apresentadas na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: - pelo Maj Eng Ary Pelegrino Filho, em 2002;



# O Pouco Conhecido Condestável Nuno Álvares Pereira,

## Um dos Maiores Generais da História.

Manoel Candido de Andrade Netto\*

### 1.Introdução:

Para estudar com mais facilidade a figura do Condestável Nuno Álvares Pereira, particularmente sua atuação no campo militar onde mostrou ser, em pleno século XIV, um verdadeiro gênio na arte da guerra, é preciso conhecer o cenário histórico onde tudo aconteceu. Foi um período complexo, quando, pelo casamento as casas reais da Península Ibérica transformavam quase todos os governantes em parentes e até batizavam com os mesmos nomes os herdeiros, dificultando a tarefa do historiador de hoje. Para melhorar o entendimento e facilitar a identificação dos personagens envolvidos, apresentaremos um esquema procurando definir com a precisão possível a posição ocupada pelos personagens.

Para melhor compreender Nuno Álvares Pereira, vamos estudar alguns aspectos da sua figura humana, que além de vencer grandes batalhas e apesar da insuficiência dos meios disponíveis, foi capaz de dividir com os menos favorecidos a fortuna que amealhou. Terminou seus dias inteiramente dedicado à vida religiosa, enclausurado no Mosteiro do Carmo, por ele próprio construído, depois de dispor de vários títulos de nobreza. Chegou a ter em vida, fama de santo e a Santa Sé em 1918, cerca de quinhentos anos depois, reconheceu seus méritos e o levou à Glória dos Altares, beatificando-o.

O caldo de cultura que propiciou o nascimento e a atuação desse importante vulto da história de Portugal começou a se formar no governo de D. Fernando I, que realizou uma importante reforma no exército.

\*O autor é Coronel de Engenharia e Estado Maior, Sócio Emérito e Membro do Conselho Fiscal do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

## 2. A Reforma Militar de D. Fernando I (1367 – 1383)

D. Fernando I realizou várias reformas militares ao longo de seu reinado. Para nós interessa de perto a que alterou o comando do exército, substituindo o posto de Alferes Mor por dois outros: o de Condestável e o de Marechal.

**a. CONDESTÁVEL** era o mais alto posto do Exército e a ele cabia:

- dirigir a guerra e comandar todas as operações militares;

- promover os “**coudéis**” ” (capitães) de besteiros, de cavalaria e de homens de pé;

- nomear os “**quadrilheiros**” que eram os encarregados de repartir os saques e despojos de guerra;

- mandar os “**almocadéns**” (chefes, comandantes) e exploradores para reconhecer os caminhos;

- ordenar as “**velas**” (vigias) e “**escuitas**” de campo;

- informar o santo e a senha do dia e - exercer a suprema jurisdição da justiça militar, através do “**ouvidor**”.

Recebia como subsídios o produto das multas e os direitos pagos por vendilhões e “*mulheres solteiras de mancebia*”, que acompanhavam as tropas.

## b. MARECHAL

Posto imediatamente abaixo ao de Condestável, cabendo a ele coadjuvá-lo em tudo.

## 3. Resumo dos Fatos

Em 1383, D. Fernando I fez, com D. João I de Castela, um ajuste de paz pelo qual seriam devolvidas a Portugal todas as praças e galés tomadas por Castela em guerras anteriores. Em troca, Fernando daria a mão de sua filha, a infanta D. Beatriz, menina que contava dez anos de idade na ocasião, em casamento com um dos filhos dele.

Logo em seguida D. João I ficou viúvo e propôs ao rei português substituir o próprio filho no arranjo matrimonial. A proposta foi aceita com a condição de que, quando ele morresse, sua esposa, Dona Leonor Teles, seria a regente do reino até que a rainha de Castela, no caso sua filha Beatriz, tivesse um filho em idade de reinar em Portugal (14 anos de idade). Após o casamento da filha e da morte de Fernando, D. Leonor, embora malquista pela população portuguesa, foi aclamada regente, pois naquele momento, essa era a melhor opção política disponível.

## D. Fernando I



“Do justo e duro Pedro nasce o brando  
(Vede da natureza o desconcerto),  
Remisso e sem cuidado algum, Fernando,  
Que todo reino pos em muito aperto;  
Que vindo o castelhano devastando  
As terras sem defesa, esteve perto  
De destruir-se o reino totalmente;  
Que um fraco rei faz fraca a forte gente”

Os Lusíadas (III – 138)

Considerando que Fernando I não tinha filhos varões mas só a filha casada com o rei de Castela, grande parte da população portuguesa temia pela independência do reino, já que D. João I de Castela poderia unir sob o seu controle as duas coroas. Havia os que preferiam D. Denis ou D. João, - irmãos de Fernando e filhos de D. Pedro I com Inês de Castro, ou até mesmo a própria rainha Dona Leonor Teles, a despeito de sua impopularidade, a correr o risco de se efetivar a junção das duas coroas Ibéricas.

O mestre de Avis, também chamado D. João, filho bastardo de D. Pedro I e de D. Tareja Lourenço, dama nobre da Galiza, tomou parte no processo sucessório a partir do assassinato do Conde Andeiro e acabou por receber o título de **defensor e regedor do**

**reino**. As cortes reunidas em Coimbra declararam vago o trono e o aclamaram Rei.

Para melhor entendimento apresentamos abaixo um esquema visando situar para o leitor a posição exata de cada personagem estudado neste trabalho:

REI	RAINHA / AMANTES	FILHOS
Dom Afonso IV	Dona Brites de Castela	Dom Pedro I
Dom Pedro I	Dona Constanca	Dom Fernando I
	Dona Inês de Castro	Dom Denis Dom João
	Dona Tareia Lourenco	Dom João (Mestre de Avis)
Dom Fernando I	Dona Leonor Teles	Dona Beatriz

### 4. Os personagens

#### D. Fernando I e D. Leonor Teles.

D. Fernando I, o Formoso, foi o nono rei de Portugal e o último da

primeira dinastia, a dos Bourbons. Foi coroado aos dezenove anos de idade. Era filho de D. Pedro I e de D. Constança e neto de D. Afonso IV, o Bravo.

## D. Afonso IV (1325 – 1357)



“Passada esta tão próspera vitória,\*  
Tornado Afonso à Lusitana terra,  
A se lograr da paz com tanta glória  
Quanta gente soube ganhar na dura guerra,  
O caso triste, e dino da memória  
Que no sepulcro os homens desenterra  
Aconteceu da mísera e mesquinha\*\*  
Que depois de morta foi rainha”.

\* Batalha do Salado (1340)

\*\* infeliz e desgraçada

Os Lusíadas (III – 118)

Afonso IV que reinou entre 1325 e 1357 governou bem, combateu a corrupção, enriqueceu a nação e deu bem estar ao povo. Tudo ia muito bem até 1346, quando começou o romance de seu filho Pedro com Inês Pires de Castro, aia da própria esposa D. Constança, que quebrou a tranquilidade do reino.

A nobreza estava preocupada com a influência que os vâldos de Inês de Castro, seus arrogantes irmãos, exerciam sobre o príncipe, o que poderia comprometer a independência do reino.

As conspirações no Paço visando eliminar Inês e seus irmãos, esbarrou durante anos na atitude do Rei, que não permitiu o derramamento do sangue inocente daquela bela mulher, cujo crime era ser loucamente amada por seu filho. Entretanto, na primavera de 1355 cedeu à pressão e seus conselheiros assassinaram Inês, no dia 7 de janeiro, no Paço em Coimbra.

Pedro, em grande desespero,

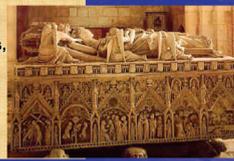
não podendo vingar-se, pois os assassinos eram protegidos por seu pai, recorreu à guerra civil contra ele. A única operação de vulto dessa guerra foi o ataque à cidade do Porto, que ainda não estava murada. A defesa foi conduzida pelo arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, que opôs séria resistência aos rebeldes. Sabendo do ataque ao Porto, o Rei que estava em Guimarães com suas forças, foi em socorro daquela praça.

## Inês de Castro



“Tais contra Inês os brutos matadores  
No colo, de alabastro que sostinha  
As obras com que amor matou de amores  
Aquele que depois a fez rainha,  
As espadas banhando, e as brancas flores,  
Que ela dos olhos seus regadas tinha,  
Se encarniçavam, férvidos e irosos,  
Do futuro castigo não cuidadosos.”

Os Lusíadas (III – 132)



Arrefecidos os ânimos, pois o ímpeto da paixão passara, Pedro convencido que não era coerente cevar sua cólera em inocentes cidades, levantou o cerco e retirou-se vencido. A Rainha e o Prelado foram os medianeiros da Paz, jurada entre pai e filho.

D. Pedro I sucedeu a D. Afonso IV assumindo a coroa no início de 1357 e reinou por dez anos. Foi um período de felicidade e prosperidade em todo o reino. Carlos Selvagem no livro “Portugal Militar” transcreve a opinião de diversos autores sobre ele.



*“Plebeu de modos, brutal em tudo, paternal, galhoifeiro...” Fernão Lopes*  
*“Doido com freqüentes intervalos lúcidos de justiça.....” Herculano*  
*“Sábio administrador, rei democrata, tirano à antiga em cujo espírito encarna toda a brutalidade popular...” Oliveira Martins*

## D. Pedro I



“Não correu muito tempo que a vingança  
Não visse Pedro das mortais feridas,  
Que, tomando do reino a governança,  
A tomou dos fugidos homicidas.  
Do outro Pedro cruíssimo os alcança,  
Que ambos, inimigos das humanas vidas,  
O concerto fizeram, duro e injusto,  
Que com Lépido e Antonio fez augusto”

Os Lusíadas (III – 136)

Em suma, o povo o adorava.

D. Pedro I deixou quatro filhos, D. Fernando, seu herdeiro, os infantes D. João e D. Denis, filhos de Inês de Castro, um outro D. João, bastardo, filho que teve com a dama galega D. Tareja Lourenço, e que mais tarde seria o Mestre de Avis.

Fernando I foi coroado, aos dezenove anos de idade, exatamente no período que poderia ser chamado de final da era de ouro do período Afonsino. Embora fosse inteligente, bondoso e culto, era fraco e indeciso.

Os erros de uma fantasiosa política o levaram a dilapidar a fazenda pública em longas e desastrosas guerras com Castela, cujo cetro ambicionava, levando a nação a uma profunda crise. Só o salvou a organização militar que implantou e o heroísmo dos homens de armas de seu exército que cultivavam um arraigado instinto de independência.

A crise orgânica que gerou, tornando-se sucessivamente econômica, política, social e dinástica, custou trinta anos de guerras e culminou com a queda da dinastia dos Bourbons e a implantação, em seu lugar, da dinastia de Avis, que estabeleceu uma nova estrutura social e novos rumos para as atividades econômicas e militares da nação.

## Leonor Teles de Menezes



“Ou foi castigo claro do pecado  
De tirar Lianor de seu marido  
E casar-se co ela, de enlevado  
Nun falso parecer mal entendido;  
Ou foi que o coração, sojeito e dado  
Ao vício vil, de quem se viu rendido,  
Mole se fez e fraco: e de bem parece  
Que um baixo amor os fortes enfraquece”

Os Lusíadas (III – 139)

Muito contribuiu para este estado de coisas, além de suas características pessoais e seu desastrado governo, o fato de ter se apaixonado perdidamente por uma mulher perversa e cruel, Leonor Teles, a quem desposou secretamente.

Leonor Teles, da casa nobre dos Teles de Menezes, era casada com um fidalgo provinciano, D. João Lourenço da Cunha, até que o rei conseguiu, do Papa, a anulação desse casamento.

Ao casar-se com ela, D. Fernando I rompeu o compromisso que tinha sido ajustado previamente, consequência da Paz de Alcoutim pelo qual ele deveria casar-se com

Dona Leonor de Castela. O tratado de paz de Alcoutim fora firmado entre Portugal e Castela para por fim à Guerra de 1369 a 1371. As cláusulas foram favoráveis a Portugal. Foram-lhe devolvidas todas as praças conquistadas e o rei de Castela concedia a D. Fernando a mão de sua filha Leonor que traria como dote a Ciudad Rodrigo e mais três praças com todas as suas terras.

Entretanto permaneceu casado com Leonor Teles, que o dominava completamente. Ela não era benquista pelo povo que condenava o romance escandaloso que mantinha com o seu válido o conde Andeiro.

### **5.O fim da dinastia de Borgonha ou Afonsina**

A morte de D. Fernando I trouxe, junto com os problemas normais da sucessão, uma ameaça a independência do reino. D. João I de Castela, casado com D. Beatriz, a infanta herdeira do trono português faria forçosamente a fusão dos dois reinos sob a hegemonia de Castela.

Essa possibilidade fez vir a furo os verdadeiros sentimentos das quatro grandes classes da nação que se viram ameaçadas nos seus interesses:

- A nobreza militar territorial. Prezava mais os seus direitos semi-feudais e a sua importância junto ao trono do que os destinos da terra portuguesa.

- A oligarquia burguesa de Lisboa. Era a burguesia de mercados do litoral que mantinha certa tutela sobre a realeza e não queria perder as posições de predomínio político que alcançara.

- A raia miúda. Eram os plebeus da maioria dos burgos e conselhos do interior vinculados pela origem ao solo pátrio tendo ainda vivo na memória as lutas e sacrifícios comuns para obterem a liberdade. A posse de alguns palmos de terra fizeram desabrochar neles um profundo sentimento de nacionalidade.

O Clero ainda desnortado pelo Grande Cisma de Avignon (1378 a 1414), conseqüência do retorno da sede do papado para Roma, confundia-se na massa geral, não tendo interesses solidários de classe. Para que esta última afirmação faça sentido, é preciso desenvolver um pouco mais o raciocínio para que possamos entender exatamente por que o Clero, talvez pela única vez na história de Portugal, permaneceu apático, não tomando parte ativa nos acontecimentos.



O rei Filipe IV de França queria eleger um Papa francês. Em 1305 conseguiu seu objetivo elegendo o francês que adotou o nome de Clemente IV (Papa nº195) e em 1309 conseguiu convence-lo a deslocar a sede da Igreja de Roma para Avignon, na França.

Lá pontificaram sete Papas, sendo o último, Gregório XI, que conduziu a sede da Igreja de volta para Roma, falecendo tão logo lá chegou. Entretanto, nas duas sedes da Igreja, Avignon e Roma, simultaneamente, foi promovida a eleição de seu sucessor. Em Roma foi eleito Gregório XII e em Avignon, Bento XIII. O concílio de Pisa realizado em 1409, visando por fim ao grande cisma, convidou ambos a abdicarem, mas Gregório XII só abdicou em 1415.

O posicionamento do Clero em Portugal nesta ocasião foi completamente diferente, por exemplo, da postura adotada ao tempo de D.Sancho II, quarto rei de Portugal, (1223 a 1247), que embora valente guerreiro, fez péssimo governo. Permitiu que nobres praticassem toda sorte de violências e abusos e finalmente entrou em conflito com o clero. Foi apresentada contra ele em Roma

a acusação de imoralidade e incapacidade. O Papa o excomungou, levando-o a perder a Coroa.

A Rainha Leonor Teles, apesar de sua vida desregrada, passou a contar com a simpatia de boa parte da população do reino, pois era preferível ser ela a governante de Portugal que o Rei de Castela. Esse perigo era palpável, pois vale lembrar que D. João I era casado com a herdeira do trono português e poderia ser também, de alguma forma, rei de Portugal. Por essa razão, a rainha viúva, a despeito de ser amante do Conde Andeiro, foi aclamada regente.

Outro perigo pairava sobre a nação. D Leonor Teles sob a alegação de proteger os direitos da Infanta (sua filha casada com o rei de Castela) secretamente estava articulando para que seu válido e amante o Conde Andeiro (João Fernandes ) ocupasse o trono vago.

A oligarquia burguesa de Lisboa tentou tirar partido da crise, propondo uma solução mansa e pacífica para revolver o delicado problema. Sugeriu à Rainha a criação de um conselho político constituído por burgueses de todas as principais comarcas do reino, com maioria da de Lisboa. A rainha hipocritamente anuiu a

tudo com o firme propósito, segundo a análise de alguns historiadores, de conseguir o trono e depois nele colocar o amante.

As cortes invejosas da fortuna do Conde Andeiro, olhavam com desconfiança essa combinação de interesses. D. João de Castela pressionava para que sua jovem mulher fosse logo declarada rainha de Portugal. Em vários centros portugueses importantes ocorreram revoltas populares. A burguesia indignou-se contra essas revoltas e grande parte dela aderiu a idéia de proclamar D. Beatriz rainha de Portugal, embora ela já fosse a rainha de Castela. Outra parte dessa burguesia posicionou-se a favor da coroação de um português optando por apoiar D. João ou D. Dinis, filhos de D. Pedro I e de Inês de Castro.

Boatos que chegavam de Castela indicavam que lá estava sendo preparada uma invasão de Portugal. Leonor Telles tentou organizar a defesa das fronteiras. Isso atraiu todas as atenções sobre ela, firmando-se no trono, mas mesmo assim uma ameaça maior pairava sobre a nação: a presença do Conde Andeiro, estrangeiro, de nacionalidade galega, aventureiro, válido e amante da rainha, um grande empecilho

à paz interna de Portugal.

A revolução e as atividades militares encabeçadas pelo Mestre de Avis só passaram a ter consistência quando o jovem Nuno Álvares Pereira, de 24 anos, fidalgo entre os melhores, forte, bravo e tipo ideal de cavaleiro heróico e puro, deixando em Pontevel seu irmão mais velho, retornou a Lisboa, apresentando-se ao Mestre. Colocou a serviço da pátria sua desconhecida espada e seu gênio estratégico, até então ignorado.

Outro personagem que ganhou força no movimento foi o burguês Álvaro Pais, que fora Chanceler Mor nos governos de D. Pedro I e de D. Fernando I. Adversário de D. Leonor Teles, aderiu a causa visando vantagens pessoais. Conspirou com Nuno Álvares contra a vida do amante e válido da rainha e junto chegaram à conclusão que era urgente matar o Conde Andeiro.

Para Nuno Álvares foi apenas mais um projeto, porém para Álvaro Pais, mais determinado na consecução de seus objetivos pessoais, depois de muitas tentativas, conseguiu convencer outro jovem, o bastardo D. João, Mestre de Avis – medíocre, ambicioso e pobre - a dar a punhalada no Andeiro.

## Mestre de Avis - D.João I



- Aclamado Rei pelas cortes reunidas em Coimbra.(1385)

O assassinato do conde visava assustar a rainha, fazendo-a ocupar o trono apenas para satisfazer uma mera fantasia da nobreza, enquanto um conselho de governo controlado por burgueses administraria de fato o país.

Executado o conde conforme planejado, um criado saiu gritando pelas ruas que no paço queriam assassinar o Mestre de Avis. Álvaro Pais juntou a multidão que começou a se formar e foi para o Palácio. O Mestre mostrou-se de uma das varandas sendo aclamado pela multidão. Finalmente aparecera em Portugal um chefe, um messias.

A rainha apavorada e sedenta de vingança, saiu de Lisboa levando consigo a parte da corte que não queria se submeter ao burguês, o que frustrou o plano original de Álvaro Pais. Ele foi encontrar a rainha em Alenquer, para tentar levá-la novamente para o trono através do casamento com o Mestre de Avis, o assassino de seu amante. A resposta de Leonor foi uma imensa gargalhada e como vingança escreveu ao genro, João de Castela, que viesse tomar posse do reino. A partir daí só restava à guerra como solução para a crise.

Confirmada a notícia dos preparativos de Castela para a invasão, era preciso improvisar um chefe militar. O Mestre de Avis, por ser cavaleiro foi o escolhido. Em um simulacro de eleição, ele foi eleito “Defensor e Regedor do Reino”. Os grandes centros populacionais não foram ouvidos, mas o povo aderiu com entusiasmo à sua nomeação, enquanto a nobreza

com desdém o alcunhou pejorativamente de “Messias de Lisboa”.

Depois de algumas escaramuças, João de Castela chega a Santarém onde estava a Rainha e dela obteve uma abdicação formal. A partir daí passou a exercer de fato o poder. Isso levou grande quantidade de fidalgos que até então apoiavam a rainha a passar para o lado do Mestre.

Arrependida, Leonor Teles começou a conspirar contra o genro. Ao ser descoberta foi internada em um convento de Tordesilhas, não podendo mais retornar ao reino.

Alertadas sobre os planos do castelhano, algumas cidades mostraram ao Mestre de Avis a necessidade de contarem com tropas militares. Nuno Álvares Pereira foi enviado como fronteiro, investido de plenos poderes, com uma força de 800 homens contando com 200 lanças, besteiros e peonagem.

## Nuno Álvares Pereira



"...  
Negam o Rei e a Pátria e, se convém,  
Negarão, com Pedro, o Deus que tem."  
(13)

"Mas nunca foi que este erro se sentisse  
No forte dom Nuno Alveres: mas antes,  
Posto que em seus irmãos tão daro o visse,  
Reproando as vontades inconstantes,  
Aqueles duvidosas gentes disse,  
Com palavras mais duras que elegantes,  
A mão na espada, irado e não fecundo,  
Ameaçando a terra o mar e o mundo."  
(14)

Os Lusíadas Canto IV

Estava começando naquele momento a excepcional carreira do grande cabo de guerra.

Durante o deslocamento foi convocando os partidários do Mestre e conseguiu recrutar mais gente transformando sua coluna em uma força total de 1.500 homens em armas sendo 300 lanças. Foi informado que já se encontrava no Crato uma hoste de 5.000 homens composta de castelhanos e portugueses renegados sob o comando do mestre de Santiago, Pedro Álvares Pereira, seu irmão mais velho. Nuno não hesitou em marchar ao seu encontro para dar-lhes batalha e destruí-lo.

### 6. Batalha de Atoleiros

(06/04/1384)

Foi uma batalha de encontro ocorrida no sítio pantanoso dos Atoleiros. A tropa portuguesa marchava, de acordo com os princípios táticos da época, escalonada em quatro troços: Vanguarda, Ala direita, Ala esquerda e Retaguarda.

Reconhecendo a desigualdade numérica e o valor de sua tropa, Nuno Álvares Pereira por genial intuição, procurou adotar um dispositivo tático que anulasse todas as vantagens da cavalaria inimiga.

Mandou apejar os cavaleiros e dispôs as quatro alas da hoste em quadrado. Os cavaleiros desmontados ocuparam a frente de cada uma de suas faces oferecendo ao atacante o ferro das lanças fincadas no chão e sustentadas com a força de seus músculos. À retaguarda de-

las, densa linha de besteiros com a missão de flecharem a cavalaria inimiga quando se lançasse sobre a estacada de lanças.

Segundo Fernão Lopes:

“Foi o primeiro que de memória de homens até este tempo fez batalha em Portugal por terra ( a pé) e a venceu”

Nessa batalha ficava evidente a importância da infantaria no combate e marcava o início do crepúsculo da orgulhosa cavalaria medieval. Os próprios portugueses comprovariam isso mais tarde em Aljubarrota. Em 1356, Eduardo, o Príncipe de Gales que tinha por alcunha “Príncipe Negro”, ao vencer a batalha de Poitiers, na Guerra dos Cem Anos quando aprisionou o Rei de França, João II, o Bom, foi o primeiro a verificar a importância do combate do homem a pé.

Os castelhanos atacaram com sua orgulhosa cavalaria gritando: “Castela, Santiago” ao que os Portugueses retrucavam com “Portugal, São Jorge”.

Chegando à linha portuguesa,



### Batalha de Atoleiros

• “Foi o primeiro que de memória de homens até este tempo fez batalha em Portugal por terra e a venceu” Fernão Lopes

os cavalos caíam derrubados pelo ferro das lanças fincadas no chão. Outros eram abatidos antes mesmo de atingir as linhas pelas flechas disparadas de dentro do quadrado.

Convencidos depois de muitas perdas, da inutilidade dos ataques da cavalaria contra aquele magote de homens que utilizavam uma nova tática de combate, só lhes restava uma solução, a retirada, deixando para trás caída no campo, a nata de seus combatentes.

Atoleiros, batalha vencida no começo da campanha teve como consequência:

- levantar o moral dos até então bissonhos combatentes portugueses;
- abater a confiança de Castela no poder da sua cavalaria e na supe-

rioridade numérica de suas forças sobre as de Portugal;

- dar grande prestígio ao novo chefe militar português que surgia e
- fixar desde o primeiro momento os destinos da campanha como um todo.

Refeito do combate, saiu Nuno Álvares a percorrer as cercanias, agora munido além das prerrogativas reais de Fronteiro com plenos poderes, dos benefícios da fama obtida pela estrondosa vitória. Com isso reverteu a posição dos alcaides que apoiavam Castela a despeito do povo do burgo que já havia se pronunciado a favor do Mestre. Em seguida volta para Lisboa que, segundo informes, seria objeto de novo cerco das hostes castelhanas.

Os castelhanos com cerca de 40 naus e muitas galés fundearam diante de Lisboa e por terra, 5.000 lanças, um troço de 1.000 ginetes, 6.000 besteiros e 18.000 peões fechavam o cerco que, não produziu os esperados resultados e durou apenas quatro meses.

Em Lisboa a fome já fazia seus estragos enquanto no arraial castelhano a peste se desenvolvia surdamente. Quando ela contagiou a própria rainha, D. João apavorado, levantou o cerco, pôs fogo no arraial, se retirou para Santarém e finalmente conduziu o exército de volta para Castela.

Em 1385, a causa da independência ganhara raízes profundas no coração do povo português. Com a finalidade de consolidar a independência resolvendo a crise dinástica, foram convocadas para Coimbra, antiga capital do reino, as cortes gerais da nação. O trono foi oficialmente declarado vago e em eleições lá realizadas o bastardo D. João, Mestre de Avis foi aclamado rei, embora boa parte da nobreza preferisse eleger um dos príncipes D. Denis ou D. João, filhos de Pedro I e de Dona Inês de Castro.

Nuno Álvares Pereira foi nomeado Condestável do Reino. Para as outras funções foram escolhidos e nomeados os fidalgos selecionados dentre os antigos partidários do Mestre de Avis.

Começava em Portugal uma nova dinastia, a de Avis, sendo D. João I, seu primeiro rei.

D. João I de Castela recomeçou os preparativos para uma nova invasão de Portugal. Enquanto realizava esta preparação fez várias incursões armadas ao território português. A maior delas terminou com a Batalha de Trancoso na qual os lusos adotaram uma formação semelhante a usada por Nuno Álvares em Atoleiros o que levou a poderosa cavalaria invasora mais uma vez a derrota.

Contrariando a opinião do con-

selho de guerra que preferia continuar com as pequenas e frequentes operações na fronteira para desgastar continuamente Portugal, o Rei de Castela decidiu invadir o seu território.

## **7. A batalha de Aljubarrota.**

(14/08/1385)

A invasão foi realizada pela da região do distrito de Guarda. O rei à testa da coluna composta pela fina flor de sua cavalaria que integrava franceses, gascões, portugueses simpatizantes e grande quantidade de besteiros num total de 30.000 homens.

Do lado português, em Abrantes, a expectativa e a inquietação eram grandes. Com a chegada de Nuno Álvares Pereira com 3.000 homens, convocou-se o conselho de guerra cuja reunião foi muito agitada. Todos os conselheiros preferiam que fosse realizada uma guerra de pequenas ações a arriscar tudo em uma única grande batalha e perder. O rei decidiu pela realização de pequenas ações. O condestável, possesso pela certeza dos místicos e pela confiança na própria genialidade, ignorou as ponderações ditas pelo que julgavam ser o bom senso. A experiência que acumulara em combate, aliada a um inato gê-



nio estratégico e a sagrada causa da independência do reino, levaram o condestável a abandonar o Conselho e desobedecer ao rei. Marchou com seus 3.000 homens para Tomar onde daria combate ao invasor. O rei, depois de muito considerar foi juntar-se a ele com o restante de suas tropas, encontrando-se em Tomar. Enquanto a tropa tomava posição em Porto de Mos, o condestável comandando 100 cavaleiros foi reconhecer o inimigo e escolher um sitio onde deveria esperá-lo, confirmando que combatia a pé mas fazia os reconhecimentos a cavalo...

Escolheu um lugar ermo, situado ao norte do lugarejo de Aljubarrota, constituído por um movimento seco do terreno, cercado por terras baixas e alagadiças que lhe serviria de fosso protetor. Colocou a tropa em posição com frente para Leiria por onde o inimigo viria.

No entardecer do dia 13 os portugueses avistaram a vanguarda castelhana se aproximando vindo da direção de Leiria. Mas, como a noite estava chegando e D.João de Castela estava doente, o encontro foi por ele adiado para o dia 14 de agosto.

Como o arraial português continuasse do mesmo jeito, exposto ao sol e sem se alimentar, foi determinado que as tropas de Castela desfilassem pelo flanco esquerdo

da posição, com a finalidade de produzir terror em seus ocupantes dada a grande diferença dos efetivos. A parada durou meio dia. Quando a cavalaria da vanguarda se defrontou com os portugueses, a retaguarda estava ainda a milhas de distancia.

Ao todo o Condestável possuía 6.500 homens (1.700 lanças, 800 besteiros e 4.000 peões). Com eles ocupou judiciosamente o terreno e durante o lento deslocamento inimigo inverteu a frente, agora dando as costa para Leiria.

As tropas disponíveis foram habilmente colocadas no terreno. A vanguarda, contava com 600 lanças, a ala esquerda com 200, composta de jovem que foi, por motivos óbvios, chamada de a “Ala dos Namorados” e a ala esquerda com 200 homens de armas entre os quais arqueiros ingleses. A ala da retaguarda, a reserva, comandada pelo rei, era composta por 700 lanças.

O dispositivo inimigo ainda não se definira. “O rei em suas andas a tremer maleitas” mal podia comandar. A idéia de uns, optando pela prudência, era manter o cerco e esperar que a fome e a sede derrotassem os portugueses. Outros, mais orgulhosos, achavam que esperar que uma posição pequena defendida por vilões mal treina-

dos ser vencida pela fome, era uma vergonha. Deviam atacar e varrer a posição portuguesa a golpes de lança. Prevaleceu a postura dos que queriam o ataque.

A organização do ataque ficou assim definida:

Na vanguarda 1.600 lanças, a fina flor das cavalaria de Castela, da Gasconha e dos portugueses partidários de D. Beatriz.

As alas direita e esquerda com 700 lanças cada uma e a retaguarda uma massa de 3.000 lanças. Não pensaram em reserva.

Foram distribuídos pelo campo besteiros e peões para atirarem de longe e de vários pontos lançando confusão nas linhas portuguesas.

Já estava baixo o sol quando Castela fez soar as trombetas para o ataque.

O ataque começou com o disparo dos trons, tosca artilharia de pedra. Ela surpreendeu os portugueses e o medo tomou conta de alguns aldeões que tentaram fugir mas foram abatidos pelos besteiros espanhóis espalhados pelo campo o que evitou novas deserções.

Durou muito pouco a ação da primitiva artilharia.

As bombardas de pedra explodiram matando seus primitivos operadores.

A cavalaria avançava mas vendo

a sua frente apenas homens a pé, diminuiu o ritmo do ataque para cortar os cortos da lanças e assim torná-las mais maneáveis e melhor combater homens a pé. Com isso formou-se uma cunha com toda a massa atacante. O choque foi tão grande que aliado ao rebatimento planejado da linha de frente portuguesa, rompeu o centro do dispositivo e penetrou a posição com quase todo o efetivo da cavalaria. Não esperavam tal sucesso e ficaram sem saber o que fazer. Como em um bem ensaiado movimento de dança os portugueses voltaram para suas posições mantendo a cavalaria praticamente presa em seu interior. Pela ala direita os arqueiros flechavam tranquilamente aquela massa de cavalaria. Ao mesmo tempo a “Ala dos Namorados” atacava com grande fúria e D. João I de Portugal vinha esmagá-los com a cavalaria que estava na reserva.

A retaguarda de uma das alas castelhanas recuou encontrando grande dificuldade em atravessar os próprios trens gerando tal confusão e pânico que até o rei de Castela fugiu com sua escolta para Santarém.

A vitória estrondosa considerando a diferença de efetivos: 30.000 castelhanos contra 5.000 portugueses teve causas que valem a enumerar:

- a bravura, o esforço pessoal e o elevado moral de todos os combatentes;
- causa justa – lutavam pela independência da própria terra;
- unidade de comando – o plane-

### A Batalha de Aljubarrota (14/08/1385)



jamento e a condução da operação por Nuno Álvares Pereira unicamente;

- escolha de um local ideal para estabelecer a posição defensiva;
- planejamento bem feito e bem executado;
- exploração da postura orgulhosa e prepotente do inimigo e
- a valorização do combatente a pé repetindo a experiência bem sucedida de Atoleiros.

As conseqüências políticas dessa batalha foram:

- a afirmação definitiva de Portugal como nação livre e independente;
- o batismo de sangue da nova realidade implantada pela dinastia de Avis.
- a consagração do novo espírito levando a burguesia ao comando da nação.

Nuno Álvares Pereira continuou a ser um Vitorioso. Após Aljubarrota vence, no mesmo ano, a Batalha de Valverde em pleno território de Castela. Em seguida toma parte em inúmeras batalhas nas diversas guerras intercaladas de tempos de paz.

Tornou-se um homem muito rico. Depois da expedição a Ceuta, repartiu com os mais necessitados todos os bens que amealhou e renunciou aos títulos de nobreza e cargos que recebera. Em seguida recolheu-se ao Convento do Carmo que ele mesmo fundou e construiu na cidade alta em Lisboa. Faleceu em 1431 com a fama de pessoa santa - o “Santo Condestável”. Em 1918, cerca de cinco séculos depois de sua morte, foi beatificado pela Igreja Católica.

## 8. Conclusão

Nuno Álvares Pereira cerca de cem anos antes do final da idade média aplicou conceitos que contrariavam todos os princípios até então tidos como infalíveis na condução das batalhas e venceu a inimigos muito superiores em meios e em experiência.

Em Aljubarrota, com um a força de cerca de 5.000 homens venceu um exército de 30.000

homens apoiados pela cavalaria francesa. Para tanto, contrariou a opinião do conselho de guerra português e do próprio rei e marchou com 3.000 homens para o encontro com o inimigo. O rei reconsiderou e foi a seu encontro com o restante das forças portuguesas marcando definitivamente a liderança que conquistou

Escolheu o terreno onde deveria esperar o inimigo depois de fazer um meticuloso reconhecimento a frente de 100 cavaleiros empregando a cavalaria em uma missão típica dela que é utilizada até hoje apesar de toda a evolução tecnológica dos meios de guerra. Apesar de ter provado que era um gênio na arte da guerra sempre agiu com humildade e respeitou o inimigo. Por todos os triunfos que alcançou apesar da permanente inferioridade de meios e da genialidade da concepção das manobras executadas, Nuno Álvares Pereira praticamente é desconhecido fora das fronteiras de Portugal, merece ter seu nome colocado junto ao dos maiores generais de todos os tempos.



# “A Guerra do Paraguai”

## Fato histórico e fonte de estudos

Sergio Roberto Dentino Morgado

“História... testis temporum,  
lux veritatis, vita memorioe,  
magistra vitae...” Cícero – 106 – 43 AC

“A História testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida...” ensinava Cícero, pensador romano, já faz mais de 2.000 anos.

Esse mote é o fio condutor que escolhi para tratar deste fato histórico rico em ensinamentos e muito pouco aproveitado para análises, estudos, comparações, citações, exaltações, fonte de referência e orgulho da alma pátria, sem ufanismo, mas como crença na capacidade dos brasileiros em se superarem na adversidade, irmanados no ideal maior da defesa da integridade nacional, sem distinção de raça, credo ou cor da pele.

Em livro recente – “Porque o Ocidente venceu”<sup>1</sup>, Victor Davis Hanson, historiador militar da Universidade de Fresno, inicia a sua tese descrevendo a “Marcha dos Dez Mil”, epopéia grega que

inspirou Xenofontes a escrever a “Anabase” – poema épico que trata da retirada dos gregos através da Ásia, rumo ao norte, até o Helisponto, no Mar Negro, enfrentando, com êxito, milhares de persas, ao longo de 1 ano e meio. A tese de Hanson neste livro, é mostrar a prevalência dos valores éticos e morais no cumprimento do dever militar e destacar a sua importância na relação entre os diferentes interesses que permeiam os conflitos. Gostaria de tratar do tema com base nessa tese, para reafirmar a crença de que são esses valores que nos estimulam sempre no cumprimento da missão.

Tenho apresentado este estudo sobre a Guerra do Paraguai em várias organizações de ensino do Exército: ECEME, EsPCEEx, ESA, CPOR’s, EsIE..., tratando do assunto de forma muito afetiva,

\*O autor é General de Brigada, historiador e pesquisador em História Militar, Sócio Emérito e Membro do Conselho Fiscal do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

1 - Porque o Ocidente venceu, Hanson, Victor Davis, Ediouro 2002

tratando das causas e do grande contexto em que o conflito aconteceu, explorando os fatos e os seus personagens e, meditando sobre as suas conseqüências.

Em uma dessas ocasiões, durante a preparação, um sargento pediu para falar comigo e ao atendê-lo, fui surpreendido com a seguinte pergunta : - General, o Sr veio nos falar sobre a Guerra do Paraguai. A minha professora de História, ao tratar desse assunto, nos mostrou Caxias como um monstro, que matava mulheres e crianças, que jogava cadáveres coléricos no Rio Paraguai para infectar o Exército e a população paraguaia, que maltratava os nossos soldados, principalmente os negros.... Isso é verdade?

Naquele instante percebi, de forma clara, a importância da oportunidade que me estava sendo proporcionada. Estava diante do “efeito Chiavenato”<sup>2</sup>, que tanto mal tem causado à formação da nossa juventude usando a mentira e a injúria como instrumentos de descrédito sobre o Exército Brasileiro e seus heróis; filosofia marxista calcada na crença de que os fins justificam os meios.

Disse que lhe responderia com a palestra que iria proferir e agradeceu a oportunidade de desmistificar essa inverdade.

Comentei o fato com o Comandante da Escola e o mesmo se mostrou perplexo, pois aquele sargento havia participado dos seminários realizados em comemoração ao bi-centenário de Caxias e, a seu juízo, não havia razão para aquela dúvida.

Meditamos juntos sobre o fato e concluímos sobre a força do ensinamento prestado nos bancos escolares, sobre a importância do professor em nossa vida e sobre o conflito que estaria se passando na cabeça do jovem sargento, pedindo ao General que provasse não ser verdadeira a tese da sua professora. Estávamos diante de um confronto ético : a ética de valores versus a ética de interesses, travada nos escalões mais elevados da formação do nosso pensamento, travada numa sociedade onde 75% de sua população economicamente ativa é analfabeta funcional, portanto, aceita informações como verdadeiras sem questioná-las, interpreta-las, avalia-las.

Tenho iniciado minhas palestras mostrando o aprisionamento do navio “Marques de Olinda”, pelos paraguaios, no dia 12 de novembro de 1864, como o fato histórico que deu início à guerra. Ele me serve de apoio para descrever Porque se fez a guerra; descrição que busca a



relação entre as causas imediatas:

- a invasão do Uruguai pelas tropas brasileiras em 12 de outubro de 1864;

- a aspiração de Solano Lopes de criar o Paraguai Maior;

- a busca da unidade argentina, de certa forma inspirada ainda na reconstituição do antigo Vice – Reinado do Prata;

- a manutenção da livre navegação no Rio da Prata, e,

- a definição das questões de limites entre os beligerantes,

e as causas remotas :

- a busca, o transporte e o controle do ouro existente nas colônias;

- as carências e as implicações da economia do açúcar, desenvolvida no Brasil;

- a criação das reduções jesuíticas, a união das coroas de Portugal e Espanha e o término do Tratado de Tordesilhas, com a conseqüente ação dos bandeirantes;

- o aparecimento da economia do charque e do couro como conseqüência do conflito entre bandeirantes, índios e jesuítas e sua importância como motivação para a disputa e ocupação daquela região;

- a disputa pelo controle do comércio no Prata, caracterizada pela determinação portuguesa em se estabelecer na margem oriental do estuário;

- as guerras acontecidas na Europa, principalmente entre Portugal e Espanha, pelos desdobramentos que acarretaram no continente sul – americano;

- os conseqüentes tratados de limite, fruto das guerras e dos acordos dinásticos, que faziam a fronteira flutuar, num contínuo vai – e – vem;

- a criação, tardia, do Vice – Reinado do Prata, como tentativa de conter a presença portuguesa no Prata;

- a desintegração do Império Colonial Espanhol da América, fruto da Guerra Napoleônica, criando uma série de países com contornos e patrimônio ainda por definir;

- a manutenção da integridade do Império Colonial Português, em face da vinda da corte portuguesa para o Brasil, fortalecendo e possibilitando a criação do Estado do Brasil como a principal nação sul – americana, e

- as guerras desenroladas na região do Prata, inicialmente entre portugueses e espanhóis, posteriormente entre seus descendentes, criando um cultura de relações belicosas e inamistosas, projetadas ao longo de suas histórias.

Essa relação busca mostrar o contexto que motivou a Guerra e

serve para desmistificar a afirmação de que o conflito teve como causa o interesse inglês em impedir a ascensão do Paraguai como potência regional e controlar a economia da região. O revisionismo marxista, ao contrário, tem buscado mitificar o conflito, desde a apresentação das chamadas repúblicas jesuíticas como exemplos de núcleos de inspiração comunista, até a apresentação do Paraguai, fruto dessas experiências, como um país que estava se desenvolvendo através de uma base industrial que colocaria em risco o interesse mercantilista europeu no sul da América.

Francisco Doratioto, professor doutor em História, da Universidade de Brasília, nos oferece uma versão honesta do conflito, baseada em consistentes provas documentais, com o seu livro “Maldita Guerra”, editado pela Companhia das Letras em 2002.

Gostaria de sugerir a leitura do livro “Guerra do Paraguai – Como construímos o conflito”<sup>3</sup>, escrito pelo Professor Alfredo da Mota Menezes, titular da Universidade Federal de Mato Grosso, como uma importante contribuição ao conhecimento das causas da guerra e da desmistificação da versão marxista sobre o interesse inglês no conflito.

Feitas estas observações prelimi-

nares, desejo apresentar um ligeiro resumo de Como se fez a Guerra, que permita mostrar alguns aspectos do fato histórico, estimuladores de análises e comparações mais profundas e apropriadas ao estudo da arte da guerra, dos valores que fundamentam a profissão militar, dos conhecimentos relativos à política, relações internacionais, economia, estratégia, cenários, logística, enfim, todos os ensinamentos que levem a nossa sociedade ter referências que lhe permitam, em conhecendo a História, não repetir erros e não ser surpreendida por ações inamistosas de possíveis agressores.

Retomemos, então, o dia 12 de novembro de 1865, quando o navio brasileiro “Marques de Olinda”, conduzindo o futuro governador de Mato Grosso, Cel Carneiro de Campos, foi aprisionado após deixar o porto de Assunção em direção a Cuiabá. No dia seguinte, 13 de novembro, o governo paraguaio entregou uma nota, datada da véspera, rompendo relações com o Brasil e suspendendo a livre navegação de embarcações brasileiras pelo rio Paraguai.

Enquanto isso ocorria, prosseguia a intervenção brasileira no Uruguai, em apoio aos colorados de Venâncio Flores na já prolongada guerra civil que infelicitava



toda a população oriental, incluindo aí o enorme contingente brasileiro que ali habitava ( 40 mil – 20% ), seus bens e seus interesses, representados pelo comércio do couro e do charque.

O Exército Imperial, com 7.000 homens, a maioria vinda dos Corpos da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, ao comando do Marechal João Propício Mena Barreto, invadiu o território oriental em 1º de dezembro, tomou Paissandu em 2 de janeiro, estabeleceu o cerco de Montevideú a 2 de fevereiro, e no dia 20, com o General Flores assumindo o governo, concluiu sua missão. Composta por 2 Divisões comandadas pelos Brigadeiros Manoel Luis Osório e José Luis Mena Barreto, teve o apoio da artilharia de Mallet e da Esquadra de Tamandaré. Esse exército será o núcleo das Forças Expedicionárias Brasileiras que irão combater os paraguaios nos cinco anos seguintes.

A invasão do território brasileiro, em dezembro de 1864, nas vésperas do Natal, seguiu-se ao aprisionamento do navio, mas a preparação para a guerra começou dez anos antes, em 1855, quando D. Carlos Lopes, pai de Solano, proibiu a livre navegação no rio Paraguai, levando ao Brasil a se opor ao ato, deslocando uma es-

quadra de 20 navios até o Prata para impor seus direitos.

Solano, então Ministro da Guerra, General desde os 19 anos de idade, em 1853 havia estado na Europa, em missão diplomática junto às cortes europeias e feito contato com várias firmas, principalmente inglesas, onde adquiriu apoio financeiro e material. Lá contratou centenas de técnicos, engenheiros civis, navais, mecânicos, especialistas em minas, estradas de ferro, produção de aço, torpedos e canhões, instrutores militares, além de médicos, arquitetos e professores, ao todo 231 estrangeiros.<sup>4</sup>

Adquiriu e encomendou navios, comprou armamento e munições; começou a armar e preparar o Paraguai para a guerra.

Duas colunas partiram do Paraguai para invadir Mato Grosso, Província com cerca de 80 mil habitantes, 3 mil Guardas Nacionais e 900 homens da tropa de 1ª linha, praticamente desarmada. Pelo rio, 4 mil homens ao comando do Cel Vicente Barrios, cunhado de Lopes, usando 5 barcos a vapor, atacaram e conquistaram o Forte Coimbra a 26 de dezembro e ocuparam Corumbá em 4 de janeiro. Por terra, 3.500 homens ao comando do Cel Francisco Resquim, atacou Bella Vista, ocupou Nioaque em 2 de

4 - Moniz Bandeira, O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata, Renavan, 1985.

janeiro e atingiu Coxim em 24 de abril. Resquim havia feito um reconhecimento da área de operações, entre novembro de 1863 e fevereiro do ano seguinte, disfarçado de fazendeiro interessado em comprar terras em Mato Grosso.

A reação brasileira foi imediata e indignada. Por decreto de 7 de janeiro o governo imperial cria os Corpos de Voluntários da Pátria. D Pedro II se alista como o Voluntário nº 1. De pronto, dez mil brasileiros se apresentam em todo o território nacional. O governo imperial convoca 15 mil Guardas Nacionais. Eles são cerca de 420 mil, espalhados pelas Províncias. De São Paulo, em 10 de abril, parte o primeiro contingente, em direção a Uberaba, onde vai se juntar às tropas mineiras e que, em 21 de abril de 1867, dois anos depois, vão atingir a Fazenda Laguna, em território paraguaio. Vão protagonizar a epopéia conhecida como A Retirada da Laguna, cuja descrição encontra-se maravilhosamente descrita por Taunay em obra desse título, publicada pela nossa Biblioteca do Exército.

Gostaria de lhes sumarizar este Fazer a Guerra em quatro contextos:

A marcha dos exércitos aliados pela mesopotâmia argentina, apon-

tando aspectos relevantes dessa ação que durou quase 1 ano, contada da partida do Exército Imperial de Montevideú, em 27 de abril de 1865, até a penetração dos aliados no território paraguaio, em Passo da Pátria, no dia 16 de abril de 1866.

A luta para a conquista de Humaitá, primeiro objetivo definido pelo Conselho de Guerra instalado em Buenos Aires, logo após a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, e do qual participaram Osório, Tamandaré, Mitre, Flores e Urquiza, compreendendo o período que vai da invasão (16 de abril de 1866 ) até a ocupação da fortaleza, em 05 de agosto de 1868, computando mais de 2 anos de preparações, sofrimentos, discussões políticas e estratégicas, ações as mais diversas, seja por terra, pelo rio ou pelos pântanos.

A perseguição, o cerco e a destruição do Exército de Solano Lopes na Linha do Piquiciri, mostrando o elevado nível de capacitação atingido pelo nosso Exército no decorrer da Campanha e ressaltando a elevada estatura de Caxias como Chefe Militar, comparável aos maiores que a História Militar registra como ícones de referência.



O fecho da guerra na Campanha da Cordilheira, mostrando e comentando aspectos dessa fase, que durou de 16 de abril de 1869, data em que o Príncipe consorte Gaston de Orleans, o Conde D'Eu, assumiu o comando do Exército Imperial no Paraguai, até 1º de março de 1870, data da morte de Solano Lopes, e que tem sido usada pelos revisionistas, para matizar a guerra como um todo.

Começemos por tratar da formação da Força Expedicionária Imperial que irá desagrar as ofensas cometidas por Solano Lopes contra a honra e o patrimônio nacional. Osório, a quem coube o seu mando e organização inicial, assumiu seus encargos, ainda Brigadeiro, em 1º de março de 1865, com um efetivo de 9.500 homens, sendo 5.200 infantas (10 Batalhões de 1ª linha, os Corpos de Polícia das Províncias da Bahia e do Rio de Janeiro, e o Corpo de Guarnição da Província do Espírito Santo), aos quais se somavam os 2.100 cavalarianos rio-grandenses (4 Regimentos de 1ª Linha e 7 Corpos Provisórios da Guarda Nacional). Completavam esse efetivo 970 artilheiros e engenheiros (2 baterias do 2º Regimento de Artilharia a cavalo, o 3º Batalhão de Artilharia a pé e um contingente do Batalhão de Engenharia )

Registre-se o fato de que o primeiro nome cogitado para assumir o comando das forças imperiais foi o de Caxias, que ao ser sondado respondeu que aceitaria desde que também assumisse a Presidência da Província do Rio Grande do Sul, com o que não concordou o Gabinete liberal que conduzia o governo naquela ocasião. Convidado oficialmente para a função, em 14 de fevereiro, recusou o convite, razão porque Osório foi nomeado interinamente, em 18 de fevereiro, para substituir o Marechal João Propício, que doente, se retirava para sua província natal.

Osório assumiu o comando enfermo (1º de março) e com a tropa em condições muito precárias. Como chefe e como líder começou a organizá-la. Em abril começaram a chegar os Batalhões de Voluntários e seu efetivo alcançou 13.000 homens. Nomeou o Brigadeiro Antônio de Sampaio, Inspetor da Infantaria, encarregando-o de instruir a tropa, o que seria feito durante todo deslocamento para a Região de Corrientes.

Um exemplo da sua ação de comando está contido na resposta a um ofício do Brigadeiro Soares de Andréa participando a deserção de Guardas Nacionais sob seu comando, alegando falta de abar-

racamento e abrigo e por causa de enfermidades e mau tratamento no acampamento. Responde-lhe Osório: “Ilmo e Exmo Senhor – Recebi seu ofício, em que me participa terem desertado 34 praças dos 1º e 4º Corpos, mas não me diz V. Ex. se foram presos, como deveriam ser, os oficiais de Estado-Maior de dia e Inferiores desses Corpos; porque se eles estivessem com a precisa vigilância, os soldados não levariam o armamento e o arriamento do quartel. Portanto, quando essas deserções se derem, devem ser presos por 3 dias os oficiais de serviço aos Corpos.” E mais adiante, no mesmo ofício:” Neste lugar onde estou acampado, vi o Exército do Brasil, em 1823, combatendo todos os dias quase nu (Guerra da Independência – Osório era Tenente ). O próprio General sofria o que todos tinham – muquiranas. Duas libras de carne magra eram a ração do soldado; o calçado era de pelego; o soldo pagava-se de 15 em 15 dias. Compare V.Exa este estado com o de hoje, e diga se há motivo para o horror e para as histórias que desmoralizam a tropa. Sem embargo, desejo proporcionar quanto em mim couber, o bom êxito para o tratamento dos sãos e dos doentes”.<sup>5</sup>

A obra referida trata, em minúcias, da trajetória de Osório ao lon-

go de toda a Campanha e é fruto do trabalho de seus netos Joaquim Luis e Fernando Luis, com farta documentação de fontes primárias.

Registremos ainda, dessa ocasião, passagens do Relatório que remeteu ao recém empossado Ministro da Guerra, Conselheiro Ferraz, em 27 de maio de 1865. Dele, destaco a referência à marcha da coluna de cavalaria que ultrapassava o passo do Rio Negro, em direção a Concórdia: “Aquela coluna tem marchado lentamente, porque as cavalhadas estavam em mau estado, pelo fato notável de não haver pasto ao sul do Rio Negro, consequência da fatal seca que houve no verão e do frio e chuvas que repentinamente substituíram o imenso calor.” E mais adiante: “A falta sensível do nosso Exército é a cavalhada, o que me tem dado grave cuidado. O meu antecessor tinha contratado 11 mil cavalos, mas falharam. Eu contratei 7 mil, que ainda não recebi, de maneira que poucos temos obtido, e esses são destruídos na marcha para Paysandú.... Outro mal que sofre o Exército é a peste da varíola e do sarampo, importada pelas forças navais que vieram do Norte, mal esse que não foi possível evitar. E que surpreendeu-me sem os meios de inutilizar seus efeitos.. Foi pre-



ciso criar 3 hospitais a um tempo. Só não faltaram remédios... “E diz ainda no relatório: “Não é exato o que aí se diz de serem mal alimentadas as praças do Exército, porque desde Março tem o Exército sido alimentado na razão de uma rês de conta para 60 praças na Cavalaria e de 80 na Infantaria; café 1 onça; açúcar, 2 onças; bolacha, 4 onças, farinha de mandioca e mais uma ração diária de aguardente para cada praça.... Da minha parte afianço a V. Exa que, em mais de 42 anos de serviço militar, não vi por aqui dar-se tanto para a alimentação da tropa...”

Muito pouco se conhece e muito pouco se tem estudado sobre esse período tão preñado de ensinamentos. Alguns autores fazem um breve registro dessa verdadeira epopéia que antecede o início dos combates em território paraguaio. O General Paulo de Queirós Duarte, em sua alentada obra composta de 12 volumes sobre os Voluntários da Pátria<sup>6</sup>, sintetiza-a de forma precisa: “A marcha do Arroio Juqueri-Grande, ao norte de Concórdia, até a Lagoa Brava, uma região a leste de Corrientes, foi executada em 132 jornadas, de 11 de agosto a 20 de dezembro, marchando por uma estrada que não era mais que um caminho de diligências, em

terreno arenoso, sujo e repleto de brejos, banhados e vários cursos d’água a serem transpostos, tudo isso sob condições atmosféricas sáfaras (impróprias) – em meio a um calor abrasador e, vez por outra, bafejada a tropa por precipitações atmosféricas que deixavam o fardamento e o calçado em péssimas condições.”

Os netos de Osório, em sua biografia, também registram essa marcha de 481 km, do corte do rio Uruguai ao corte do rio Paraná, e colhem opiniões de outros escritores, onde se afirma não haver exemplo semelhante em outra Campanha anterior, na América do Sul, pelo tamanho da impedimenta e pelo número de mortes. Essas perdas foram consequência das condições sáfaras a que se referiu o Gen Paulo de Queirós Duarte. Inverno rigoroso, chuvas torrenciais e verão causticante, tudo isso marchando em terreno inóspito.

Mas nem tudo foi sofrimento. Nos quase 2 meses passados no acampamento de Lagoa Santa (20 Dez a 10 Fev), houve imensa confraternização. Atente-se para este fato, pois estavam reunidos brasileiros de todos os nossos rincões, irmanados numa missão comum; defender a honra do Brasil. Nesses cinquenta e um dias, registram

6 - Duarte, Paulo de Queiroz, “Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai”, BIBLIEX, 1983

os biógrafos,<sup>7</sup>” o Exército recebeu armamentos, munições e levas de voluntários bisonhos, baldos de toda a instrução militar,... cada contingente com muitos oficiais comissionados, que, em geral, não sabiam instruir as praças que comandavam; eram tão recrutas quanto seus próprios soldados.” (Reflico sobre a instituição da Guarda Nacional e a preparação da nossa sociedade para a eventualidade de uma guerra).

O General Paulo Duarte, na sua momentosa obra, refere-se aos concertos e retretas que as Bandas dos Batalhões realizavam, (principalmente as oriundas dos Corpos Policiais), numa verdadeira competição de qualidade. Registre-se ainda o clamor externado pela invasão paraguaia, em São Borja, a 10 de junho, mesclada com a vibração da magistral vitória da nossa Marinha na Batalha do Riachuelo, no dia seguinte, que ao Comando do Almirante Barroso, destruiu metade da Esquadra Paraguaia no rio Paraná, nas proximidades de Corrientes, sepultando o sonho do Paraguai Maior de Solano Lopes. Registrem-se as alegrias provocadas pela promoção de Osório a Marechal de Campo, em 08 de julho e pela rendição de Estigarribia, em Uruguaiana, no dia 20 de se-

tembro. Vivia-se a expectativa do combate, num processo de preparação em movimento, enrijessendo-se a tropa para as refregas que estavam por vir.

Desse período sobressai-se uma figura pouco conhecida e até mesmo pouco festejada na nossa História Militar. Refiro-me ao então Tenente Coronel José Carlos de Carvalho. Professor de Engenharia da Escola Militar da Praia Vermelha possuía já extenso currículo de obras realizadas. Fora ele que, entre outras, construía a nova Fortaleza de Santa Cruz, tal qual a conhecemos hoje, obra que tem sido atribuída à Engenharia lusitana. Como Chefe da Comissão de Engenheiros do Exército Imperial, teve por missão facilitar o movimento nessa longa marcha, preparando e melhorando os caminhos, construindo pontes de circunstância, preparando as transposições dos rios caudalosos e participando de inúmeras tarefas logísticas, a mando de Osório. Foi nessa época que se criou, em Corrientes, um Laboratório para fabricar cartuchos e realizar a compustura de armas, tendo o mesmo entregue ao Exército, até o dia 19 de janeiro (1866), 138 mil cartuchos de infantaria pesada, 178 mil de infantaria ligeira; 1 milhão e 41 mil cápsulas



fulminantes e 410 mil cartuchos de cavalaria e 300 mil de pistolas.

O Ten Cel Carvalho coordenou, a mando de Osório a travessia do rio Paraná em Passo da Pátria e na biografia citada, na página 151 do 2º volume, consta uma longa nota explicativa dos preparativos, em que dá conta do andamento dos serviços que estavam sendo realizados.

A propósito, como foge do escopo desse ensaio as análises prolongadas dos acontecimentos ocorridos ao longo de toda a Campanha, penso ser altamente compensador um estudo detalhado dessa operação de transposição, aí incluídas as ações combinadas e conjuntas, sejam com a Esquadra Imperial, já com a presença de Tamandaré, sejam com os aliados, envolvendo as fintas e escaramuças, como a que acabou por vitimar o Tenente Coronel Villagran Cabrita, na ilha da Redenção, um banco de areia em frente ao Forte paraguaio de Itapirú.

Para finalizar essa fase, registro sumariamente a composição das nossas tropas durante a revista que realizou o Gen Osório em Tala Cora, no dia 1º de março de 1866, 45 dias antes da invasão. Eram 6 divisões (2 de Cavalaria e 4 de Infantaria) compostas por 19

Brigadas, sendo 6 de Cavalaria, 11 de Infantaria, 1 de Artilharia e uma Mixta; que enquadravam 4 Regimentos de Cavalaria Ligeira, 14 Corpos de Cavalaria da Guarda Nacional, 12 Batalhões de Infantaria, 28 Corpos de Voluntários da Pátria, 1 Regimento de Artilharia a Cavalo e 2 Batalhões de Artilharia a pé, 1 Batalhão de Engenheiros e 1 Esquadrão de Transportes. Somavam-se 33.787 homens, sendo 4.347 cavalarianos, 20.537 infantes, 2686 artilheiros (48 bocas de fogo) e 287 engenheiros. Compute-se, ainda, 4380 doentes e 130 homens dos Corpos Especiais (Saúde, Eclesiásticos e Estado-maior de 1ª e 2ª classe) Comparados aos 9500 existentes em 1º de março do ano anterior, quando assumiu o comando do Exército Imperial, tem-se a exata noção do esforço despendido pelo Brasil para defender-se da agressão paraguaia. Exército não se improvisa.

A luta para a conquista de Humaitá

A principal característica do terreno paraguaio onde iriam atuar as tropas aliadas era o seu quase que total desconhecimento. O isolamento do mundo exterior, imposto por Francia, seu ditador perpétuo, desde 1811, ano da sua indepen-

dência, até 1841, quando ele faleceu, era a forma de defesa julgada apropriada para uma nação pobre e fraca. Ao assumir o comando da nação, seu sucessor Carlos Lopes, que ficou no poder também até a sua morte, em 1862, enfrentou uma tentativa de incorporação do território paraguaio pelos argentinos. Juan Manoel Rosas, ditador platino, que sonhava em reconstituir o Vice-Reinado do Prata, ao realizar uma ação mal sucedida contra o Paraguai, levou Carlos Lopes a solicitar ajuda ao Brasil, que havia reconhecido a independência do país em 1844. O Governo Imperial colocou 2 engenheiros militares à disposição de Carlos Lopes, os então Major Hermenegildo Portocarrero e o Capitão José Carlos de Villagran Cabrita, que deram os primeiros passos para fortificar a Região de Humaitá, cuja topografia era excepcionalmente favorável ao bloqueio do movimento pelo rio Paraguai, única via de acesso utilizada e conhecida dos estrangeiros para chegar a Assunção, sua capital.

Humaitá era o acidente capital da defesa do Paraguai, e foi sendo fortificado ao correr do tempo. Os técnicos estrangeiros contratados por Lopes, em particular os ingleses, dedicaram-se a essa tarefa. George Thompson, um engenheiro

inglês que depois se incorporou ao Exército de Lopes e por ele combateu, dedicou-se especificamente a transformá-la numa nova Sebastopol ( a da Guerra da Criméia de 1854- 1856 ). Não existe um estudo específico sobre a sua organização, o armamento que dispunha e sua imensa rede de trincheiras. Francisco Doratioto<sup>8</sup>, na obra supra citada, nos fornece uma breve visão do que teria sido o seu sistema defensivo. Deixemos que o correr de sua pena nos apresente essa formidável área de operações:

“A posição paraguaia no estero Bellaco compunha o sistema defensivo de Humaitá, que ficou conhecido como quadrilátero. A fortaleza de Humaitá encontrava-se a uns vinte quilômetros do Passo da Pátria, tendo a protege-la não só armas mas, também, dois esteros, o Bellaco e o Rojas, que se constituíam em obstáculos formidáveis para o avanço de forças terrestres aliadas. A fortaleza estava a dez metros acima do nível do rio Paraguai e sua artilharia controlava vários quilômetros dessa via fluvial; possuía, ainda, uma trincheira de cerca de treze quilômetros, que se estendia desde a margem do rio Paraguai até a planície. À sua volta havia um enorme terreno, com profundas lagunas e



carriçais, compostos de mata de cana-brava, difícil de ser penetrada, intermediados por bosques impenetráveis e espessas moitas – o Potreiro Obella, que tinha poucos caminhos, somente conhecido pelos paraguaios. A leste de Humaitá havia uma selva cerrada, contando com um único caminho utilizado por Solano Lopes para trazer gado para dentro da fortaleza. Apenas durante a seca, quando os pântanos baixavam, as lagunas e as areias movediças ficavam visíveis, aparecia um pequeno trecho de terreno sólido, que se estendia ao norte dessa posição e terminava em Tahí, pequena posição fortificada, à margem do rio Paraguai e acima de Humaitá. Do outro lado do rio havia o Chaco, região pantanosa, com vegetação escura. Nesse terreno inóspito e desconhecido para os aliados, foi travada a guerra até o início de 1868”

O dia 16 de abril de 1866 marca o início da contra-ofensiva aliada na região das Três Bocas. Osório reivindicou para si o privilégio de ser o primeiro a pisar o território paraguaio, por ter sido o Brasil o primeiro a ser invadido por Lopes, com o que concordaram Mitre e Flores.

Os aliados dispunham, na região de Corrientes, de 68.500 h (38 mil brasileiros, 25 mil argentinos e

2.500 uruguaios), mas a força de invasão contava com 42.200 h (29 mil brasileiros, 11.000 argentinos e 2.200 uruguaios) e 87 canhões. Do outro lado, no acampamento fortificado de Passo da Pátria, Solano Lopes contava com cerca de 30.000 h. Dos 40.000 que haviam invadido o território argentino, 8.500 morreram e 12.000 foram aprisionados. Voltaram 14.000 em condições de combate e 5.000 doentes, que atravessaram o Paraná, em 31 de outubro de 1865, ao longo de três dias, sem serem molestados pela nossa Esquadra, que dominava o rio Paraná.

Tamandaré dispunha, para apoiar a travessia, de 26 navios (sendo 16 de combate, com 110 canhões). Com nove navios – transporte, dois avisos a vapor, quatro grandes chatas e doze canoas, foram desembarcados 9.500 h e 1.800 t de material na boca do rio Paraguai, uns dois quilômetros acima da sua foz.

Na véspera desse dia Osório lança, na sua Ordem do Dia, a famosa exortação:

“Soldados! É fácil a missão de comandar homens livres; basta mostrar-lhes o cominho do dever. O nosso caminho está ali em frente.

Não tenho necessidade de recordar-vos que o inimigo vencido e o

paraguaio desarmado ou pacífico devem ser sagrados para um exército composto de homens de honra e de coração. Ainda uma vez mostremos ao mundo que as legiões brasileiras no Prata só combatem o despotismo e fraternizam com os povos.

Avante soldados! Viva o Brasil” Viva o Imperador! Vivam os Exércitos Aliados!”<sup>9</sup>

Eram cerca de 0900 hs quando Osório desembarcou com seus 6 ajudantes-de-orden e outros 12 cavalarianos que compunham seu piquete de proteção. Incontinentemente avançou para reconhecer o terreno, sem esperar a tropa de infantaria do 1º Corpo de Exército, sendo fustigado por uma avançada paraguaia, contra a qual travou combate. Socorrem-no duas companhias do 2º Batalhão de Voluntários, comandadas pelo então Major Deodoro da Fonseca, apoiadas por outras duas do 11º Batalhão de Infantaria, que recalcam o inimigo.

Osório, é criticado por sua conduta (existe uma carta do ministro da Guerra, o Conselheiro Ferraz, datada de 2 de maio e publicada na biografia escrita por seus netos [pg181, Volume 2], que o censura por expor-se desnecessariamente, sendo ele o Comandante em Chefe) Ele explica mais tarde, que assim procedera para mostrar aos seus co-

mandados, a maioria recrutas e bisonhos, que o seu General era capaz de ir até onde os mandava.

As seqüências das ações aliadas nos levam até a Batalha do Tuiuti, travada e vencida por Osório, em 24 de maio, 18 dias após a invasão. Dela muito se conhece e vou apenas lembrar alguns aspectos para possibilitar a compreensão do que terá representado como episódio militar expressivo. Começo me referindo à reação de Lopes em relação à invasão. Com imensa superioridade de meios (30.000 contra 9.000), preferiu retirar-se para a região de Humaitá. Alguns dos seus defensores alegam que o bombardeio da Esquadra sobre o acampamento fortificado de Passo da Pátria inibiu sua ação. Depois, no combate de Estero Bellaco, travado a 02 de maio, também foi pouco ousado, preferindo realizar apenas uma surtida contra a vanguarda aliada, que desconhecia o terreno e não havia estabelecido uma proteção apropriada. Suas perdas foram grandes, mais da metade do efetivo que empregou. Nessa ocasião nos foram tomados 2 canhões da bateria do Regimento de Mallet, colocadas a disposição de Flores, comandante da Vanguarda aliada, fato que vai determinar a construção do fosso de proteção ao Regimento de Mallet no dispositivo



adotado em Tuiuti.

A compreensão de Tuiuti se inicia pelo dispositivo aliado adotado, um alto guardado, com a tropa encolunada num espaço que media 4 quilômetros de profundidade por 2,5 quilômetros de largura, situado entre dois esteros, o Bellaco ao sul e o Rojas ao norte, com uma lagoa a oeste e mata e pântanos a leste. Alto guardado porque a tropa rompeu o movimento em direção a Humaitá e esbarrou no estero Rojas. Parou para reconhecer o terreno a sua frente, continuou escalonada em profundidade porque sua intenção era prosseguir. O dispositivo mantinha a vanguarda de Flores apoiada por batalhões de infantaria brasileiros, e pelo 1º Regimento de Artilharia a cavalo, os 28 canhões raiados da Artilharia revólver de Mallet. Colocada bem junto à essa vanguarda, a nossa 6ª DI; um pouco mais a retaguarda e escalonada, a esquerda, a Divisão Encouraçada de Sampaio. No centro, a 1ª DI de Argolo, seguida da 4ª DI de Xavier de Brito, junto com a Brigada de Artilharia. Na retaguarda, as duas Divisões de Cavalaria, 4.000 h e apenas 600 cavalos. Os argentinos se posicionaram a direita desse dispositivo, previnindo-se de um possível desbordamento por leste, com sua artilharia à frente, tam-

bém escalonando sua infantaria e fechando o dispositivo com os 2.000 cavaleiros de Hornos.

Ao resolver se antecipar ao movimento aliado, que simbolicamente iria se iniciar no dia 25 de maio, data nacional argentina, Lopes concebe realizar um duplo envolvimento do Exército aliado, com o qual pretendia atingir e fechar os passos do estero Bellaco e, com um ataque frontal realizado pelo Cel Dias, seu melhor comandante, utilizando este 9.200 homens, destruir o inimigo

O fosso de Mallet quebrou o ímpeto do ataque paraguaio que passou a tentar desbordar o dispositivo, A ação de comando de Osório e sua presença em todo o campo de batalha, foram construindo o dispositivo que impediu a realização do planejamento de Lopes, que não se aventurou a comandar diretamente os seus homens, ficando postado em Passo Pocú, local do seu Quartel General. A batalha durou cerca de cinco horas.

Em Tuiuti defrontaram-se 32 mil aliados contra 24 mil paraguaios e a batalha produziu 17.000 baixas (13.000 paraguaios e 4.000 aliados) Teria sido um combate decisivo, se tivesse havido um aproveitamento do êxito. Mitre, o Comandante-em-Chefe, que ape-

nas atuou junto aos seus homens, não teve a capacidade de correr o risco inerente aos grandes chefes. Osório dominou a cena e a vitória aliada se deve à sua capacidade de liderança e comando. Isso o reconhece o próprio General Mitre na sua Ordem do Dia referente à Batalha do Tuiuti<sup>10</sup>.

Osório, doente, deixa o Comando do Exército Imperial. É substituído pelo Marechal Polidoro da Fonseca, em cuja fé – de – ofício constam a participação na Guerra dos Farrapos, o Comando da Escola de Aplicação do Exército, criada em 1856, na Fortaleza de São João, e o posterior comando da Escola Militar da Praia Vermelha. Foi Ministro da Guerra do Gabinete liberal do Marques de Olinda (1862/1863) e Adjuntante-General do Exército, ocasião em que foi designado para substituir Osório.

A fase que se segue, no comando de Polidoro, reflete a desorganização dos aliados e se conclui com a fragorosa derrota de Curupaití. O Brasil possuía estacionado, em reserva na região de São Borja, um Corpo de Exército a comando do Barão de Porto Alegre, que havia cercado o General Estigarribia em Uruguaiana e provocado a sua rendição. Em fins de julho de 1866 estava estaciona-

do no Passo da Pátria, próximo da Fortaleza de Itapirú. Em 2 de setembro, embarcou na Esquadra e, após um rápido combate ocupou, no dia seguinte, a região de Curuzú. O não prosseguimento da ação sobre Curupaití, o define como mais um combate decisivo não aproveitado para dar fim à guerra. Naquela ocasião as trincheiras paraguaias na área não estavam prontas e os seus efetivos eram insuficientes. Porto Alegre alegou que o desconhecimento do terreno o desestimulou de prosseguir, aproveitando o êxito de Curuzú.

Mitre, após conferenciar com Polidoro, Flores e Tamandaré, resolve atacar Curupaití, considerada como ação preliminar ao prosseguimento das ações sobre Humaitá. Escolhera-se outra direção estratégica, agora junto ao rio, para, com o apoio da Esquadra, investir Humaitá. O ataque foi planejado para 16 de setembro, mas chuvas torrenciais, que alagaram o campo de batalha e desentendimentos entre Mitre, Porto Alegre e Tamandaré, colocaram em dúvida a validade da ação planejada.

No dia 12 de setembro Solano Lopes solicita um encontro com os chefes aliados, a ser realizado na região de Iataití–Cora, ao norte de TUIUTI. Mitre e Flores compare-



cem e Polidoro se recusa a participar. Muito pouco se sabe dessa conferência, inclusive o que Mitre e Lopes discutiram a sós, mas, segundo relato de George Thompson<sup>11</sup>, o General Barrios disse a um dos Ajudantes de Campo de Mitre que os paraguaios desejavam apenas que os argentinos os deixassem sós com os brasileiros, porque assim, mesmo que dobrassem seu Exército, seriam facilmente vencidos. Iataití-Cora serviu para retardar ainda mais a ação sobre Curupaití e alguns estudiosos são de parecer que a conferência solicitada, nada mais foi do que um estratagema paraguaio para concluir as defesas do Quadrilátero. O ataque se deu, finalmente, a 22 de setembro, contra uma trincheira de dois quilômetros de extensão, antecedida por um fosso de quatro metros de largura por dois de profundidade, além de um muro com dois metros de altura. No seu interior, 5.000 homens e noventa canhões. À sua frente, um terreno alagado, por onde marcharam 20.000 aliados, metade brasileiros, metade argentinos, ao comando de Mitre. O desastre de Curupaití acarretou em 4.000 mortos aliados, a mesma perda de Tuiuti, contra apenas 54 perdas paraguaias.

No dia 25 de setembro, 3 dias

após o fracasso aliado, o General Flores deixa o Teatro de Operações e passa o comando dos orientais ao General Enrique Castro. Sua tropa, cerca de 600 homens, ficará composta por 2 Batalhões de Infantaria, 1 Regimento de Cavalaria e 1 Bateria de Artilharia a 8 peças. Uma revolta no Noroeste da Argentina levará Mitre também a deixar o Paraguai. Levará consigo 4.000 homens e passará o Comando ao General Gelly y Obes, que disporá de 6.000 h.

A consequência imediata da derrota de Curupaití foi a convocação de Caxias para comandar o Exército Brasileiro em Operações no Paraguai. Ele chega ao Passo da Pátria em 17 de novembro, acompanhado do Almirante Joaquim José Inácio, o Visconde de Inhaúma, que vai substituir Tamandaré.

Ele encontra o Exército desorganizado e com o moral baixo; a indisciplina tomara conta da tropa. A desorganização era imensa, a Cavalaria estava a pé, pois os cavalos morriam por falta de forragem. O Exército aliado estava reduzido a 1/3 do seu efetivo. Foi necessário reorganizar tudo, disciplinar a tropa, treinar os homens. Ele passa então a cuidar seriamente da hospitalização, do vestuário, da higiene alimentar e

11 - Tompson, George, La Guerra del Paraguay, Assunção, 1869

do asseio do campo e da tropa.

Na sua Ordem do Dia nº 7, de 28 de novembro de 1866, portanto onze dias após a sua chegada, começa o colocar a casa em ordem. Cria a função de Inspetor da Polícia do Campo, com as seguintes atribuições (ver anexo). Mas não basta mandar, vai ver (Ordem do Dia nº 11 de 08 de dezembro em anexo) Não tergiversa, age (Ordem do Dia nº 23 de 06 de janeiro, anexa)

Em janeiro de 1867 o Exército no Paraguai dispunha de 51.000 homens. Caxias liga-se com Osório e lhe pede que organize um novo Corpo de Exército no Rio Grande do Sul. O Centauro, embora doente, não recusa o convite e começa a recrutar e a preparar novos meios para participar da ação. Da Corte chegou, até maio, cerca de 14.000 homens, recrutas bisonhos que precisam ser treinados.

Em março, a cólera atinge o acampamento brasileiro e morrem cerca de 4.000 homens. Em junho ela some, como por encanto.

No dia 13 de julho Osório retorna ao TO à frente do 3º Corpo de Exército, 6.000 homens preparados na Província gaúcha.

No dia 22 de julho, nove meses após a sua chegada ao Paraguai, Caxias vai retomar o movimento e a ação contra Lopes. Um novo Exér-

cito foi gestado e mostrará a importância do treinamento, da disciplina e da preparação no desenvolvimento e no sucesso das operações.

Gostaria de lhes mostrar o quadro de situação dos meios ao início dessa fase: (Ver Anexo).

Caxias, ao analisar a situação e em função da experiência vivida e pelos reconhecimentos que realizou, chegou à conclusão de que um ataque frontal ao Quadrilátero não surtiria efeito. Os 38.000 h disponíveis e 160 bocas de fogo eram insuficientes para romper a posição fortificada de Humaitá, com seus 30.000 h entrincheirados e mais de 200 canhões. Optou por realizar uma Marcha de Flanco e procurar uma brecha no dispositivo inimigo. Dirige-se para leste, na direção do Passo de tio Domingos e o cruza, indo acampar a 31 em Tuiú-Cué, uma antiga Fazenda pertencente ao Estado paraguaio. Neste mesmo dia retorna ao TO o General Mitre e reassume o Comando dos Exércitos aliados.

Começa, então, uma nova fase de discussões e desentendimentos, pois Mitre desejava que a Esquadra Brasileira forçasse a passagem de Humaitá, contra o que se opunha o Almirante José Inácio, alegando que sem um ponto de apoio a montante da Fortaleza era impos-



sível suprir os navios, que corriam grave risco. Alegava também que estavam sendo construídos, no Arsenal de Guerra do Rio, navios especiais, os monitores, apropriados para aquele tipo de combate. Mitre insistia e havia uma enorme desconfiança quanto a essa insistência, alegando o Almirante que, na realidade, Mitre queria expor a Esquadra ao fogo de Humaitá para destruí-la e com isso acabar com a supremacia naval brasileira no Prata. A Esquadra, pelo Tratado, não ficava subordinada ao Comandante-em-Chefe, mas ao Comandante do Exército Imperial.

Em 15 de agosto a Esquadra força a passagem em Curupaití e, embora avariada, não perde nenhum dos seus navios. É construída no Chaco, uma estrada-de-ferro rudimentar, até a região de Porto Elisário, para suprir os navios de carvão, mantimentos e munição. Uma Brigada é deslocada para dar proteção a essa pequena Base e os navios passam a bombardear, sistematicamente, a cidadela de Humaitá.

Enquanto isso, Caxias prossegue com as ações no flanco leste e usando a Cavalaria, atinge a região de Tahí em 02 de novembro, porto por onde Lopes se ligava a Assunção. O cerco estava quase

concluído. No dia seguinte, com a finalidade de descomprimir o cerco, Lopes realiza um segundo ataque ao Acampamento de Tuiuti. Ao comando do General Barrios, 8.000 paraguaios investem contra o 2º CEx, que com cerca de 4.000 h defendia aquela posição. Tuiuti havia se transformado numa grande Base Logística, contando, inclusive, com um enorme comércio particular, que atendia as necessidades civis e pessoais da tropa. Assemelhava-se a uma pequena cidade com opções de toda a sorte. Eis aqui outro tema importante para ser estudado, porque trata dos aspectos sociológicos da guerra e, em consequência, da sua influência nas operações e no desempenho dos homens.

O ataque de Barrios, tendo obtido êxito inicial em virtude da surpresa, esbarrou no comércio de Tuiuti, e ali ficou. Os paraguaios abandonaram o ataque e se dedicaram ao saque, permitindo que Porto Alegre, que havia retraído para o interior de um perímetro fortificado, se reorganizasse e contra-atacasse. Os paraguaios foram desbaratados e perderam cerca de 3.000 homens.

No dia 21 de dezembro chegam finalmente na região de Humaitá os monitores Pará, Alagoas e Rio

Grande do Norte, construídos no nosso Arsenal de Marinha. Tahí fora conquistada e não havia mais razão para não completar o cerco pelo rio. A decisão de forçar a passagem é tomada. Sobre este fato, a riqueza das fontes de consulta nos mostra aspectos do procedimento e da atuação do soldado brasileiro pouco explorados. Vejamos esse trecho que descreve a ação de comando de Caxias nas vésperas da ação da nossa Marinha contra Humaitá. Mitre já tinha retornado de vez para a Argentina, face à morte do Dr. Marcos Paes, seu Vice Presidente e que garantia o controle político da nação durante a sua ausência. Passou-lhe o comando, em 14 de janeiro. Tasso Fragoso<sup>12</sup> assim descreve o fato, com base no próprio diário de Caxias: (ver anexo).

Assim, às 0300hs da madrugada do dia 19 de fevereiro de 1868, 3 Encouraçados: Barroso, Bahia e Tamandaré, rebocando, cada um deles um Monitor (Pará, Alagoas e Rio Grande do Norte) iniciam a ação e sob o fogo da Fortaleza, ultrapassam-na e chegam até Tahí, às 1030 hs, onde foram acolhidos pelas tropas do 1º CEx.

Essa ação foi coordenada por Caxias, que na véspera expôs o seu plano, no Quartel-General

para Osório, Gelly y Obes, Enrique Castro, e Andrade Neves. Sua preleção, reproduzida por Tasso Fragoso, tirada do seu Diário diz:

“Uma esquadilha de alguns couraçados e dos três monitores Pará, Alagoas e Rio-Grande tinha ordem de forçar o passo de Humaitá, entre 2 e 3 horas da manhã e de seguir depois rio acima até o Tahí, bombardeando as posições de Tahí e Laureles.

Nessa mesma ocasião 2 canhoneiras postadas na lagoa Pires, a 2ª Divisão da Esquadra fundeada frente a Curuzú e a 1ª fundeada entre Curupaití e Humaitá, encetariam vigoroso e prolongado bombardeio contra o interior do quadrilátero inimigo.

Ao raiar do dia, deveria ser tomado de assalto o reduto situado entre Humaitá e Laureles, conhecido pela denominação de Estabelecimento, ponto mais próximo do lugar em que se presumia achar-se presa uma extremidade das correntes que fechavam e interceptavam a passagem do rio, e onde constava ter o inimigo depósitos de munição de guerra, armamento, arriamento, etc.etc., sendo além disso o porto por onde recebia os recursos vindos pela via de comunicação do Chaco.

Para tal fim uma força compos-

12 - Tasso Fragoso, *idem*, pg 355.



ta de 4 brigadas de infantaria, 3 de cavalaria e 12 bocas de fogo de montanha, sob o imediato e direto comando dele, Caxias, por-se-ia em marcha durante a noite. A fim de evitar que o inimigo convergissem as suas forças para esse ponto, os 1º, 2º e 3º Corpos de Exército brasileiros e as forças argentinas e orientais, tratariam, na ocasião, da passagem da citada esquadriha, de simular um ataque contra as posições inimigas fronteiras aos respectivos acampamentos, bombardeando as mesmas posições e tomando-as de assalto, se os chefes por ventura reconhecessem a possibilidade de uma tal empresa sem riscos de grandes perdas”

Relata ainda, Tasso Fragoso, as providencias que mandou tomar em Tahí, mandando cortar lenha para receber os navios, e sobre uma finta que mandou realizar em Tuiu-Cué e Tuiuti, fazendo crer que estivessem na iminência de um ataque na direção de Passo Pucu.. Baseado na obra de Thompson, Tasso descreve o recinto de Humaitá e as suas baterias. Dessa descrição ficamos sabendo que Humaitá dispunha de 98 peças, distribuídas em 10 baterias e mais 101 peças, voltadas para a parte terrestre, distribuídas por quatro baterias.

Com a ultrapassagem de Humaitá

completou-se o cerco. Solano Lopes deixa Humaitá em 03 de março e por Timbó, através do Chaco, dirige-se a San Fernando, próximo a foz do rio Tebiquari. Leva consigo parte da Artilharia, que vai usar na linha do Piquiciri. Em 22 de março é a vez de Resquim sair com 10.000 homens, abandonando as defesas externas do quadrilátero. Curupaití e abandonada e o General Argolo, com o 2º CEx penetra no Sauce. No perímetro de Humaitá permanecem 3.000 h, com alguma artilharia. Os argentinos ocupam Passo Pucu e Osório cerra com o 3º CEx para a região de Pare-Cué, a oeste de San Solano. O cerco a Humaitá se apertava, mas os aliados não conseguiam penetrar no seu reduto. Um informe do General argentino Rivas, que atuava no Chaco, relatando um possível abandono da cidadela, levou Caxias a determinar que Osório fizesse um reconhecimento em força, na região de Pare-Cué. Osório avançou com 6.000 h e destacou 1.700 cavaleiros para a ação de vanguarda. Os paraguaios reagiram com a Artilharia que lhes restava, atirando sobre uma rede de obstáculos preparados pelos defensores (bocas-de-lobo) e causaram 1019 baixas ao 3º CEx, fazendo com que Osório suspendesse a ação.

No dia 24 de julho, por determinação de Lopes, os últimos

ocupantes de Humaitá começam a abandoná-la. São 3.000 h e trezentas mulheres, que durante a noite, usando canoas, penetram no Chaco, em direção a Timbó. Na manhã do dia seguinte, 25 de julho de 1868, presentindo que algo anormal ocorria no reduto, Osório, acompanhado do Coronel Correia da Câmara, penetra na Fortaleza e a encontra praticamente vazia. Argolo Argolo e Gelly y Obes também a investem. Não há reação. Humaitá não foi conquistada, foi apenas ocupada, após ter sido abandonada.

O que isto representa? Tenuidade paraguaia? Incapacidade aliada? Penso que o fator preponderante foi o terreno, de cujo uso judicioso, os paraguaios, ajudados por técnicos ingleses, souberam tirar proveito.

Desse período, a conquista de Humaitá, merece também serem estudadas as influências da política sobre as operações. Na Corte, as disputas pelo poder, entre liberais e conservadores, produziam críticas acerbadas, que levaram Caxias a pedir demissão do comando, o que lhe foi negado, e acabando por fazer cair o Gabinete liberal de Zacarias de Góis, dando início ao processo da queda da monarquia e da substituição do regime.

Não seria incorreto afirmar que Humaitá, de certa forma, também concorreu para a proclamação da República no Brasil.

Outros fatos merecem registro, como por exemplo, a interferência do Governo nas operações. Doratioto<sup>13</sup> nos mostra que o Gabinete de Zacarias forçou o Visconde de Inhaúma a correr o risco da ultrapassagem de Humaitá. Registre-se, ainda, a proposta de Caxias, em carta de 14 de agosto, portanto depois da conquista do baluarte, e dirigida ao Ministro da Guerra, seu correligionário, para que a guerra fosse encerrada ali, pois, “como Brasileiro e Senador do Império, e com a consciência de General, tenho para mim que as injúrias irrogadas pelo tirano do Paraguai às Potências aliadas estão mais do que suficientemente vingadas”<sup>14</sup>.

Informa entretanto Doratioto que, no mesmo ofício em que propunha a paz, o concluía afirmando, de modo disciplinado, que o governo imperial poderia contar com ele, fosse para continuar, fosse para acabar com a luta.

D. Pedro II não aceitava essa solução e determinou que a luta continuasse até que Solano Lopes fosse expulso do Paraguai.

A perseguição, o cerco e a destruição do Exército de Solano Lo-

13 - Doratioto, obra citada, pg 321

14 - Doratioto, idem, pg 337



pes na Linha do Piquiciri

Humaitá tornou-se a nova Base de Operações de Caxias, de onde iniciará a perseguição ao déspota, para finalizar a Guerra.

No dia 13 de agosto, o Marechal reúne todos os comandantes aliados no seu Quartel General em Pare-Cué e lhes apresenta o seu Plano de Operações para o prosseguimento das operações, observando que poderiam concluir a campanha em dois meses. Gelly y Obes, comandante argentino, lhe informa que recebera ordens de seu governo para não prosseguir nas operações. Apesar dessa atitude, Caxias não acreditava nela, pois sabia do interesse dos argentinos em que a luta continuasse, pois continuam lucrando muito com as libras que o Brasil despejava nos cofres argentinos. Tinha razão, pois em 06 de setembro, Gelly y Obes se apresentou com ordens para se reintegrar ao Exército aliado.

No dia 14 de setembro a marcha em direção a Assunção foi retomada e esse período também é repleto de ensinamentos. Merecem estudo a marcha realizada durante 36 dias, debaixo de fortes chuvas, longa de cerca de 200 quilômetros, em terreno pantanoso e desconhecido, recortado por diversos rios. E os trabalhos de engenharia, as missões

de reconhecimento realizados pela Cavalaria, a participação da Esquadra no transporte das tropas e nos reconhecimentos desses rios, seja o Paraguai, sejam seus afluentes.

Há, ainda, o registro da tirania de Lopes, no episódio de San Fernando, às margens do Tebiquari, e seu local de destino após deixar Humaitá. Ali, desconfiado de uma conspiração, ele mandou assassinar inclusive seus parentes, cujo relato encontra-se nas Ordens do Dia de Caxias, prova pungente do caráter e da personalidade do chamado “Napoleão do Prata”.

O Exército atingiu a região de Palmas em 28 de setembro e Caxias determinou que Osório reconhecesse a posição do Piquiciri, situada logo a frente. Dessa ação ficou comprovada a impossibilidade de desbordamento por leste e a inadequabilidade de um ataque frontal. Não se desejava transformar a posição do Piquiciri em uma nova Humaitá. É quando Caxias elaborou a genial manobra de envolvimento, cerco e destruição, que vai ficar registrada como uma das mais perfeitas já realizadas em operações militares e que a História Militar mundial, ainda não lhe deu o destaque e a importância devida.

Se por leste era impossível, e pelo centro desaconselhável, resta-

va a opção por oeste. Pela calha do rio, nos barcos da Marinha, seria moroso. Restava o Chaco. Por aí investiu Caxias. Mandou construir uma estrada, longa de 11 quilômetros e com cinco pontes, obra prima da engenharia militar brasileira, realizada em 23 dias e cobertas por 6 mil troncos de palmeira carandá. Os trabalhos foram iniciados pelo Coronel Tibúrcio, Comandante do 16º Batalhão de Infantaria, oficial brilhante que iniciara a guerra com tenente, no Exército de Osório, que se pos à frente 1112 h, denominados de Força Expedicionária do Chaco (2 BI, 1 Esqd Cav e 2 Cias de Eng); obra de Argolo, com seus 3.500 homens do 2º CEx e o apoio técnico da Comissão de Engenheiros ( Ten Cel Rufino Enéias Galvão, Ten Carlos Lassance e Alferes Emílio Jourdan).

Durante a construção da estrada Caxias fiscalizou, pessoalmente, o serviço. Por sete vezes cruzou o Chaco, a cavalo, a pé ou em canoas. Atingindo o rio Paraguai na região de Vilheta, embarcava nos navios da Esquadra e ia reconhecer os possíveis locais de desembarque. No dia 27 de novembro transferiu seu Quartel General para o Chaco. As chuvas torrenciais enchiam o rio e colocavam em perigo a manobra idealizada.

No Chaco foram colocados cerca de 25.000 h (3 CEx e 5 Divisões de Cavalaria), que na madrugada de 05 de dezembro começam a ser transportados pela Esquadra e desembarcam na região de Santo Antônio, a retaguarda da posição defensiva do Piquiciri. Eram 18.667 infantes, 1.000 cavalarianos, 450 artilheiros e 300 engenheiros, prontos para iniciar os combates contra Ita-Ivaté, Quartel General de Lopes na região de Lomas Valentinas. No Chaco ficaram 4.000 cavalarianos, que vão desembarcar, após o Combate de Itororó, na região de Guarda Ipané e que serão o instrumento de Caxias para aniquilar o inimigo no Arroio Avaí.

A dezembro, como a consagrou a cultura histórica militar, caracterizou o cerco e a destruição do inimigo. Caxias sabia da importância do fator tempo, pois era necessário evitar que Lopes voltasse parte do seu dispositivo para o norte e fortificasse a posição nessa direção. Eis a explicação para o conceito da operação sobre o Arroio Itororó.

Esse arroio tinha quatro metros de largura, tinha as suas margens empedradas, com a lâmina d'água, que era pequena, a quatro metros e meio de profundidade; na realidade um fosso. Para a sua traves-



sia uma ponte de madeira, estreita, cerca de cinco metros de largura, onde mal davam para passar duas carroças juntas.

O inimigo se antecipara e pelo sul ocupou, com 5.000 h, uma colina que lhe dava comando sobre o passo e a manteria no seu redor, que lhe mascarava a posição. Tinha, também, alguma artilharia (12 canhões). Caxias determina que Osório, com o 3º CEx, desborde a posição e caia sobre o flanco do inimigo. Na estrada, encolunados, os outros dois Corpos de Exército, aguardando a liberação. O tempo, fator crucial, passa e Osório não chega. Caxias decide passar o obstáculo a viva força; serão 13.000 homens atacando através de uma ponte estreita. O que acontece é uma carnificina, que põe em risco toda a manobra. A visão desse risco leva Caxias ao gesto supremo de arrancar a galope pela ponte e arrastar consigo os batalhões que vão desalojar das colinas os paraguaios. Itororó é um exemplo de tenacidade e liderança, de tomada de decisões de risco e de sublimação do sacrifício.

Liberado o eixo de marcha, Caxias dirige-se para Vilheta, cuja conquista lhe forneceria a capacidade logística para prosseguir na ação. Os paraguaios decidem

barrar-lhe o movimento no corte do Arroio Avaí. Bernardino Caballero, o defende com cerca de 7.000 homens das três armas e 18 bocas de fogo. A Cavalaria, que estava no Chaco, começou a transpor o rio Paraguai na madrugada de 9 de dezembro e no dia seguinte seu efetivo estava completo e pronto para o combate. A Batalha do Avaí vai se travar no dia seguinte. O plano de Caxias é semelhante ao de Lopes em Tuiuti. Um duplo envolvimento com as Divisões de Cavalaria, para cercar o inimigo e um ataque frontal, forte em infantaria para aniquilá-lo.

Assim foi feito e só restaram 200 paraguaios, que conseguiram fugir para a Lomas Valentinas. Osório foi ferido na mandíbula e mais uma vez deixou o Teatro de Operações. Restava agora o cerco e a destruição do Exército de Lopes na posição do Piquiciri.

No primeiro ataque às Lomas Valentinas foram empregados 19.000 homens contra 9.000 em Ita-Ivaté, a maioria velhos e crianças; cerca de 700 na Fortaleza de Angostura, ao comando do inglês George Thompson e 1.500 na linha do Piquiciri. Os aliados contavam ainda com os efetivos de Palmas (4.350 argentinos, 800 uruguaios e 2840 brasileiros - a Brigada Pa-

ranhos e o Corpo de Artilharia de Mallet) com a missão de fixar os efetivos paraguaios do Piquiciri.

O primeiro ataque deu-se a 21 de dezembro e permitiu o isolamento de Angostura, a abertura do dispositivo do Piquiciri, por onde passou o Destacamento de Palmas e o cerco dos paraguaios em Ita-Ivaté. No dia 24 de dezembro, véspera de Natal, os comandantes aliados, convencidos da inutilidade do prosseguimento da batalha, intimam Lopes à rendição, que a recusou. Na manhã do dia 25, 46 canhões se posicionaram em círculo diante do último reduto de Lopes. Às 0600 h começou o bombardeio, que durou hora e meia. Cada peça disparou 50 tiros. No dia 27 deu-se o ataque final, iniciado às 0600 h, com novo bombardeio da posição, seguido do assalto, do qual participaram brasileiros, argentinos e uruguaios. Lopes, em meio ao combate, fugiu por um dos flancos, na direção de Cerro Leon. Angostura se rendeu no dia 30 de setembro. Desde o dia 6 de dezembro, até a rendição de 30, o Exército Paraguai havia perdido quase 20.000 combatentes, podendo ser considerado destruído. Os brasileiros perderam mais de 10.000, dos quais 2.000 foram mortos.

Caxias mandou uma Brigada,

ao comando do Coronel Hermes da Fonseca, ocupar Assunção. Isto foi feito em 1º de janeiro, com a cidade deserta. Caxias entra na capital do Paraguai no dia 5, junto com o grosso do Exército. No dia 14 de janeiro lança a sua famosa Ordem do Dia nº 272, onde descreve de forma sintética e magistral, toda a Campanha do Piquiciri. Termina-a com a afirmação de que:

“A guerra chegou a seu termo, e o Exército e a Esquadra Brasileira, podem ufanar-se de haver combatido pela mais justa e santa de todas as causas.”

Sobre esse período cabem alguns comentários e sugestões. Primeiramente, a relação entre brasileiros e argentinos, que recrudescer a partir do final do cerco de Humaitá e só foi amenizado nas vésperas do ataque final a Ita-Ivaté. Que influência teria tido a falta de confiança e a antipatia de Caxias por Gelly y Obes? Seria um reflexo das relações tumultuadas entre Caxias e Mitre?

Outra questão circunstancial refere-se à fuga de Lopes de Ita-Ivaté. Tanto Doratioto, quanto Tasso Fragoso são pródigos em analisar esta questão. Há indícios da conivência de Caxias com a fuga, que teria sido intermediada pelo Almirante MacMahon, representan-



te americano no Paraguai, maçom como Caxias e como Lopes. Mas seria Lopes maçom? Ou seriam razões de Estado? Aliás, a participação da diplomacia nessa questão do Prata, desde as suas origens, também está merecendo um estudo mais acurado.

O último ponto a que quero me referir, relaciona-se com o desempenho da tropa nessa fase da Campanha. Caxias, segundo Doratioto, fez várias críticas a esse desempenho e o relaciona com o tipo de recrutamento realizado, destacando a presença de escravos e libertos. Como teria influenciado, no espírito de Caxias, a crença, desde Humaitá, da inutilidade de se prosseguir com aquela guerra? Ele cita<sup>15</sup> um comentário feito por Caxias em carta ao Gen Gelly y Obes, quando solicitava a participação argentina nação sobre Ita-Ivaté, onde ressalta o seguinte trecho:

‘Os soldados brasileiros estavam abatidos e desorganizados e não sem razão, pois a qualquer outro Exército, em iguais condições, teria ocorrido o mesmo. Essa campanha de quinze dias, em meio ao barro e à chuva, suportando algumas vezes os rigores de um sol ardente e o calor sufocante nas marchas e contra marchas, mal alimentados, pior assistidos

por socorro médico e combatendo valorosamente, como testemunham os 8.000 brasileiros fora de combate, caídos em seus postos de honra, era para acovardar até um soldado de ferro”.

Tive a oportunidade de visitar o Campo de Batalha de Getsburg, um monumento à alma do soldado americano. O culto à memória, aos heróis, às virtudes, ali e nos inúmeros livros escritos sobre aquela passagem estão perpetuados como fonte de ensinamento. Mapas, terrenos reduzidos, símbolos, espetáculos de luz e som, visitas guiadas, tudo sobre um épico da Guerra de Secessão, colocado à disposição de quem assim o desejar. Piquiciri não fica nada a dever a Getsburg, merecendo, desde já, um estudo comparado.

Mas voltemos à nossa proposta de estudo, porque a guerra não terminou aí. Caxias, no dia 17 de janeiro, assistindo uma missa, que mandara rezar na Catedral de Assunção, sofre uma síncope e fica desmaiado por cerca de meia hora e retira-se para Montevidéu, solicitando sua substituição no Comando das Forças Imperiais. Tal atitude, interpretada como um posicionamento contrário à política imperial desagrada a Pedro II. Caxias chega ao Rio de Janeiro, incógnito, no dia

15 - Doratioto, obra citada, pg 372.

15 de fevereiro. Ninguém a esperar o maior herói da Guerra do Paraguai. O Imperador o sagrará como Duque, em 23 de março, mas Caxias se manterá, por algum tempo, afastado da vida pública.

### O fecho da guerra na Campanha da Cordilheira

Esta fase começa com a assunção de comando do Conde D'Eu, encarregado de caçar Lopes pela Cordilheira, missão que não desejava, pois certamente não via muita honra na tarefa. O período compõe-se de três momentos mais significativos, que são o Combate de Peribebeu, talvez o último combate que ainda pode, como tal, ser considerado; o pretenso massacre de Campo Grande, ou Acosta Nhú, como o denominam os paraguaios e que tem servido de símbolo aos revisionistas para mitificar toda a Guerra do Paraguai e, finalmente, a perseguição e morte de Lopes, na região de Cerro Cora, no dia 1º de março de 1870. Ela não ilustra a História Militar Brasileira.

Mas não podemos concordar com as mentiras e as distorções descritas nesses compêndios, até porque não resistem a uma análise séria. Analisemos os registros do Visconde de Taunay, no seu Diário do Exército<sup>16</sup>. E o cruzemos com

os relatos encontrados nos livros de Tasso Fragoso<sup>17</sup> e Doratioto<sup>18</sup>. Do relato do acontecido no dia 16 de agosto de 1869, dia da batalha, sintetizamos que após a conquista de Peribebeu, Lopes foge, subindo a Cordilheira e penetrando na mata da Serra de Maracajú. No seu encalço, o Conde D'Eu lança seus dois Corpos de Exército, encontrando, nessa perseguição, o General Bernardino Caballero, com 6.000 h e 23 bocas de fogo, ocupando uma posição defensiva entre os arroios Juqueri e Peribebeu. A missão de Caballero era ganhar tempo para permitir a fuga de Lopes. No seu efetivo, crianças com barbas postizas e velhos. Opção paraguaia e de sua total responsabilidade. Era o que restava na população, após cinco anos de guerra, culpa do Ditador, que desgraçou o seu povo. Quantas crianças, quantos velhos, com que idades? Não há registro. Iniciada às 0830 h, terminou às 1500 h, quase 7 horas de combate, mais do que em Tuiuti, contendo um ataque de cerca de 20.000 h, grande parte a cavalo e o fogo de 2 regimentos de Artilharia. Meditemos: crianças e velhos a manejar canhões, a carregar e a atirar com espingardas que pesavam cerca de 7 quilos. Gente mal alimentada, vivendo debaixo de ameaças. Como explicar?

16 - Visconde de Taunay, Diário do Exército – 1869 – 1870, BIBLIEX, 1958, pg 136 a 141.

17 - Tasso Fragoso, obra citada, IV volume, pg. 276 a 293

18 - Doratioto, obra citada, pg. 413 a 418



Vejamos a descrição de José Júlio Chiavenatto<sup>19</sup>, começando pelo título do capítulo XV:

Acosta Nu: símbolo de uma guerra: crianças de seis anos lutando e morrendo.

E o subtítulo 58:

Matando”até o feto no ventre da mulher”

E no nº 60:

Um dia da mais heróica batalha americana; 20 mil soldados contra 3.500 crianças paraguaias.

Onde consta:

Acosta Nu foi uma das mais terríveis batalhas da história militar do mundo. De um lado, estavam os brasileiros com vinte mil homens. Do outro, no meio de um círculo, os paraguaios com três mil e quinhentos soldados de nove a quinze anos, não faltando garotos de seis, sete e oito anos! Junto às três mil e quinhentas crianças paraguaias, combatiam quinhentos veteranos comandados pelo General Bernardino Caballero....

E mais:

Acosta Nu é o símbolo mais terrível da crueldade dessa guerra: as crianças de seis e oito anos, no calor da batalha, apavoradas, agarravam-se às pernas dos soldados

brasileiros, chorando, pedindo que não as matassem. E eram degoladas no ato. Escondidas nas selvas próximas, as mães observavam o desenrolar da luta. Não poucas pegavam em lanças e chegaram a comandar grupos de crianças na resistência. Finalmente, após um dia todo de luta, os paraguaios foram derrotados. Pela tarde, quando as mães vieram recolher as crianças feridas ou enterrar os mortos, o Conde D’Eu mandou incendiar a macega – no braseiro, viam-se crianças feridas correr até caírem vítimas das chamas.

Ao me dar conta de que esta ignonímia é ensinada para as nossas crianças, para os nossos filhos, nas nossas escolas de nível médio; sendo esta obra adotada como livro texto e que é referência para estudos, filmes e novelas, posso entender a aflição do Sargento que me questionou sobre Caxias. E vos pergunto: Qual deve ser o nosso papel? Qual deve ser a nossa atitude? Nessa luta cultural, uma luta que envolve conhecimentos, que envolve comportamentos, nessa luta de vontades, devemos ficar passivos?

Vamos concluir nossa palestra.

Conseqüências da Guerra

19 - Chiavenatto, obra citada, pg 153 a 159

A morte de Francisco Solano Lopes nas margens do arroio Aquidabã, em Cerro Corá, no dia 1º de março de 1870, caracterizou o cumprimento de uma das cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança, que estabelecia a derrubada do governo paraguaio como objetivo da guerra.

Os cinco anos e três meses de duração do conflito produziram inúmeras conseqüências para todos os seus participantes.

Enriquece esse estudo usar a análise comparativa feita por Luiz Alberto Moniz Bandeira sobre o conflito e a integração na América do Sul<sup>20</sup>, usando como referências as conseqüências de outros conflitos acontecidos na mesma época, a Guerra Civil Americana (1860 – 1864) e a Guerra de Unificação da Alemanha, envolvendo a Áustria (1866) e a França (1870). A primeira, também conhecida como Guerra de Secessão, permitiu multiplicar por cinco a rede ferroviária americana, barateando o custo do transporte e facilitando a circulação de mercadorias, ao mesmo tempo em que, garantindo a hegemonia do Norte industrializado sobre o Sul agrário e atrasado, alavancou a economia do país e permitindo que saísse de um quinto lugar como potência industrial em 1840, para o topo da lista em 1895. Já a Alema-

nha, beneficiada pelas ricas jazidas de minério de ferro obtidas com a posse da Região da Alsácia – Lorena, pelo aporte de cinco bilhões de francos-ouro, pagos como indenização de guerra pela França e pela construção de cerca de 20 mil quilômetros de estradas de ferro, projetou-se, em 1900, para o segundo lugar da lista, superando a Grã – Bretanha.

Na América do Sul, o Brasil se endividou com a guerra, que lhe custou 614 mil contos de réis (mais de dez vezes o orçamento do Império em 1864, que foi de 57 mil contos de réis); manteve sua vocação agrária e continuou escravocrata por mais dezoito anos; viu inibido o esforço de industrialização do Barão de Mauá, que faliu com a guerra e retardou a nossa entrada nesse grupo seletivo por cerca de 80 anos (considerando Volta Redonda como o grande marco dessa virada).

Já a Argentina, enriqueceu com o conflito, fornecendo a maior parte da logística, paga a preço de ouro pelo Brasil. O Uruguai, já mesmo durante a guerra viu aumentar seu rebanho de ovelhas, de 3 para 17 milhões de cabeças. O porto de Montevideu foi transformado em base de abastecimento dos exércitos aliados e tornou-se um entreposto permanente de livre comércio,



competindo com Buenos Aires. A cidade cresceu, aumentando de 58 mil para 126 mil habitantes, entre 1060 e 1868. A imigração também cresceu e 60% de seus habitantes eram estrangeiros, principalmente italianos e espanhóis. A lã, o charque e o couro eram seus principais produtos de exportação.

O Paraguai pagou um preço extremamente elevado pela loucura de Lopes. Viu reduzida à metade a sua população, ficando esta, na sua grande maioria, formada por mulheres, crianças e velhos. Sua economia apequenou-se e por quase um século, continuou muito empobrecida.

As questões de limites tiveram soluções assimétricas. Entre o Brasil e o Paraguai a querela foi resolvida rapidamente, com o limite estabelecido no rio Apa, como desejava o governo imperial. Com a Argentina, não se cumpriu o previsto no tratado, que lhe destinava todo o Chaco. Por interveniência da nossa diplomacia, que aproveitou a forte presença militar brasileira para tutelar os governantes paraguaios, o limite acabou sendo estabelecido no rio Pilcomayo.

Externamente, a disputa de influência entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha junto ao Brasil e a Argentina, ganhou projeção,

sendo a relação entre americanos e brasileiros fortalecida pelo comércio do café e da borracha, e entre argentinos e britânicos, caracterizada por uma dependência quase colonial informal, mantida pelo comércio do couro, do charque, da lã, do trigo e do milho. Esta situação acabou beneficiando o Brasil na solução da sua questão de limites com a Argentina na Região das Missões, pois obtivemos, em 1895, o laudo favorável do Presidente dos Estados Unidos, Glover Cleveland.

A bem da verdade, o sonho de reconstrução do Vice-Reinado do Prata continuou acalentando a política argentina por longo tempo, da mesma forma que obrigou a diplomacia brasileira a gestionar para manter o “statuo quo” da região.

A Argentina, finalmente unificou-se, o Uruguai e o Paraguai mantiveram-se independentes, o primeiro estabilizado e próspero, e o segundo, permanentemente convulsionado por rebeliões e pobre. O Brasil derrubou a monarquia e estabeleceu a república. Isto depois de, finalmente, acabar com o cancro da escravidão. Tudo como conseqüência da guerra.

No campo militar a guerra tornou o Exército Brasileiro verdadeiramente nacional. Até então, com a proeminência da Guarda Nacional,

criada em 1831 para substituir tropas estrangeiras, incluídas as lusas, que defendiam os interesses da Coroa e das Cortes portuguesas, elas eram efetivamente regionais e regionalmente atuavam. A tropa de 1ª linha, em 1864, dispunha apenas de 18.000 homens, para todo o território nacional. Após a guerra, em 1871, foi reduzida para 19.000, chegando a pouco mais de 11.000 em 1889, por ocasião da Proclamação da República. A nossa supremacia no Sul foi ultrapassada pela Argentina, particularmente quanto ao poder naval, que estimulada por uma disputa com o Chile, armou-se e desequilibrou a situação no Prata. Entre 1895 e 1900, o sul da América era palco de ameaças, seja entre o Chile e a Argentina, seja entre o Chile, o Peru e a Bolívia, seja entre o Brasil e a Argentina e até mesmo entre o Brasil e o Peru. Foi quando ocorreu o desastre de Canudos, em consequência do despreparo do Exército e puro reflexo do abandono a que foi submetido após a Guerra do Paraguai. Considerado como ponto de inflexão na nossa História Militar Contemporânea, simboliza o início da modernização do nosso Exército.

Em razão do término da escravidão e da Proclamação da República, o Exército foi apequenado e

desprezaram-se os enormes ensinamentos proporcionados pela participação na guerra. George Santayana, filósofo espanhol, ensina que “aqueles que desconhecem a História, estão fadados a repeti-la, nos seus erros”. A memória existente desse fato histórico é muito rica e seu estudo, seu conhecimento, sua avaliação e sua crítica, nos permitirá aprender com o passado.

### Conclusão

O Professor Philip Bobbitt<sup>21</sup>, que ensina Direito Internacional na Universidade do Texas e Estratégia no Kings College, em Londres, aproveita uma antiga tese do historiador grego Tucídides, autor da clássica obra “As Guerras do Peloponeso”, para criar o termo guerra momentosa, ao definir, para os conflitos, uma questão central que, quando resolvida, normalmente mediante um tratado de paz, caracterizariam a sua verdadeira dimensão. Assim, a conhecida Guerra dos Trinta Anos, que teve como escopo a questão religiosa, terminando com a paz de Vestifália, em 1648, teria começado em 1566 com a revolta holandesa – calvinista contra os espanhóis e durado 82 anos. Da mesma forma, a guerra iniciada em 1914, de cunho ideológico, entre o nazi-facismo

21 - Bobbitt, Philip, A Guerra ea Paz na História Moderna, Editora Campus,2003.



como instrumento da teoria arianista, o marxismo-leninismo como instrumento da utopia comunista e a liberal-democracia como ferramenta do livre mercado, todos eles visando o controle político e econômico mundial, conflito que só terminou em 1991, com o Tratado de Paris, conseqüência imediata da queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética, estabelecendo a hegemonia norte – americana no mundo em que vivemos. Ela integra, pois, as duas Guerras Mundiais, a Guerra Civil Espanhola, a Guerra da Coréia, a Guerra do Vietnam, a Guerra Fria e todos os demais conflitos acontecidos nesse tempo, envolvendo a posse do poder global.

Partindo desse raciocínio, a Guerra do Paraguai estaria também incluída dentro de uma guerra momentosa, cuja motivação foi o controle da Bacia do Rio da Prata, iniciando-se em 1680, com a reação espanhola à fundação da Colônia do Sacramento e concluída, recentemente, em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, que criou o Mercosul. Estamos, pois, construindo, na paz, o que se disputou na guerra, ao longo de 311 anos.

Ao interpretar que o objetivo maior desse nosso encontro foi mostrar a importância do conhecimento e do uso da História Militar

como um referencial para a profissão militar, aí incluída a questão dos valores que sustentam a nossa Instituição e servem de escopo para manutenção e defesa de sua honra, de seu pundonor e para o aprimoramento das virtudes de seus integrantes, creio que existe, hoje, um instrumento providencial, capaz de, modernamente, estimular e alavancar o estudo dessa Ciência tão imprescindível à nossa formação. Refiro-me aos Clubes de História, já existentes na quase totalidade dos Estabelecimentos de Ensino do Exército. Estimulá-los, preservando o voluntariado, será uma ação estratégica de alto significado. O uso da Internet, onde proliferam as salas de discussão, a pesquisa, os jogos estratégicos envolvendo batalhas, o conhecimento do armamento, das viaturas, dos fardamentos e dos inúmeros aspectos que contam as histórias das batalhas e dos conflitos, será a fonte onde se suprirão os interessados e que possibilitará um conhecimento maior sobre a nossa profissão. Estimular o intercâmbio com entidades congêneres e admitir a presença de participantes extra-força, será motivo de crescimento e possibilidade de divulgação da nossa História. Porque é para isso que serve a memória.





# A Pintura Histórica e Militar no Século XIX: Aspectos Teóricos e Metodológicos da Representação da Tradição Militar.

Paulo André Leira Parente\*

## I. Objetivos da Palestra:

1. Identificar a pintura histórica e militar como uma fonte para o estudo da história e da memória na construção da idéia de nação no século XIX.

2. Relacionar diferentes formas de reconstrução do passado através das imagens no embate entre história e memória sob o ponto de vista da metodologia da história e dos valores militares.

3. Interpretar e relacionar exemplos da pintura histórica e militar brasileira do século XIX.

## III. História e Museologia: duas Tradições em Busca do Passado.

O estudo das imagens como testemunhos do passado, ou vestígios de uma época anterior, foi incorporado muito recentemente à ciência histórica. Por parte de diversos historiadores ainda identificamos uma certa resistência em aceitar a imagem produzida no passado como

uma fonte histórica plenamente legítima em suas características. Devido aos avanços da metodologia da história nos campos de investigação da História Social, da História Cultural e da História do Poder, tais desconfiças começam a diminuir, ainda que lentamente.

É importante ressaltar que na perspectiva da metodologia da história, não se trata de substituir as fontes tradicionais utilizadas pelos historiadores, tais como os documentos manuscritos, por exemplo, pelas fontes iconográficas, mas sim, complementar seus estudos e pesquisas com fontes adicionais que favoreçam a elaboração de novos problemas e hipóteses na construção do conhecimento sobre o passado. Isto porque, as imagens produzidas no passado podem permitir ao historiador alcançar um ponto de vista sutil e diferente em relação às estruturas do passado

\*O autor é Doutor em História, professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro -UNIRIO e Sócio Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

que busca conhecer. E ver a realidade de uma forma diferente significa aprender. Assim, podemos aprender sobre o passado através do conjunto de imagens que produziu sobre si próprio. Imagens complexas, variadas, gravadas em meios técnicos diferentes, que, no entanto, chegaram até o presente ainda em condições de comunicar uma mensagem à nossa cultura.

A resistência de parte dos historiadores deve ser respeitada. A História alcançou sua condição científica no âmbito das Ciências Sociais apoiando-se no estudo metódico de documentos escritos guardados em arquivos, que, apesar de variados e nem sempre institucionais, ainda assim, são compreendidos pelos historiadores como arquivos. Entretanto, gostaria de chamar a atenção para um fundamento mais antigo da atual ciência histórica que poderá esclarecer melhor sobre o seu perfil como ciência e profissão.

A tradição do que entendemos hoje como história parece ter uma data e um local de nascimento relativamente seguros: o século V a. C., na Atenas clássica vitoriosa sobre os persas ao fim das guerras médicas. A história surgiu com Heródoto

no ato de investigar e contar sobre um evento passado. Não qualquer passado, mas sim, um passado próximo, grandioso, no qual os acontecimentos marcaram uma geração. Justamente por isto, o tem central da obra de Heródoto é a guerra.

Podemos seguir uma longa tradição na qual observamos que a história permaneceu relativamente fiel a estrutura originária desenvolvida pelos historiadores do V século. Não significa que sejam histórias iguais, mas sim, que mantiveram uma mesma atitude frente ao passado: investigar, escrever e contar sobre o passado. Assim, podemos alinhar uma longa tradição na qual os historiadores formaram sua ciência e profissão: Heródoto, Tucídides, Políbio, Tácito, Tito Lívio, a narrativa bíblica, Eusébio de Cesaréia, as hagiografias medievais, as crônicas dos heróis, dos reis, das nações, na Idade Média, Maquiavel, Vico, Montesquieu, Gibbon, Ranke, Michelet, Alexandre Herkulanos, Varnhagen, Mommsen, enfim, chegamos ao século XX. Na tradição historiográfica identificamos que o historiador parte de uma narrativa baseada em textos que demandam a compreensão do documento. Assim:



## **Narrativa - Texto - Documento**

Gostaria de fazer uma rápida comparação com a Museologia. Os colecionadores na antiguidade e os antiquários ao final da Idade Média e durante o Renascimento, acumularam um saber na experiência dos sentidos. Criaram uma percepção e valoração do passado através de uma profunda preocupação com seus vestígios físicos. Foram atentos aos detalhes dos objetos e no ato de colecionar pretendiam recuperar antigos costumes, tradições, formas de viver o cotidiano, em sua própria cultura ou em culturas diferentes. Valorizaram os objetos antigos, hoje entendidos como históricos e culturais, como testemunhos seguros para a reconstrução do passado.

O renascimento agregou o mesenato e o ato de colecionar, que busca atingir o passado e compreendê-lo através de um outro percurso válido, fez surgir com a modernidade as coleções privadas, as coleções reais e nobiliárquicas, as coleções nacionais, militares, etnográficas, zoológicas, botânicas, comemorativas, históricas, culturais, os “lugares da memória”, dentre outras expressões. A partir do século XIX, as instituições

e academias ligadas a este saber buscaram uma perspectiva totalizante no contato com a história nacional. Atuaram de maneira decisiva na formação de uma identidade coletiva e nacional a partir de mecanismos diferentes daqueles da tradição historiográfica. Assim, podemos sugerir que os museus, em geral, seguiram o percurso:

## **Objetos - Imagens - Monumento**

Outro percurso e outra tradição. O desafio atual reside em fazê-las convergir através da interdisciplinaridade. Conforme o historiador Paul Zunthor, significa transformar o documento em monumento. Hoje em dia os museus estabelecem uma relação entre presente e passado que pode ser construída a partir da história ou da memória. O conteúdo de ambas é o passado. No entanto, podem se referir ao mesmo objeto de maneira diferente ou mesmo oposta.

## **IV. História Memória: convergências e divergências na reconstrução do passado.**

**História:** é um conhecimento cientificamente direcionado, mesmo que não alcance um status científico pleno - o que, aliás, também pode ser objeto de discussão nas ciências exatas.

**Memória:** a memória é objeto de estudo em ciências distintas, tais como a antropologia, a sociologia, a medicina, a biologia, a psicologia, a história, a museologia, dentre outras. No âmbito da história, particularmente, interessa-nos os campos da memória coletiva e social. É interessante comparar história e memória a partir de sua estrutura de conhecimento, pois ambas se manifestam na pintura histórica e militar. Assim:

**Memória Coletiva:** Simplificadora dos acontecimentos articula-se em torno de um fato fundador que anula outros fatos precedentes e posteriores (da terra, da liberdade, da nacionalidade, etc.); mito; espaços emblemáticos; lugares da memória; imóvel; espaço como referência fundamental; tradição oral; evento axial; repetitiva; ética da convicção; tradição; memória coletiva, memória social, memória etnológica.

**História:** Complexa; análise histórica e metódica; análise de tempos distintos (curto, médio e longa duração); dinâmica, eixo na referência temporal; relativização do espaço; escrita; problematiza; cognitiva, ética da responsabilidade; refutação; história coletiva, história social; historiografia.

**Obs:** É curioso observar que ambas se utilizam da tática do esquecimento social decorrente de articulações de poder. (Formas histórico-jurídicas do esquecimento: anistia, prescrição e decadência.) Memória e história disputam a primazia na pintura histórica e militar: campo privilegiado para o embate entre a história e a memória.

## V. Pressupostos teórico-metodológicos para o estudo da pintura (imagem) militar como fonte histórica.

1. O conceito de imagem é amplo para os historiadores e comporta vários significados ou registros possíveis de uma realidade, seja ela objetiva (histórica) ou intangível (representação). A imagem pode se manifestar de maneira complexa e variada em seu registro e, com isso, assumir formas variadas de sua construção artística, ideológica ou tecnológica. Trataremos apenas das imagens bidimensionais, mas lembramos que existem muitas outras que também podem servir como fontes para a compreensão do passado. Assim, a imagem sem movimento poderá ser:

- \* Gravura em pedra;
- \* Desenho;
- \* Pintura;
- \* Bico-de-Pena;



- \* Aquarela;
- \* Cartografia;
- \* Cartazes;
- \* Fotografia;
- \* Panorâmicas;
- \* Grafites, dentre outras.

2. A imagem não é necessariamente auto-evidente em suas informações. Pode esconder e revelar significados. Deve ser analisada com rigor metodológico, pois comporta signos e significados mais ou menos explícitos e, também, significantes originários que se perderam ao longo do tempo e nem sempre podem ser recuperados. Cabe ao historiador que usa a imagem como fonte histórica decodificar tais informações e construir uma interpretação coerente.

3. A imagem aplicada aos estudos históricos deve estar relacionada a uma estrutura narrativa ou a uma problemática cujo contexto permite inquirir sobre o passado. Ou seja, a imagem pode ampliar a compreensão do historiador, entretanto, o uso exclusivo de uma imagem não permite uma reconstrução completa do passado. Sem o suporte de informações adicionais e a relação a uma narrativa-problema o uso da imagem pode se transformar em estética.

4. O uso da imagem nos estudos históricos deve privilegiar a for-

mação de redes relacionais que possibilitem ao historiador ligar várias imagens entre si e compreendidas a partir de conceitos teóricos e problemáticas historiográficas. É necessário considerar um problema de estudo para ser respondido ou avaliado metodicamente. A imagem isolada permite lançar perguntas ao passado, entretanto, não deve guiar as conclusões do historiador sob o risco de generalizar um evento específico.

5. A imagem militar pode ser interpretada a partir de várias perspectivas teórico-metodológicas que envolvem campos de estudo no âmbito da guerra, do soldado em suas dimensões sociais, tais como a micro-história, a história social, a história das instituições e do poder, a história da vida quotidiana, dentre outros aspectos possíveis. Cabe ao historiador explorar tais possibilidades através de uma leitura construída a partir de conceitos teóricos e dotada de procedimentos metodológicos. A interpretação não é o resultado da opinião e descrever é um ponto de partida e não a conclusão.

6. É necessário considerar a formação de uma sensibilidade própria na construção da imagem militar a

partir da segunda metade do século XIX, cujas referências são principalmente: a Guerra da Criméia, a Guerra Franco-Prussiana, a Guerra Civil Americana, as Guerras de conquista do sudeste asiático e, no Brasil, destacamos a Guerra da Tríplice Aliança. Esta sensibilidade própria surgiu a partir do daguerreótipo, a fotografia militar, as montagens panorâmicas, o teatro de guerra popular surgido ao final das guerras napoleônicas, alguns espetáculos de ópera que expressam valores do presente e remetem a idealização da cena para o passado no âmbito de conflitos e das guerras, etc. Esta sensibilidade ainda se manifesta nos dias atuais através da pintura, da fotografia, dos documentários, do cinema e da produção de seriados ambientados na guerra. A Pintura Militar no século XIX expressou um refinamento desta sensibilidade e formou uma tradição. Expressou o papel das guerras na formação da idéia de nação e na consciência da nacionalidade.

7. O que ver na imagem militar? Sob o ponto de vista da metodologia da história em sua abordagem social e do poder considerando a imagem como uma fonte adicional, identificamos algumas sugestões, dentre outras:

\* Papel social e hierarquias sociais;

- \* Comunidade e identidade militar;
- \* Grupos Militares;
- \* Classe e Status;
- \* Mobilidade social;
- \* Símbolos;
- \* Reciprocidade;
- \* Poder;
- \* Sexo e Gênero: mulher, criança, escravo, nativo, oficiais, soldados, etc.
- \* Solidariedade;
- \* Mentalidade e ideologia;
- \* Fatos fundadores;
- \* Vultos;
- \* Feitos e gestos;
- \* Organização institucional e postura militar.

8. Sob o ponto de vista dos valores militares, dentre outros, destacamos:

- \* A carreira das armas;
- \* Caráter;
- \* Disciplina;
- \* Lealdade;
- \* Obediência;
- \* Decisão;
- \* Respeito;
- \* Confiança;
- \* Coragem;
- \* Camaradagem;
- \* Justiça;
- \* Postura;
- \* Bom humor;
- \* Amor ao trabalho;



- \* Iniciativa;
- \* Vonatde, dentre outros possíveis.

## **VI. Metodologias e Procedimentos (Como Ver A Imagem Militar).**

1. Aplicação da Semiótica da Imagem e da Semiótica Planar:

\* Análise das redes de significados internas na formação de uma imagem que permitem ao historiador decodificar signos da imagem. O signo indica uma qualidade que define ou sintetiza o objeto, ou seja, algo que o objeto possui de fundamental em sua comunicação. O signo/Ícone distingue o objeto ao reproduzi-lo ou imitá-lo por certos traços constitutivos em comum com o objeto representado. O Ícone pode se referir a um objeto sem existência empírica.

\* A relação do ícone com o objeto nunca está completa, pois coincide com o objeto em um certo número de qualidades, enquanto muitas outras características podem escapar de sua representação. É importante perceber também, particularmente na análise das pinturas históricas e militares do século XIX, que um ícone maior de uma imagem pode abranger outros ícones menores ou parciais como

meio de composição para uma “paisagem histórica” complexa.

\* Ícones menores e parciais são fundamentais na representação da pintura histórica e militar do século XIX, pois através deles, a composição da imagem final representada nas pinturas adquire uma capacidade complexa de relacionar significados e, assim, “contar uma história” com refinamento, sensibilidade e profundidade.

\* A imagem não é a realidade, mas sim, uma representação que informa sobre o passado através de códigos de uma época utilizada no estudo de uma época em particular. A composição da imagem em duas dimensões inseridas em um plano (pinturas, fotografias, cartazes, quadros, quadrinhos, cartografia, aquarelas, etc.) estabelece categorias visuais específicas que, em sua expressão, se relacionam diretamente com o conteúdo central da imagem. No caso das pinturas históricas e militares do século XIX, construíram uma representação possível do passado que buscava exatidão e veracidade sem perder o ponto de vista épico e dos valores militares. Entretanto, o filtro exercido pelos valores e crenças no ato de pintar, formando um juízo pré-

vio, lança ao historiador o desafio de buscar um ponto de equilíbrio entre a verdade histórica e a representação idealizada do passado em sua interpretação. Para isto é preciso relacionar a imagem com sua época e com o seu autor. As imagens são mensagens que informam sobre uma experiência vivida e fragmentos de uma ação, no caso da pintura histórica e militar. O desafio do historiador é relacionar corretamente o que foi captado pela imagem e tornar a imagem um “texto visual” que conta uma história.

2. Heurística da Imagem; ver anexo.

3. Hermenêutica da imagem. ver anexo.

## **VII. Aspectos da Pintura Histórica e Militar no Século XIX.**

1. Origens: o período que se estende entre a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas, que criaram um gosto próprio relacionado com a construção da identidade nacional ao destacar a vitória nas guerras e valorizar um passado épico e glorioso, com destaque para o passado militar, que, aliás, também será valorizado pela historiografia deste período conforme identificamos nas

obras de Ranke. No Brasil a pintura histórica e militar tem início com Debret e a “Missão Francesa” e a representação de cenas de poder, tais como “A Coroação de D. Pedro I”. Também identificamos Pedro Américo e Vítor Meireles, com sua influência francesa e italiana.

2. Características: Solenidade, narrativa histórica e militar, criatividade na arte de “contar uma história”, observação de acontecimentos identificadores da nacionalidade, valores referenciais da nação e valores militares, articulação de cenas, gestos, ambientes ligados a história pátria e a vida militar. Expressava uma pedagogia que unia a estética da arte com a história. Por isto, suas representações da linhagem da nação que ligava os mortos e os vivos em um mesmo ideal, passado e presente, tradição e atualidade. Busca de uma identidade nacional sob o ponto de vista histórico e militar.

3. Declínio: Almeida Júnior: A Partida da Monção, realismo, regionalismo e naturalismo na arte, contrários à grandiosidade da história e dos feitos militares. Os temas militares são substituídos pelas cenas da vida cotidiana, familiar, regional e de pessoas comuns.



# Insurreição do Contestado

Aureliano Pinto de Moura\*

## Introdução

A Guerra Cabocla foi uma insurreição de cunho messiânico rústico rural, sebastianista. Movimento com origem em Portugal, no século XVI, entre 1530 e 1540, nas Trovas de Gonçalves de Bandarra, um sapateiro português. Pelas Trovas, o Encoberto era o Messias que deveria salvar o Reino de Israel expulsando os infiéis da Terra Santa e o grande príncipe e senhor que daria infalivelmente a Portugal e a hegemonia sobre as outras nações. Anunciava o retorno de D.Sebastião, rei de Portugal desaparecido na Batalha de Alcácer-Kibir (1578), para resgatar as glórias do Império Português e salvar a Terra Santa. Estas crenças foram trazidas para o Brasil, pelos cristãos novos, alastrando-se por todo o território. Pela primeira vez surgiu em Pernambuco, em 1817, na Cidade do Paraíso Terrestre e depois no Reino Encantado, movimentos messiânicos rústicos sebastianistas, que tiveram um triste fim.

O Contestado foi uma insurreição de cunho social liderada, ini-

cialmente por José Maria, um dos muitos “monges” que transitaram pelo Planalto Catarinense, nos séculos XIX e XX. “Monges”, que influíram, em parte, no comportamento dos caboclos ignorantes e miseráveis, esquecidos pelo Estado, paralelamente com a disputa territorial, entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina.

Paulo Pinheiro Machado, em seu livro “Lideranças do Contestado” (Ed. Unicamp) afirma: “Destta forma, considero o conceito de messianismo, tal como é empregado por Maria Laura Pedreira de Queiroz, pouco útil para o estudo deste movimento social”.

Ao se estudar o Contestado percebe-se a revolta dos caboclos contra os “coronéis”, Uma revolta dos excluídos contra a sociedade semi-feudal em que viviam.

Uma disputa pela terra, de caráter social e o conflito político por território entre catarinenses e paranaenses, no decorrer dos acontecimentos que se transformou na atuação de hordas de bandidos, saqueando e matando, sob o pretexto

\*O autor é General de Divisão Médico, historiador e pesquisador em História Militar, Sócio Emérito, atual Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e da da Comissão Brasileira de História Militar.

de disputas lindeiras, entre os dois Estados da Federação, o Paraná e Santa Catarina. Dando, ao certo, a esperança de vida melhor e justa. Mas na realidade transformando-os em simples massa de manobra, de bandidos e políticos mal intencionados.

### **A região geográfica**

Foi palco da insurreição um território com aproximadamente 40.000 km<sup>2</sup>, disputado pelos Paraná e de Santa Catarina, desde muitos anos passados. Episódio que se estendeu de 1912 até 1.916, quando, por arbitragem de Wenceslau Braz, então Presidente da República, levou à assinatura de um acordo entre os dois Estados.

A região em questão limitava-se ao Norte pelos rios Negro e Iguaçu; ao Leste pela Serras Geral, e os rios Marombas e Canoas; ao Sul pelos rios Pelotas e Uruguai; e ao Oeste pelos rios Peperiguaçu e Santo Antônio.

O Estado do Paraná tinha pretensões de manter sob a sua jurisdição todo o vale dos rios Negro e Iguaçu, mantendo os rios Pelotas e Uruguai como fronteira com o Rio Grande do Sul. Mantendo, assim as terras herdadas da província de São Paulo, por ocasião do seu desmembramento, em 19 de dezembro de 1853,

reduzindo Santa Catarina às terras litorâneas ao leste da Serra do Mar. Esta disputa já vinha ocorrendo entre São Paulo e Santa Catarina. Após 1.853 o confronto passou a ser entre catarinenses e paranaenses.

Em 1723 foi criada a Comarca de Paranaguá; e em 1738 a de Santa Catarina, mais tarde desmembradas de São Paulo.

D. José I, através do Marques de Pombal deu autonomia a Capitania de São Paulo, nomeando para o seu Governador, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Matheus, empossado em 23 de julho de 1765. Nesta oportunidade, São Paulo confirmou o seu limite Sul nos rios Pelotas e Uruguai. Em 1771, Antônio Corrêa Pinto, a mando do Morgado de Matheus, iniciou a construção da localidade de Lages, assim como de da sua igreja matriz. No ano seguinte, o povoado passou à condição de Vila (Nossa Senhora dos Prazeres de Lages).

Alvará expedido por D. João VI, em 1820 passou a vila de Lages à jurisdição de Santa Catarina, pela maior facilidade de comunicação com o litoral catarinense, em relação a Curitiba ou São Paulo..

Já no século XIX, em 1.853, a Comarca de Curitiba desmembrou-se de São Paulo constituindo



a Província do Paraná, herdeira do território da sua 5ª Comarca, assim como de todas as disputas limdeiras com Santa Catarina.

Em 1.865, os rios Marombas e Canoas, até desaguar no Pelotas, passaram a marcar a linha limdeira das terras sob jurisdição catarinense. A linha de limites entre o Paraná e Santa Catarina passou a ser constituído pela Serra Geral, seguindo em direção ao sul pelos rios Marombas e Canoas até o Pelotas. Avançara para o oeste, de conformidade com o Decreto nº 3.378.

Em 1.879, o Ministro Sinimbu, levou a linha demarcatória da jurisdição catarinense até o rio do Peixe. Apesar das tentativas paranaenses, a linha de jurisdição aí permaneceu. Os recursos apresentados por Rui Barbosa, pelo Paraná, foram favoráveis a Santa Catarina, por decisão do Supremo Tribunal, nos anos de 1.904 e 1.910. O Paraná defendia seus direitos à posse baseada no *uti possidetis* enquanto Santa Catarina procurava os tribunais.

### **O povoamento do planalto catarinense**

Antes da chegada dos portugueses e dos espanhóis, a região do Contestado foi habitada por índios Kaiakang (agricultores), habitan-

tes dos campos e seus inimigos, os Guaranis e Xecrêns (caçadores) moradores das matas.

Desde o século XVI, desbravadores ibéricos transitaram pelas trilhas, entre o litoral atlântico e o Paraguai. Por outros caminhos seguiam os bandeirantes paulistas, oriundos de São Paulo e de Curitiba, em busca de preá do índio e de garimpo do ouro.

No século XVIII, para atender aos garimpos das Minas Gerais e de Goiás, tropas percorriam as trilhas levando mercadorias, gado e muares, necessários aos garimpeiros. Da mesma forma transitavam as manadas de gado, levadas do litoral catarinense (Araranguá e Laguna) para o mercado dos Campos de Curitiba. A mesmo ocorrendo com o caminho do gado, entre Viamão, no Rio Grande do Sul e Sorocaba, em São Paulo.

A Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Revolução Federalista (1893) contribuíram para se assentarem muitos fugitivos da guerra e da lei, fazendo os pousos e as bodegas, que logo fizeram surgir os povoados. Ao crescerem, alguns chegaram às condições de Vila.

No início do século XX, na região contestada, eram poucas as localidades com mais de 10.000 habitantes. Dentre estas estavam: Rio Negro, União da Vitória, Pal-

mas, Campos Novos e Lages.

Já no final do século XIX e início do XX, passaram integrar essa comunidade, imigrantes alemães, polacos e italianos trazidos, pela Brazil Rayway, assim como cerca de 8.000 operários (arigós), oriundos de São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Salvador, para a construção da ferrovia, Na maioria das vezes, marginais da sociedade.

Os imigrantes substituíram, no local, os sertanejos, expulsos das terras doadas à construtora da estrada de ferro (15km para cada lado da linha), pelo governo brasileiro. Deveriam produzir alimentos para os trabalhadores da construção.

### **A sociedade regional**

Na conquista da terra, na região, o homem ia chegando, tomando posse, muitas vezes homiziando-se por crimes cometidos ou fugindo de uma situação política indesejável. As terras foram sendo partilhadas por herança, negociadas ou conquistadas. Eram posseiros intrusos em terras devolutas, aguardando as medições oficiais que nunca vinham. Quando vinham já chegavam viciadas, por concessões políticas a privilegiados e apaniguados.

As disputas pela terra, não raro, acabavam em morte e a duplicida-

de de jurisdição, com frequência, agravava a situação.

A vida transcorria em despejos sucessivos onde imperava a lei do mais forte: a dos coronéis. Estes foram construindo seus impérios com o auxílio dos seus agregados e os seus peões, que ali estavam, ao seu serviço para o que desse e viesse.

O caboclo coletor de erva-mate, ignorante e supersticioso, expulso da terra em que vivia, sem futuro ou esperança, foi alvo fácil às pregações messiânicas dos “monges” andarilhos, que pregando um cristianismo primitivo, traziam esperanças de uma vida melhor.

A essa sociedade juntaram-se os imigrantes trazidos, pela Brazil Railway, para cultivar as terras recebidas, à custa da expulsão dos caboclos brasileiros. Da mesma forma chegaram os operários da ferrovia que ao término da obra foram demitidos e deixados à própria sorte, sem recursos para retornar as suas origens.

A região foi sendo transformada em uma bomba preste a explodir. A injustiça, a miséria, a ignorância e a ação de políticos mal intencionados transformaram querelas locais em antagonismos políticos provincianos, usando os ingênuos sertanejos como massa de manobra.



## O messianismo

A presença dos monges em área rural, de miséria, ignorância e misticismo não foi uma exclusividade do planalto catarinense. Em toda área rural brasileira, existiram inúmeros rezadores, curandeiros, benzedores, mandraqueiros, penitentes, adivinhos, monges e outras tantas categorias. Havia entre elas, uma certa hierarquia, das diversas categorias de gente. Os que rezavam, os que benziam, os que receitavam infusões de ervas e poções milagrosas, os que praticavam a medicina cabocla. Havia fazedor de milagres e amuletos protetores. Envolvidos nisso tudo o povo ia sendo conduzido em busca de vida melhor, atrás de uma esperança.

Os “monges”, realmente, desempenharam um importante papel na evolução da sociedade cabocla na região. Que influíram direta e indiretamente no comportamento da comunidade e no desencadeamento da guerra cabocla.

Quando se fala em “monges” do Contestado devem ser considerados: João Maria de Jesus, João Maria de Agostini (o monge da Lapa), João Maria Marcaf e José Maria de Agostinho. Os relatos de suas vidas são cheios de incertezas, divergências e folclore.

João Maria de Jesus, de quem pouco se fala e pouco se conhece,

apareceu na região por volta de 1810. Era um bom homem, andarilho e solitário. Desapareceu como surgiu.

Nenhum foi mais venerado do que João Maria de Agostini, o monge da Lapa. Pessoa de boa índole, que transmitia bondade e esperança com as suas promessas de uma vida melhor, diante da violência e desesperanças reinantes na sociedade. É o mais antigo monge com referências escritas, na região. Nasceu no Piemonte, tendo chegado ao Brasil em 1842 (ou 1845). Foi um homem só, preocupado com as coisas do espírito. Viajava sozinho, não permitindo companhias. Andava descalço, alimentava-se de frutos silvestres, leite e verduras (quando ganhava), dormindo ao relento.

Consta que João Maria de Agostini teria pregado na Igreja Matriz da Vila da Lapa com o consentimento do pároco local. Este fato faz crer tratar-se de um religioso desgarrado. Certo dia, sem informara a ninguém, desapareceu de vez.

No início de 1893, surgiu na região de União da Vitória o monge João Maria Marcaf (Anastás Marcaf), de origem síria (ou francesa), criado em Buenos Aires. Simpatizante da Revolução Federalista chegou acompanhar as tropas de Gumercindo Saraiva com a sua

bandeira branca com uma pomba vermelha. Após a morte do caudilho apregoava o seu retorno à frente de um exército de anjos. Não era um homem pacífico. Foi visto pela última vez, em 1908. Teria sido sepultado em Lagoa Vermelha (ou Mallet, ou Ponta Grossa, ou Taió).

Com o desaparecimento desses “monges”, os sertanejos passaram a cultuar o surgimento de um novo enviado de Deus. Um novo “monge”, um messias.

Por volta de 1912 (ou 1910), surgiram notícias da presença de um curandeiro pelas cercanias de Campos Novos, No sul de Santa Catarina, conhecido como José Maria de Agostinho. Pelo que se sabe, teria vindo dos Campos do Irani (Palmas), no Paraná, tendo sido ex-soldado do Exército ou da Polícia Militar do Paraná. Dizia-se um peregrino.

Com o desaparecimento de João Maria Marcaf. José Maria procurou ocupar o seu espaço, aos poucos conquistando a população, cada vez mais admirado.

Ledor das histórias de Carlos Magno pregou os seus feitos e criou uma guarda pessoal, que chamou de Doze Pares de França. Uma guarda de elite, constituídas pelos 24 melhores guerreiros. Militarizou a Irmandade Cabocla,

criando a forma diária, nos quadradinhos dos redutos.

A organização política da Irmandade confundia-se com a religiosa. A hierarquia era rígida, tendo como insígnia uma bandeira branca, com uma cruz verde. Mas não havia uma liderança única, após a morte do monge José Maria. Ele foi o líder religioso e político-militar. Com a sua morte, a liderança não foi herdada por ninguém. Foi dividida entre vários dos seus líderes menores.

As lideranças religiosas passaram a ser exercidas por jovens sertanejos que diziam ter contacto com o “monge”, através de visões. Jovens videntes que com ele conversavam servindo de intermediários para com a Irmandade Tal situação imperou na até a conquista de Taquaruçu, pelas tropas. A partir daí ao se dirigirem para Caraguatá, onde a infiltração de malfeitores já era grande, fez com que esses elementos passassem a dominar a Irmandade. As lideranças passaram a ser mais guerreiras do que religiosas.

### **A Irmandade Cabocla**

A Irmandade foi se assentando, pelo planalto, em pequenos redutos, habitados apenas por integrantes da Irmandade. Eram centenas ou milhares de pessoas.



A vida nos redutos era rígida, sob todos os aspectos. Quem ali residia tinha que aceitar a fé pregada pelos “monges” e seguir uma rígida disciplina de convivência, estabelecida para todos.

Os redutos foram construídos em clareiras, com casas rústicas de madeira, cobertas de tabuinhas de pinho, sapé (grimpa do pinheiro) ou palha. Alguns cobriam as casas com o couro de boi. Dormiam em tarimbadas forradas com pelegos e cozinhavam no fogo montado no centro da cozinha, usando trempe de ferro.

No centro do reduto, o quadrado (praça) onde estava a igreja e onde eram realizadas as formas (formaturas) e rezas e o local de distribuição dos trabalhos diários. Os homens da guerra (combatentes), os bombeiros (espíões), os piquetes xucro (encarregado do saque, do roubo, do recrutamento, do confisco de gado e outros bens), as avançadas (sentinelas), o pessoal da lida (com o gado), os tamboreiros (tambor das solenidades) e outras mais.

Os sertanejos tiveram a convicção do seu direito à terra, pela sua expulsão do seu pedaço de chão. As terras doadas pelo Estado à empresa da construção da ferrovia; aos imigrantes trazidos pela Brazil Railway para a produção agrícola. Mesmo reclamando às autorida-

des, os sertanejos foram esquecidos e omitidos pelos dois Estados.

Na região, foram chegando homens de todas as classes sociais que se agruparam em torno do “monge” José Maria. Esperavam que em um dia, São Sebastião descesse a Terra, com seu Exército alado proporcionando a todos os crentes uma vida melhor. Apenas os coronéis, grandes proprietários, não aderiram à Irmandade Cabocla, Permaneciam ligados aos chefes políticos locais e regionais. Dentre os pequenos proprietários, os que não aderiram à Irmandade, eram simpatizantes discretos ou a força.

Em se tratando de prisioneiros, nem sempre chegavam aos redutos. Eram eliminados no caminho, com requintes de crueldade. Por fuzilamento ou degola.

O combatente caboclo era valente e resistente. Formou-se, na grande maioria das vezes, em combate. Sabiam manejar o seu facão e a sua “Winchester”. O seu adestramento era de responsabilidade dos “comandantes da briga”.

### **As lideranças**

O fanatismo e a credence dos sertanejos, aliados às qualidades de chefia do “monge” José Maria, levaram-no à liderança religiosa, política e social da Irmandade.

Após sua morte no combate do Banhado Grande, nos Campos do Irani, as lideranças religiosas passaram a ser exercidas por videntes, todos eles de pouca idade. Assim foi com a menina Teodora (11 anos), neta de Euzébio; o jovem Manoel (18 anos), filho de Euzébio; e o menino Joaquim (11 anos), neto de Euzébio.

As lideranças políticas, sociais e militares não mais se fixavam em uma única pessoa. Cada reduto passou a ter o seu próprio líder. E na proporção que foi evoluindo a insurreição novas qualidades foram sendo exigidas às lideranças. Foram surgindo os chefes que se destacaram pela sua valentia, intimidade com as armas e conhecimentos guerreiros. Eram homens autoritários, intolerantes, e cruéis. A traição à covardia ou mesmo as pretensões de liderança eram, impiedosamente, pagos com a morte. Não havia piedade. Com frequência esses homens eram desertores, ex-integrantes da Guarda Nacional, capatazes ou mesmo fazendeiros. Alguns fugitivos da justiça.

### **O Exército Brasileiro**

O Governo voltou a descuidar-se do seu Poder Militar. Reduziram-se os efetivos e as verbas orçamentárias, refletindo-se na

motivação da tropa para manter o seu adestramento.

Com a Proclamação da República, apesar das reformas realizadas, por Benjamin Constant e Nepomuceno Mallet, a situação da tropa pouco melhorou.

No início do século XX a tentativa de profissionalização da tropa foi realizada por Hermes da Fonseca (1908-1910) com as manobras em Santa Cruz e a criação dos Clubes de Tiro.

A insurreição, iniciada em outubro de 1912, encontrou uma tropa pouco operacional. O seu armamento e equipamento eram ultrapassados e já desgastados, longe de atenderem as necessidades.

O 5º Distrito Militar (Paraná e Santa Catarina), tinha seu Quartel General em Curitiba e a tropa aquartelada nas cidades de Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Paranaguá, Castro e Florianópolis.

Durante a campanha, em determinados momentos, o Exército contou com a participação de tropa estadual do Paraná e de Santa Catarina

A tropa federal empenhada, era a 2ª Brigada Estratégica, reforçada por unidades de outros Distritos Militares. Em 1915, em plena campanha, a brigada foi transformada em Divisão, a duas brigadas e o Distrito Militar transformado em Região Militar.



O armamento usado, a princípio, pela infantaria, foi o fuzil Mannlinches 6,5mm mais tarde substituído pelo fuzil rMause 1891 e 1908 (modelo brasileiro). As companhias de metralhadora estavam armadas com armas Norderfild e a artilharia contava com canhões Krupp 7 ½ e Creusot.

As forças estaduais estavam armadas com fuzis Camblain e metralhadora Norderfild, de maneira geral em más condições de uso.

### **A insurreição a caminho**

Ao iniciar o século XX, Santa Cruz de Canoinhas não passava de um pequeno povoado, ao norte da região contestada. Seu posicionamento era excepcional, no meio da mata, foi sendo ocupada por catarinenses e tornando-se um local de homizio de malfeitores fugidos da justiça paranaense. Em 1911, Canoinhas foi elevada a vila.

O governo catarinense procurava expandir seu território até o vale do Paciência e do Timbó visando a calha do Rio Iguazu. Valia-se do aviso do Ministro Sinimbu que levava a linha fronteira, para o Rio do Peixe (1879).

O Paraná procurava impedir o avanço catarinense. Para os habitantes da região era indiferente a quem cabia a jurisdição. Bandos

armados, foram chegando trazendo insegurança e desamparo. Esses jagunços recebiam recursos e armamento das autoridades catarinenses.

Preocupado com o crescer da violência, o 5º Distrito Militar enviou uma companhia do 37o. Batalhão de Infantaria (Florianópolis) para desenvolverem ação de polícia, nas linhas lindeiras.

As medidas tomadas só agravaram a situação. Criavam-se vilas por decreto e localidades fictícias. As rixas pessoais foram crescendo, interesses regionais foram interferindo, até Santa Catarina radicalizar e apelar para o Poder Judiciário.

Tropas federais chegam ao Timbó e à União da Vitória e o Paraná enviou um destacamento de sua Força de Segurança, reforçado por civis armados. A intervenção conseguiu pacificar temporariamente a região. É neste momento que surge em Campos Novos um “monge”, curando doentes, aplicando ervas, rezando, atraindo os caboclos ignorantes e supersticiosos, que agrupavam-se em torno do “homem santo”. Tratava-se de José Maria de Agostinho, o “monge do Contestado”.

José Maria não era bem visto por Francisco de Albuquerque, Intendente de Curitiba. A sua presença em Taquaruçu, rodeado de

seguidores, preocupava o “coronel”. Além disso, o “monge” havia se recusado atender um chamado do “coronel” e se encontrava sob a proteção de Henriquinho Almeida, inimigo político e desafeto de Francisco de Albuquerque.

José Maria foi para Taquaruçu, para a Festa do Divino, onde resolveu criar o primeiro “quadrado santo”.

Determinada noite, durante a apresentação de violeiros, em um desafio na trova, um jagunço deu “viva à Monarquia e a São Sebastião”. Foi o que bastou para que Francisco de Albuquerque, denunciar, ao governo catarinense, o perigo monarquista que surgia em Taquaruçu. A situação chega a Hermes da Fonseca, Presidente da República. que determinou imediatas providências ao 5o. Distrito Militar, visando a proteção da ferrovia, marginando o Rio do Peixe e a ultrapassagem, de bandos armados para terras paranaenses..

Em 12 de setembro de 1912, parte de Curitiba um destacamento do 14o. Regimento de Cavalaria, com 160 homens, comandados pelo Tenente-Coronel Álvaro Pereira Franco, com destino a Caçador, na linha férrea.

José Maria tomando conhecimento do deslocamento de tropa, para a região, em 1o. de outubro

retirou-se de Taquaruçu em direção aos Campos do Irani, nos campos de Palmas (Paraná)..

A tropa estacionou em Caçador sem perceber a passagem do bando de José Maria, transpondo o rio logo ao norte de Erval, sem molestar ninguém.

O Governo do Paraná viu perigo “...na invasão de bando ligado a Santa Catarina”, Já os catarinenses suspeitaram das intenções do “monge”, que estava cercado de paranaenses, como ele.

### **O combate do Banhado Grande**

José Maria entrou em terras paranaenses, com seu bando armado. Poucos o viam como monarquista. Para o governo do Paraná o bando estava ligado aos catarinenses. A presença, de José Maria e seus homens, alarmou a população local. Vários foram os apelos feitos, pelos moradores de Palmas, ao Governador Carlos Cavalcanti (Paraná). Um pequeno destacamento da sua Força de Segurança foi enviado para a região.

Diante das preocupações alarmistas, o governador paranaense resolveu mandar para Palmas o Regimento de Segurança Pública do Paraná, sob o comando do Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho (Capitão do Exército). O



“Diário da Tarde”, de Curitiba, em 1o. de outubro, publicou a manchete: “Bálcãs Catarinense”.

Em 13 de outubro João Gualberto seguiu para União da Vitória por ferrovia, com destino a Palmas, com um efetivo de 158 homens. Acantonou, em União da Vitória, seguindo em marcha no dia quinze e chegando, três dias depois, em Belo Horizonte. Ali João Gualberto resolveu, seguir para o Sul, em direção ao Irani onde se encontrava José Maria, apesar da discordância de Vieira Cavalcanti, Chefe de Polícia, que seguia junto com a tropa.

José Maria procurou o contacto com Vieira Cavalcanti, enquanto João Gualberto procurou contato com o “monge”, através de chefes políticos e fazendeiros locais. Uma carta impositiva, escrita por João Gualberto, irritou José Maria por sentir-se desconsiderado, por ser ela escrita a lápis e das imposições de João Gualberto não serem aceitáveis. João Gualberto decidiu-se pelo confronto armado partindo em direção ao acampamento do monge. Na madrugada de 22 de outubro, com a tropa cansada, marchou na escuridão, sem muito preservar a surpresa. Fez alto, pela manhã e aguardou o clarear do dia, para um reconhecimento na região.

João Gualberto colocou a sua tropa em posição, junto ao Banhado Grande, onde procurou instalar a sua única metralhadora. Arma essa que de nada lhe serviu. Caíra na água, quando era transportada e não funcionou quando foi necessária.

Os jagunços surgiram em massa, iniciando-se um violento tiroteio e encarniçado combate corpo-a-corpo. No confronto morreu João Gualberto, assim como José Maria. A violência do entrevero levou a debandada de vários soldados e jagunços.

O combate do Banhado Grande (ou do Irani) foi considerado um desastre, onde houve açodamento, negligência e menosprezo pelo valor de combate do inimigo.

### **No dia seguinte, uma nova expedição**

A notícia do desastre do Banhado Grande levou Palmas ao desespero, temendo pela sua segurança. Mas em realidade os jagunços havia seguido para Taquaruçu. Vieira Cavalcanti, tão logo recebeu a notícia, do desastre, informou a Carlos Cavalcanti.

Chocado, sem meios disponíveis para agir, Carlos Cavalcanti apelou para a Guarda Nacional e para a sociedade civil. De imediato mandou para Palmas os 200 rema-

nescentes do Regimento de Segurança Pública, sob o comando do Tenente Fabriciano Rego Barros, Comandante do Corpo de Bombeiros (oficial do Exército), com destino a Palmas.

Ao saber da notícia, o Presidente Hermes da Fonseca determinou ao 5o. Distrito Militar todo apoio ao Governo do Paraná. Assim, foi determinado ao Coronel Antônio Sebastião Basílio Pyrrho, Comandante do 5o. Regimento de Infantaria (Ponta Grossa), reforçado por destacamento do 14o. Regimento de Cavalaria (Curitiba) seguisse para Palmas. Eram ao todo, cerca de 1.000 homens. Concomitantemente partiu de Florianópolis o 54o. Batalhão de Caçadores sob o comando do Tenente-Coronel Duarte Aleluia Pires, reforçado por alguns policiais catarinenses, em direção a Curitiba. Toda a região foi vasculhada sem nada encontrar. Os jagunços haviam retornado para Taquaruçu e alguns dispersados. No Banhado Grande apenas vestígios do combate.

Em Palmas a situação era tensa, com pressão sobre Vieira Cavalcanti que mandou abrir inquéritos que terminaram arquivados no Cartório Criminal de Palmas. O Capitão José de Souza Miranda, o Tenente João Busse e o Al-

feres Adolphito Guimarães, foram submetidos a Conselho de Guerra, tendo sido absolvidos.

Após o desastre do Banhado Grande, o Contestado, viveu um período de paz relativa. O policiamento continuou a ser realizado por pequenos contingentes e tudo fazia crer que a vida voltava à normalidade. Carlos Cavalcanti aproveitou a calma para dialogar com os catarinenses e olhar com mais atenção para a região contestada.

Tanto Carlos Cavalcanti quanto Hercílio Luz, Governador catarinense, procuravam uma solução definitiva para o problema de limites. Chegaram a contatar o Ministro Lauro Miller, catarinense e colega de Escola Militar de Carlos Cavalcanti. Mas a situação de paz no Contestado era apenas aparente.

O “monge” José Maria havia sido visto, pelos videntes da Irmandade, perambulando pela região de União da Vitória e Canoinhas. Os fiéis passaram a aguardar a sua ressurreição sob a proteção de São Sebastião e do seu “exército celestial” que viria a Terra para uma “guerra santa”.

### **As expedições militares**

As notícias da presença do “monge” na região eram tão fantástica, que não preocupava as auto-



ridades. José Maria havia sido sepultado no Banhado Grande. Mas no sertão não era essa a crença. Jovens videntes tinham visões, com o “monge”, recebendo a orientação a ser seguida pela Irmandade.

Em Curitibanos, os conflitos políticos continuavam. O “coronel” Francisco de Albuquerque via na Irmandade um sério perigo monarquista. Por isso apela para Vidal Ramos, Governador catarinense. Dizia-se preocupado com os 150 jagunços armados e adeptos da monarquia, nas proximidades de Curitibanos. O Governo catarinense, em 11 de dezembro de 1913, alerta ao Paraná e ao Ministro do Interior quanto ao perigo que se avizinhava. Pedia intervenção de tropas federais na região enquanto Carlos Cavalcanti negava-se a aceitar a decisão do Supremo Tribunal Federal, em relação aos problemas de limites e sugerindo uma arbitragem para solucionar a disputa. Vidal Ramos não aceitou a proposta. Parlamentares paranaenses e alguns catarinenses (como Hercílio Luz, Marcos Konder e Lebon Régis) apoiaram Carlos Cavalcanti, mas nada ficou resolvido. Na tentativa de pacificação do Contestado, várias expedições foram mandadas para a região, com esse objetivo.

Em 13 de dezembro de 1913 foi mandada uma expedição, comandada pelo Capitão Esperidião, constituída por tropa federal e da polícia catarinense. Eram ao todo 358 homens. A presença da tropa na região contestada alertou a Irmandade em Taquaruçu. Por falta de comunicação e coordenação apenas uma fração comandada pelo Capitão Adalberto investiu contra Taquaruçu, sem obter resultado. Após pequeno combate, sem resultado retornou para Caçador.

A fração comandada pelo Capitão Esperidião burlada por seus vaqueanos, que alegaram estarem perdidos, retraiu para Campos Novos.

No início de 1914, nova expedição foi organizada, com base no 54o. Batalhão de Caçadores e sob o comando do Tenente-Coronel Aleluia Pires. A sua missão foi investir sobre Taquaruçu. O deslocamento da tropa, em direção a Curitibanos, não passou despercebido pelos jagunços. Liderados por Venuto Baiano, malfeitor e desertor da Marinha, preparou-se para defender o reduto. Para isso percorreram os arredores de Butiá Verde com seus piquetes xucros, saqueando casas e fazendas, roubando gado e armas encontradas. As tentativas de diálogo, com os jagunços, foram infrutíferas.

Em 3 de fevereiro, a expedição de Aleluia Pires partiu rumo a Taquaruçu, em marcha por caminhos muito difíceis. Chegou na região, em 8 de fevereiro, após realizar reconhecimento nos arredores, e iniciar o bombardeio do reduto, atacou e conquistou Taquaruçu. Após enterarem os mortos, seguiu-se o saque e o incêndio do reduto. Dos jagunços sobreviventes apenas os rastros.

Após a conquista de Taquaruçu foi um marco. O fator místico religioso da insurreição foi declinando, e influenciando cada vez menos nas ações da Irmandade. A influência dos malfeitores começava a crescer. Derrotados em Taquaruçu, os jagunços, seguiram em diversas direções: Curitiba, Caraguatá, Perdizes Grandes ou Perdizinha.

Surge em Caraguatá a menina Maria Rosa (14 anos), filha de Elias Souza, um dos chefetes, morador da Serra da Esperança. Tornou-se um instrumento nas mãos dos “mentores da fé”. Era ela que indicava os nomes dos “comandantes da briga” e das “rezas” assim como os integrantes dos piquetes de peia do gado. Ela é que escolhia os “bombeiros” e os responsáveis pelas “formas”. Aos traidores, ela sentenciava ao fuzilamento.

Maria Rosa “possuía ligações com o mundo espiritual, um mundo de mistérios”.

Nesta fase da insurreição os jagunços eram mais arredios, mais fanatizados e mais agressivos. Destacava-se bando de Venuto Baiano, desertor da Marinha e ex-funcionário da ferrovia. Seu bando era formado, na maioria, por foragidos da justiça e outros das piores espécies..

Conquistado Taquaruçu, Aleluia Pires seguiu para Caçador, onde recebeu ordem para suspender o ataque a Caraguatá. Deveria esperar o resultado de conversações, com os insurretos, que de nada adiantaram. Piorado o seu estado de saúde, Aleluia Pires foi então substituído pelo Tenente-Coronel José Capitulino Freire Gameiro, com ordem de investir Caraguatá. A expedição teve como base o 54º Batalhão de Caçadores, reforçado com elementos dos 4º, 5º e 6º Regimentos de Infantaria, de uma seção de artilharia de montanha, uma seção de metralhadoras e um esquadrão de cavalaria. Em 8 de março, estava reunido em Perdizes Grandes, enfrentando fortes chuvas. Quando recebeu ordem para atacar Caraguatá. Em determinado ponto do percurso, o guia, declarou-se incompetente, alegando desconhecer o caminho. Havia levado a tropa em direção totalmente fora da rota. Marchado totalmente desorientado.



Ao recuar, a expedição foi atacada por Venuto Baiano, não conseguindo prosseguir para Caraguatá. Retrai para Calmon, onde chega em 11 de março, enviando o seu relato ao Comandante do 5º Distrito Militar.

Diante da situação e da repercussão nacional, o Comandante do Distrito Militar sugere uma nova expedição, sob comando de um oficial general. Para missão foi nomeado o General Carlos Frederico de Mesquita, um veterano de Canudos. Recebendo para cumprir a missão cerca de 1.500 homens.

Ao assumir o comando, o General Mesquita dispensou a tropa catarinense por estar em péssimo estado e procurou dialogar com os jagunços sem qualquer resultado. A presença da tropa na região, levou os jagunços abandonarem Caraguatá, por não haver condições para defender o reduto.

Em suas ações, o General Mesquita conquistou Santa Maria e Caraguatá, enquanto os jagunços retiravam-se para o vale do Timbó e para a Serra do Tamanduá.

Após conquistar os seus objetivos, o General Mesquita, deu por encerrada a sua missão e dissolveu a expedição, para a surpresa de todos. Julgou que, com a destruição de Santo Antônio e Caraguatá, os

jagunços não teriam mais condições para se concentrar. Ledo engano, voltaram-se para Santa Maria.

Em seu relatório, o General Mesquita, foi bem claro. Sua tropa estava sem roupa, com vários doentes e estava às portas do inverno. Para ele “não era missão andar as forças federais à caça de bandidos, como capitão do mato, do tempo da escravatura”. Para ele seria uma missão para tropas de policia estadual.

### **Ataques jagunços**

A retirada do General Mesquita da zona de operações pareceu a os insurretos, um sinal de fraqueza. Teria sido uma “ação protetora de José Maria”.

O Contestado voltou a agitar-se, onde “coronéis” procuravam resolver seus problemas pessoais a qualquer custo. Bandos armados percorriam a região realizando incursões ao seu bel prazer. Foi neste período que o Major Matos Costa procurou conseguir uma solução pacífica para o conflito, através do diálogo. Chegou mesmo a ter um bom relacionamento com algumas lideranças. Mas de pouco ou nada adiantou, pois foi um período violento com muitas ações por parte de bandos armados.

Naquela época dois tristes episódios aconteceram: a chacina de

São João, onde morreu o Major Matos Costa e a do Rio Iguazu, onde 17 jagunços foram degolados por um bando de vaqueanos do coronel Fabrício Vieira, sob alegação de que eram contrabandistas de armas. O que não era correto. Houve apenas um acerto de contas em negócio de dinheiro falso. Fabrício Vieira e o seu bando eram bandidos a serviço do governo.

### **O grande cerco:**

#### **Iniciando o planejamento**

Após cumprir missão no Ceará, o General Fernando Setembrino de Carvalho foi nomeado Comandante do 5º Distrito Militar e 11ª Inspeção Militar, assim como da 2ª Brigada Estratégica. Tal ato deu-se após entrevista do general com o Ministro da Guerra e do Interior e o Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República.

Setembrino seguiu para Curitiba em 9 de setembro de 1914, onde a sua nomeação fora mal recebida tanto na imprensa, como pela sociedade paranaense. Temiam uma intervenção militar no Estado.

Ao chegar ao seu Quartel General, as preocupações de Setembrino de Carvalho aumentaram. Os efetivos militares estavam incompletos e havia falta de oficiais superiores.

Os problemas existentes vinham sendo tratados com descaso e a tropa não estava adestrada para aquele tipo de combate que ia enfrentar.

Estudou a situação com o seu estado-maior, elaborou o seu Plano de Operações e deu ciência ao Ministro da Guerra. A suas pretensões foram quase todas atendidas. Inclusive o reforço de 7.000 homens.

Pesava sobre os ombros de Setembrino de Carvalho os insucessos das expedições anteriores e a má vontade de oficiais que não aceitavam aquele tipo de missão para o Exército. Contava, entretanto com a boa vontade dos governadores, ambos militares. O que facilitou o andamento dos entendimentos para o acordo final da questão de limites.

#### **A tentativa pela via pacífica**

O General Setembrino de Carvalho, sem se descuidar das providências para a execução de seu Plano de Operações, pretendeu valer-se de todos os meios para evitar mais derramamento de sangue, na região. Para isso apelou para o Bispo de Curitiba, D. Braga, procurando uma solução pacífica, para o conflito. D. Braga recomendou-lhe o Frei Rogério a quem foi atribuída a missão de procurar o contacto com os insurretos para um diálogo que levasse, o impasse a uma solu-



ção pacífica. Deveria “...oferecer-lhes todas as garantias, se depusessem as armas, e ao mesmo tempo recolher as mulheres e crianças que constava existirem entre eles, sem abrigo, famintos e seminus.” De nada adiantou a tentativa. Foi escorraçado logo ao chegar.

Em 26 de setembro de 1914, foram distribuídas aos habitantes da região, uma mensagem assinada por Setembrino de Carvalho apelando pela paz e convidando aos insurretos a que se retirassem da região, armados, ou não, para onde estivessem as forças militares. Garantia-lhes os meios de subsistência e terras, com seu respectivo título de propriedade. De nada adiantou.

### **O Plano de Operações**

De posse das informações possíveis, o General Setembrino, traçou o seu Plano de Operações, conforme sua Ordem do Dia nº2, de 18 de setembro de 1914.

Decidido por uma operação de cerco, determinou a ocupação de localidades situadas em pontos importantes para isolar a zona de operações procurando impedir a comunicação dos insurretos com o exterior. Constituiu, ainda, colunas móveis na base de um regimento de infantaria, com o obje-

tivo de “...descobrir o inimigo e exterminá-los”.

As quatro linhas ficaram assim organizadas:

- Linha Norte: Rio Negro, Canoinhas e Barreiros, sob o Comando do Coronel

Júlio Cezar Gomes da Silva, logo substituído pelo Coronel Onofre

Ribeiro contando com o 28º e 29º Batalhão de Infantaria e com o 56º Batalhão de Caçadores;

- Linha Oeste: União da Vitória, São João, Calmon, Rio Caçador, ponte sobre o Rio Uruguai (ferrovia), sob o Comando do Coronel Arthur Eduardo Sócrates, contando com o 57º Batalhão de Caçadores;

- Linha Sul: Campos Novos, Passa Dois, Curitiba, sob o Comando do

Tenente-Coronel Estillac Leal, contando com o 54º e 58º Batalhão de Caçadores e o 9º Regimento de Cavalaria; e

- Linha Leste: Itaiópolis, Panduva, Moema, sob o Comando do Coronel Júlio Cezar Gomes da Silva, contando com o Batalhão Tático e mais tropa a ser definida.

Concluído o Plano, Estado-Maior passou a trabalhar em cima do apoio administrativo, para não

repetir os insucessos de Canudos.

Instalados Armazéns de Campanha em Rio Negro e União da Vitória, posteriormente mais um em Canoinhas. Eram responsáveis pelo suprimento de todas as classes tendo sido regulamentados pela Ordem do Dia nº5, de 22 de setembro.

Os transportes seriam executados pelos Esquadrões de Trem, que além dos suprimentos era responsável pela evacuação dos feridos e doentes.

O apoio de Saúde ficou regulamentado pelas normas e instruções já existentes e em vigor. Instaram-se hospitais em Rio Negro, União da Vitória e Ponta Grossa, apoiados pelo Hospital Militar de Curitiba. Nas Colunas Móveis, hospitais de sangue e postos de socorro seriam instalados e operados pela Formação Sanitária Regimental que eram, também, responsáveis pelas ambulâncias (equipes móveis). Lamentavelmente, o efetivo de médicos e farmacêuticos era muito reduzido para o efetivo a ser apoiado.

### **As primeiras ações**

Após a tentativa de pacificar a região do Contestado, pela persuasão e não tendo obtido o resultado que pretendido. Setembrino de Carvalho resolveu dar andamento

ao seu planejamento para desencadear a operação final de cerco, propriamente dita, Decidiu, porém realizar, em novembro de 1914, algumas ações preliminares para dar mais segurança, na execução de seu Plano de Operações.

À Coluna Norte, com 1.663 homens, coube a missão de conquistar os redutos de Paciência e de Salseiro, ao sul de Canoinhas e ficar responsável pela defesa dessa localidade.

Procurando reforçar as suas tropas, o General Setembrino obteve permissão para empregar o Regimento de Segurança Pública do Paraná, reorganizado-o como se fora um batalhão de infantaria, recebendo a denominação de Batalhão Tático. Tudo sob protestos do Governo catarinense. Este batalhão passou a integrar a Coluna Leste, que tinha sob a sua responsabilidade as regiões de Itaiópolis, Iracema, Moema e Papanduva. Localidades próximas dos redutos de Aleixo Gonçalves e de Tavares. A Coluna Leste conseguiu desalojar os insurretos, desses redutos, porém não realizou a perseguição, permitindo a fuga de seus líderes. Fato que motivou chacota por parte dos insurretos.

Em janeiro de 1915, Henrique Wolland, o Alemãozinho, chegou a Papanduva acompanhado de 250



peças, afirmando que “...o fanatismo não passava de um puro banditismo”. Ao render-se proporcionou importantes informações a respeito da situação dos insurretos e a localização dos redutos.

### **Uma tentativa frustrada**

Ao assumir o seu comando, o General Setembrino solicitou a participação do Tenente Ricardo Kirk para estruturar um serviço de exploração aérea. Pela extensão do território, as dificuldades de deslocamento em terreno difícil, contando com pouca tropa de cavalaria, a inexistência de cartas e a não confiabilidade nos vaqueanos, fez o General Setembrino pensar no emprego da aviação militar.

O Tenente Kirk, acompanhado por Ernesto Darioli, italiano, seguiu para o Contestado, levando quatro aviões “Morane-Saulniers” e um “Blériot-sit”. Destes, dois foram danificados durante o transporte ferroviário.

Hangares foram construídos em Porto União, Rio Negro e Canoinhas, enquanto Kirk e Darioli preparavam as aeronaves para missões de reconhecimento e de bombardeio. Lamentavelmente, em 1º de março, ambos os pilotos decolaram em missão de reconhecimento, enfrentando nebulosida-

de, ventos fortes e frios. Darioli preocupado retornou ao campo enquanto Kirk sofreu um acidente fatal, a poucos quilômetros de Porto União, no atual município de General Carneiro, onde está localizado um monumento em sua homenagem.

### **Ordem aos subordinados**

Em Ordem do dia de 9 de janeiro, o General Setembrino, decide desencadear sua operação final de cerco. Para isso, reorganizou as suas Colunas definindo suas missões:.

**Coluna Norte:** atacar e ocupar a Vila Nova do Timbó e os redutos à margem direita do Rio Timbozinho, liderados por Manoel Machado. Para isso a Coluna empregará a tropa dividida em dois destacamentos.

**Coluna Sul:** atacar Tamanduá e Santa Maria, guarnecendo Curitibaanos com tropa do 54º Batalhão de Caçadores e Santa Cecília com o 9º Regimento de Cavalaria.

**Coluna Leste:** atacar os redutos de Aleixo, Josephino e Marcello, no Rio da Areia.

**Coluna Oeste:** dar segurança à ferrovia e impedir a passagem de insurretos da zona de operações para território de jurisdição paranaense.

Após muita luta, a Coluna Norte, tendo como destaque o Desta-

camento Potyguara ocupou Vila Nova do Timbó, em 30 de janeiro, prosseguindo em direção a Santo Antônio e Timbozinho.

No início de fevereiro, a Coluna Leste atacou os três redutos, seus objetivos, destacando-se na ação o Major Chananeco Antônio da Fontoura, os Capitães Figueira e Francellino, assim como o médico Oliveira Viana e o farmacêutico Hello Portella.

A Coluna Sul não foi tão feliz quanto às outras na tentativa de conquistar Santa Maria e Tamanduá. Não obteve um bom resultado. Estillac Leal teve problemas com os seus vaqueanos, o que determinou que tivessem dificuldades na orientação.

O terreno era difícil, dificultava a ação da cavalaria, que com muita dificuldade, em 7 de fevereiro, bivacou em Tapera, nas margens do Rio Santa Maria

Ao retornar ao ataque, a Coluna enfrentou forte reação por parte dos jagunços. Tendo sido detidos os 57º e o 58º Batalhão de Caçadores, diante da situação. Após ter conseguido alguma progressão, Estillac Leal resolveu retrair para Tapera por medida de segurança. O ataque foi um insucesso, um baque para Estillac Leal e uma decepção para o General Setembrino.

Estillac, sem desanimar, decide realizar novo ataque no dia 2 de março. Manda fazer o reconhecimento e posiciona a sua artilharia.

Para facilitar a sua operação solicitou o apoio da aviação militar. Não sabia, ainda, do triste fim do Tenente Ricardo Kirk que pôs fim a possibilidade do apoio aéreo.

O desempenho da artilharia, na manhã do dia 2 não foi o desejado por Estillac Leal. A posição ocupada pelos canhões era impraticável e a munição estava “úmida e abalada”, no dizer do Tenente Alzis. Somente no final da manhã, com a mudança das posições, a artilharia conseguiu cumprir a sua missão desalojando os jagunços das suas trincheiras. Desencadeado o ataque, até as 15.00h, a infantaria não tinha conseguido desalojar os jagunços abrigados nas furnas.

Estillac Leal atribuiu esse insucesso “...à frouxidão...” e ao moral abalado, da tropa. Para Demerval Peixoto, além da “frouxidão” teria “havido indecisão” por parte do comandante da coluna. Março estava em seus últimos dias e a Coluna Sul não conseguia um bom resultado. Alcebiades de Miranda entendeu que a “...tropa, ou parte dela não estava em condições desejáveis para aquele tipo de combate”.



Diante do insucesso, o General Setembrino de Carvalho, tentou ir ao Rio de Janeiro para conferenciar com o Ministro da Guerra, mas não obteve permissão de ausentar-se da região do conflito. Diante do fato mandou uma carta procurando explicar e justificar o que ocorria na zona de operações. Segundo ele, apenas conseguiu “...denegrir a memória dos mortos em combate e taxar de covardes os camaradas sobreviventes...”. Elogiou a artilharia, mas chamou de “vacilante” a atuação da infantaria. Sobre os seus oficiais afirmou ao Ministro que “...faltou espírito de sacrifício e coragem...”. Aproveitou ainda para criticar o General Ferreira de Abreu, o seu antecessor no Comando da 5ª Região Militar (antigo Distrito), afirmando ter recebido a tropa “...na mais absoluta miséria”.

### **A queda de Santa Maria**

Após um estudo de situação, o General Setembrino reuniu os seus subordinados para discutir a reformulação do Plano de Operações. Decidiu por uma operação de ação simultânea para atacar Santa Maria. Seria realizado um cerco ao reduto, que seria comprimido aos poucos.

A Coluna Sul recebeu ordens para continuar o assédio ao reduto enquanto as Colunas Norte e Les-

te investiriam sobre Santa Maria, simultaneamente. A Coluna Oeste manteria a ferrovia em funcionamento. Eram cerca de 7.000 homens que marchavam sobre Santa Maria.

A Coluna Norte, sob o comando do Capitão Tertuliano Potyguara investiu contra Tamanduá e Vaca Branca, sem encontrar resistência e segue para bivacar em Reinhardt. Enquanto isso a Coluna Sul procurou sitiar Santa Maria, tentando ganhar terreno palmo a palmo. A tropa, de moral baixo pelos seguidos insucessos, começou a enfren-tar o frio, com falta de capotes e de calçados. Para agravar, a malária, a febre tifóide e a disenteria começaram a produzir baixas. Inclusive entre os médicos. Apenas um tenente permaneceu em seu posto.

### **A tropa começava dar sinais de cansaço.**

Neste momento crítico, o Exército, começou a substituir os uniformes, os equipamentos e as barracas por outros, dentro de um novo plano. Os uniformes passaram a ser “kaki”, assim como as barracas. Mudaram, também, a organização das grandes unidades. A 2ª Brigada Estratégica passou a constituir a Divisão Provisória. Algumas unidades foram extintas

outras reorganizadas e o pessoal remanejado.

Com o fluxo de suprimento dificultado, foram instalados Armazéns de Campanha em Calmon e Rio Caçador. Outra dificuldade surgida foi o efetivo de muares e eqüídeos. Os animais estavam estropiados e magros e não havia re-completamento suficiente.

Os 400 homens recebidos do Rio de Janeiro, como re-completamento, mais problemas trouxeram do que desempenho. Foi um bando de maus elementos que começaram a criar problemas desde seu embarque.

### **O ataque final**

Em 24 de março, Setembrino de Carvalho determinou que a Coluna Sul, com 1.500 homens realizasse uma ação secundária na direção de Santa Maria. Estillac leal procurou manter o sítio, através de bombardeio, contínuo, de artilharia e tentando o contacto com a Coluna Norte em Vaca Branca, após ter desalojado os jagunços de Caçador. Enquanto isso, Potyguara havia iniciado sua ação ultrapassando Tamanduá.

Em 1º de abril, a Coluna Sul chega em Reinhardt, ainda procurando o contacto com Potyguara, mas esse já havia passado por aí e seguia em direção a Santa Ma-

ria. Estillac Leal continuava enfrentando sérias dificuldades na sua progressão. O desempenho das unidades não era homogêneo e a ordem era manter a posição conquistada a qualquer custo. Sob intenso fogo dos jagunços já sentia os claros abertos, pois o re-completamento não vinha sendo feito e as perdas eram grandes.

No dia 2 de abril, a Coluna Sul desencadeou um ataque sem obter bom resultado, apesar dos obuseiros não terem dado descanso aos jagunços. Diante da situação Estillac Leal procurou manter a posição conquistada apesar da opinião contrária dos seus oficiais. A situação tornou-se crítica em face do número de perdas. No dia seguinte a tropa manteve-se em posição, observando ao longe os rolos de fumaça que subiam ao céu, na direção de Santa Maria. Tertuliano Potyguara veio trazendo de vencida aos jagunços, a ferro e fogo, desde o Timbó até Santa Maria, durante dias seguidos. Suas ações primaram pela surpresa, rapidez, violência e liderança. Por onde passou foi arrasando os redutos transformando-os em um monte de cinzas. Ao entrar em Santa Maria, o reduto, estava vazio.

Ocupado Santa Maria foi realizado um reconhecimento da vizi-



nhança e organizada a segurança do acampamento, usando toras de imbuia e de pinheiro. A expectativa da chegada da Coluna Sul continuava, mas esta permanecia parada em Tapera.

Os jagunços, não se dando por vencidos, tentaram desalojar a Coluna Norte de sua posição, sem conseguir. O combate foi violento, com muitas baixas em ambos os lados. Dentre estas o Tenente Médico Alexandre dos Santos Castagnio, ferido na coxa e que continuou cumprindo o seu dever. Quando estava socorrendo um soldado tombou atingido por um tiro mortal. Era o único médico da Coluna.

A situação tornava-se cada vez mais grave. Começou faltar alimento e munição e o combate continuava sem fim. Potyguara, com ultima tentativa, ordenou a ida de 30 soldados do 53º Batalhão de Caçadores, para tentar o contacto com a Coluna Sul.

Ao anoitecer, chegaram os vaqueanos do “coronel” Fabrício Vieira, sob o comando do Capitão Salvador Pinheiro, constituindo a vanguarda da Coluna Sul. Pouco depois foi o 14º Batalhão de Infantaria que chegou. O grosso permaneceu no alto da serra, a 2km de Tapera, onde esperava a passagem de Potyguara. No dia 5 foram

chegando o 57º e 58º Batalhão de Caçadores.

Ao chegar em Tapera, Potyguara foi recebido por Estillac Leal, com o 51º Batalhão de Caçadores em forma, com todas as honras. Uma recepção calorosa.

Este desencontro, esta falta de coordenação não esta bem explicada.

### **A pacificação**

Terminada a campanha, em 5 de abril, com a tomada de Santa Maria, o Plano de Operações havia sido cumprido, apesar das dificuldades enfrentadas. Faltava a pacificação da região.

Em 15 de maio foi dissolvida a Divisão Provisória e extinta a 11ª Inspetoria Militar, sendo substituída pela Circunscrição Militar do Paraná e Santa Catarina, sob a chefia do Coronel Sebastião Pyrrho.

Setembrino de Carvalho, em solenidade, discursou na sacada do Palácio do Barão (do Cerro Azul), sede do Comando da Região Militar, quando foi inaugurada uma placa de bronze alusiva a pacificação do Contestado. Placa essa arrancada pelos vitoriosos da Revolução de 1.930.

Algumas tentativas de bandos armados remanescentes ainda tiveram que ser sufocadas. Inclusive a tentativa da criação do Estado das Missões.

A pacificação ficou a cargo do General Carlos Campos, novo Comandante da 5ª Região Militar.

Em 6 de janeiro de 1.916, o Ministro da Guerra deu como encerrada as ações do Exército no Contestado.

Somente em 20 de Outubro de 1.916 é que foi assinado o acordo que pôs fim às disputas lindeiras entre o Paraná e Santa Catarina, assinado pelos Governadores Fellipe Schmidt, de Santa Catarina e Affonso Alves de Camargo, do Paraná.

### **Aspectos Militares a considerar**

Características de episódios insurreccionais;

Providências para curto prazo sem avaliar a realidade;

Emprego de doutrina militar da época adaptada a contra-guerrilha;

Desconhecimento do terreno e do inimigo, inicialmente;

Subestimaram o inimigo;

Emprego conjunto com tropa estadual e com vaqueanos (pouco confiáveis)

Tempo para mobilização e organização a curto prazo (primeiras expedições)

Exército em ação de polícia, com efetivos insuficientes, (até 4ª Expedição)

Mudanças de uniformes e equipamentos

1915 - Criadas Divisões de Exército e extintas as brigadas;

Violência de ambos os lados

Operação de Cerco bem concebida e conduzida com superação das deficiências

Apoio logístico: organizado;

Extinta a Região Militar;

A questão de limites, uma ação entre amigos;

Necessidade de instrução e adestramento;

### **Algumas opiniões**

Alcebiades de Miranda

Se fosse feita uma rigorosa devassa a respeito, muita gente boa surgiria como protegendo os jagunços. Negociantes abastecendo os jagunços.; (Alcebiades de Miranda)

A politicagem teve parte saliente nos auxílios prestados à resistência teimosa e sangrenta dos fanáticos Mauri Auras.

Havia negociantes, na própria zona contestada, que abasteciam os jagunços de armas, munições e viveres (Alcebiades de Miranda)

Uma questão puramente social foi considerada pelos governantes como um problema policial.

No momento em que as forças do Exército começaram melhorar, a Irmandade começa desmoronar.

Oswaldo Cabral



O móvel religioso, por si só, não teria desencadeado a tempestade... foi conseqüência das aberrações da religiosidade

Foi uma guerra de fanáticos em conseqüência da ignorância

Maurício Vinha de Queiroz

Só teremos compreendido profundamente o que houve, se considerarmos os fenômenos aí registrados como decorrentes de uma crise de estrutura.

As aspirações coletivas se chocavam com a organização social e política representada pelos coronéis .

### **Conclusões finais**

Insurreição social dominada por bandidos, tendo o caboclo como peça de manobra;

Sociedade semifeudal onde reinava a ignorância, a superstição, a miséria;

População esquecida pelas autoridades omissas e ausentes;

Interesse político, querelas e vinganças;

Facilidade em adquirir armas e munição;

Presença das Forças Públicas Estaduais, sem condições operacionais;

Movimento social combatido pelas armas

Exército preparado para guerra

clássica, com experiência de combate adquirida em Canudos (1897);

Falta de oficiais superiores

Falta de informações e comunicações

Vaqueanos um caso a parte. Não eram confiáveis;

Limites um pretexto

Arbitragem um acerto.



# Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

## Relatório Anual da Diretoria

### Ano de 2008

#### 1. Finalidade

Registrar as atividades desenvolvidas pelo IGHMB e efetuar a prestação de contas da Diretoria, relativas ao ano de 2008.

#### 2. Atividades Administrativas

##### a. Recursos Financeiros

O programa traçado para 2008 foi cumprido em função do valor da anuidade estabelecido em **R\$ 600,00**, segundo decisão na reunião de Diretoria, em 2 de março de 2008, de conformidade com o que prescreve o Art 133, letra i) do Estatuto. Considerando sessenta contribuintes teríamos uma receita de R\$36.000,00.

No presente ano o IGHMB, não obteve auxílio financeiro de nenhum órgão ou instituição, apesar das tentativas feitas. Apenas, agora em novembro recebemos R\$3.000,00 da Fundação Habitacional do Exército, para fechar as nossas contas.

O demonstrativo da receita e da despesa anual, aprovado pelo Conselho Fiscal, consta do

#### Anexo A – “Prestação de Contas”.

Anuidades	R\$ 30.950,00
Receitas	R\$ 1.225,00
IRRF	R\$ 1.583,43
Soma	R\$ 33.758,00
Despesas.	R\$ 33.148,28
Saldo	R\$ 609,15

##### b. Secretaria

A Secretaria vem-se desincumbindo das suas atribuições com dificuldade, pela falta de um adjunto e de recursos insuficientes. Apesar dos esforços no sentido de melhorar a operacionalidade da Secretaria, persistem as dificuldades vivenciadas no que diz respeito à reorganização dos arquivos. Não contando com pessoal suficiente para essas tarefas, as prioridades ficam restritas as atividades rotineiras indispensáveis ao funcionamento do IGHMB.

O Capitão Justo Hélio Monteiro vem auxiliando nos trabalhos desenvolvidos na Secretaria e na Tesouraria dentro das suas possibilidades.



Dois soldados, da Diretoria de Assuntos Culturais, Sd de Assis e Sd Bruno, vinham auxiliando nos trabalhos de Secretaria, Sessões semanais e Curso de Especialização em História Militar. Atualmente, somente o Sd Assis vem prestando auxílio à Secretaria e ao Curso.

Durante o presente ano, novamente foram atualizados alguns registros do IGHMB, junto aos órgãos tributários. Isso permite ao Instituto, como a qualquer entidade, receber recursos públicos ou privados pelos serviços que presta sem fins lucrativos, pelo pagamento dos serviços de que necessita pela emissão de Nota Fiscal ou de recibos, pagando as contribuições devidas e mantendo em dia seus cadastros. Esse trabalho foi realizado pelo Cap Justo Hélio Monteiro e pelo escritório de contabilidade que atende ao Instituto, coordenados pelo Cel Luiz Carlos Carneiro de Paula, com a cooperação da Assessoria Financeira do Departamento de Ensino e Pesquisa, da Tesouraria da Biblioteca do Exército e da 1ª Inspetoria da Secretaria de Economia e Finanças (ISEFEX), de conformidade com a Lei. Com essas medidas o IGHMB viabilizou o recebimento de numerário e regularização da

sua escrituração financeira.

Os Boletins Informativos, diplomas e convites vêm sendo digitalizados e diagramados pela Secretaria, através do trabalho realizado pelo Cel Eng Darzan Neto da Silva, o que diminui as despesas administrativas. Os Boletins Informativos, com a programação mensal, continuam sendo impressos pela firma Soft Imagem.

A elaboração e a remessa dos Boletins Informativos, assim como convites para as Sessões ocorreram, na maior parte das vezes em tempo hábil.

A Secretaria está nesse momento implantando o sistema de remessa do Boletim Informativo e de convites pela internet. A dificuldade atual é conseguir os endereços eletrônicos dos nossos confrades, amigos e convidados.

### **c. Instalações**

O IGHMB, para a manutenção das instalações da Casa Histórica de Deodoro, vem recorrendo à Diretoria de Assuntos Culturais (DAC) e à cooperação do Comando do Forte de Copacabana/ Museu do Exército.

Várias obras de manutenção foram realizadas durante o presente ano. Na rede elétrica e no telhado e nas janelas. Estas já danificadas pelas intempéries.

As infiltrações e goteiras, acompanhadas de ventos continuam a causar danos às dependências. Particularmente a Biblioteca e a Secretaria. A previsão de obras visando a reparação do telhado, a serem realizadas a cargo do Museu do Exército, não foram realizadas de acordo com as necessidades. As goteiras continuam.

Como já registrado no Relatório de 2007, cabe ressaltar que não há recursos orçamentários suficientes para que se possa melhorar o acervo da Biblioteca.

#### **e. Informativo do IGHMB**

No corrente ano, foram editados eletronicamente e distribuídos 10 (dez) informativos referentes a cada mês de atividade sociocultural.

#### **f. Material permanente e de consumo**

O equipamento de informática consumiu alguns recursos orçamentários, não previstos, considerando as condições de funcionalidade e evolução desse material. O Gen Aureliano Pinto de Moura doou um computador ao Instituto e o Cel Eng Luiz Carlos Carneiro de Paula uma CPU e uma impressora.

#### **g. Revista do IGHMB**

A Revista, referente ao ano de 2007, deixou de ser editada por falta de recursos. Expedientes foram feitos a vários órgãos e empresas sem resultado positivo. Novas tentativas serão feitas, no início do próximo ano.

Esta Presidência, prepara neste momento, novos expedientes visando o próximo ano, quando espera publicar a Revista referente aos anos de 2007 e 2008.

#### **h. Vaga de Sócio Titular**

No presente ano, foram abertas onze vagas para Sócio Titular – nove para militares e duas para civis.

#### **i. Curso de Especialização em História Militar.**

Em 2006 foi selecionada a 3ª Turma com 40 matriculados, iniciando as atividades presenciais, em junho de 2006 e as concluindo em julho de 2007; 36 concluíram o curso com aproveitamento, em dezembro de 2007. Regularizada a situação fiscal do IGHMB, foi possível fazer o apoio administrativo por intermédio do Instituto, não sem percalços, devido a estrutura da Tesouraria, mas sem problemas maiores.

Em agosto de 2007 se iniciou



a 4ª Turma, com 28 matriculados, dos quais 24 concluíram em 14 de novembro próximo passado, o período presencial devendo apresentar e defender oralmente suas monografias.

Além das bolsas concedidas pelo Ministério da Defesa, através do Departamento de Ensino e Pesquisa, do Exército, foram alocados, também em 2007, recursos pela FHE e outros decorrentes de gestões da coordenação junto a FUNCEB e à BIBLIEx o que permitiu o custeio das semanas úteis de 2007 e início de 2.008.

Em 2008 foram recebidos recursos oriundos do Departamento de Ensino e Pesquisa, do Exército, e pagos os respectivos impostos, relativos à conclusão da 4ª Turma e aos conteúdos do Curso.

### 3. Assembléia Geral

<b>Recursos alocados em 2007</b>	R\$ 155.683,64
Recursos recebidos	R\$ 124.698,85
Impostos retidos	R\$ 5.885,02
Impostos pagos	R\$ 18.154,15
IGHMB	R\$ 6.945,62

<b>Recursos alocados 2008</b>	R\$ 171.571,44
Recursos recebidos	R\$ 160.500,09
Impostos retidos	R\$ 11.071,35
Impostos pagos	R\$ 16.724,80
Transferido ao IGHMB	R\$ 19.584,28

#### a. Assembléia Geral Extraordinária

A Assembléia reunida, em 2 de outubro, na Casa Histórica de De-

odoro, para a ascensão de Sócio Titular em Emérito, e de novos Sócios Titulares, e Honorários e Correspondentes. Assim como a incorporação de Colaboradores.

#### Ascendidos a Sócios - Eméritos os Sócios Titulares:

Cel João Ribeiro da Silva  
Prof Guilherme de Adréa Frota  
Dr Kepler Alves Borges  
Maj Elza Cansação Medeiros

#### Eleitos Sócios Titulares:

Prof Eurico de Lima Figueiredo  
Prof Marcos Guimarães Sanches  
CMGT Francisco Carlos Pereira Cascardo  
Cel Ae Antonio Celente Videira  
CT Carlos André Lopes da Silva

#### Sócios Honorários Eleitos:

Cel Roberto de Castro barcellos  
Cel Antonio Ferreira Sobrinho  
TC Eduardo Henrique de Souza Martins Alves  
Maj Carlos Alberto Leite da Silva  
Maj Roberto Roque S. De La Vega Filho  
Cap Giovanni Latfalla  
Cap Mário meira  
Prof Renato Jorge Paranhos Restier Junior

#### Sócios Correspondentes Eleitos:

TC Washington Machado Figueiredo  
TC Sérgio Luiz Tratz  
Maj Carlos Roberto Carvalho Daróz  
Maj Darland Pippin de Faria

#### b. Sessão Magna em 4 de novembro:

A posse dos novos Sócios foi realizada, Sessão Magna, conjuntamente, com as comemorações do



**72º aniversário, do IGHMB no Auditório da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, a rua D.Manuel nº 15, Praça XV, Centro.**

### **Sócios Titulares empossados:**

Embaixador Marcos Henrique Camillo Côrtes  
Prof. Eurico de Lima Figueiredo  
CMG. Francisco Carlos Pereira Cascardo  
Cel. Av Antonio Celente Videira  
Ten. Cel Cláudio Ricardo Hehl Forjaz  
Cap-Ten Carlos André Lopes da Silva

### **Sócios Honorários empossados**

Cel Roberto de Castro Barcellos  
Cel Antonio Ferreira Sobrinho  
Prof. Renato Jorge Paranhos Restier Júnior  
Ten. Cel Eduardo Henrique de Souza Martins Alves  
Maj Aer.Carlos Alberto Leite da Silva  
Maj Rodolfo Roque S. De La Vega Filho  
Cap Giovanni Latfalla  
Cap Mário Meira

### **Sócios Correspondentes empossados**

Ten Cel Washington Machado de Figueiredo  
Ten Cel Sérgio Luiz Tratz  
Maj Carlos Roberto Carvalho Daróz  
Maj Darland Puppim de Faria

Os novos Sócios Foram saudados pelo Prof Paulo André Leira Parente e o Prof Eurico de Lima Figueiredo fez uso da palavra para os agradecimentos em nome dos novos confrades.

### **72º Aniversário do IGHMB:**

Em nome do IGHMB, em discurso congratulatório alusivo a data, fez uso da palavra o Gen Div Aureliano Pinto de Moura, Presidente do Instituto.

#### **c. Assembléia Geral Ordinária (2 de dezembro)**

Realizada para apreciar e deliberar sobre a Prestação de Contas da Diretoria, sobre exercício do Ano Cultural de 2008, que termina e apreciar a previsão orçamentária para o próximo ano de 2009.

#### **d. Assembléia Geral Extraordinária**

Realizada em 18 de novembro para fins de eleição da Diretoria do biênio 2009 – 2010.

A Diretoria eleita foi a seguinte:

#### **e. Assembléia Geral Extraordinária realizada em 9 de dezembro**

Em Assembléia Geral extraordinária foi empossada a nova Diretoria, para o biênio 2009 – 2010.

### **4. Atividades Culturais**

#### **a. Na Sessão Solene de Abertura do Ano Sociocultural**



Realizada em 18 de março, com a conferência “O Brasil antes e depois de Dom João VI”, a ser proferida pelo Prof Dr Paulo Napoleão Basilé Nogueira da Silva, que por motivo de força maior foi representado pelo Gen Ex Pedro Luiz de Araújo braga.

#### **b. Palestras e Conferências**

Durante o ano sociocultural foram proferidas trinta e três palestras e uma conferência.

#### **c. Núcleo de Estudos e Pesquisa de História Militar (NEPHIM)**

Foram realizadas, em 2008, quatro sessões do NEPHIM, respectivamente em maio, junho, julho e outubro, coordenadas pelos Cel Luiz Carlos Carneiro de Paula e Prof Dr Paulo André Leira Parente envolvendo pesquisas realizadas por alunos e ex-alunos do Curso de Especialização em História Militar.

#### **d. Congresso Internacional de História Militar**

O IGHMB fez-se representar no XXXIV Congresso Internacional de História Militar (31 de agosto a 5 de setembro), realizado na Cidade de Trieste, pelo seu Presidente, Gen Div Aureliano Pinto de Moura, e o Prof Guilherme de An-

drea Frota. Que apresentou o tema: “Haiti em busca da paz”.

No dia 2 de setembro o Gen Aureliano, como Presidente da Comissão Brasileira de História Militar apresentou um pré projeto, do XXXVII Congresso, a ser realizado no Rio de Janeiro, em 2011, perante o “Bureau” (colegiado que gere os destinos da Comissão Internacional). Tendo o mesmo sido aprovado.

#### **e. Intercâmbio e cooperação com outras Instituições**

Atendendo as solicitações o IGHMB realizou palestras na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Saúde do Exército, Escola de Material Bélico do Exército e Curso de Preparação dos Oficiais da Reserva.

### **5. FALECIMENTO DE SÓCIOS EM 2008**

O Presidente do IGHMB, com grande pesar registra o falecimento dos Sócios: Gen Ex Sebastião José Ramos de Castro;  
Cel Art Francisco Rua Santos  
Cel Eng Virgílio da Veiga;  
Cel Germano Seidl Vidal

#### **6. Conclusão**

Apesar das dificuldades encontradas, o IGHMB pode orgulhar-se de ter cumprido com êxito a programação proposta, para o ano de 2008. Preocupa sobremaneira a situação



financeira e a conservação da Casa Histórica de Deodoro. No presente Ano Cultural o IGHMB não contou com auxílio financeiro de qualquer espécie.

Pelo esforço do Coordenador do Curso de Especialização em História Militar, Cel Luiz Carlos Carneiro de Paula, já podemos sentir os reflexos positivos, dessa atividade cultural, não só no âmbito militar, mas também no acadêmico. Com intercâmbio com a Universidade do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense e Universidade Gama Filho.

Atualmente o IGHMB vem sobrevivendo das anuidades previstas a serem pagas pelos seus Sócios das diversas categorias, sem qualquer subvenção do poder público.

**Rio de Janeiro, 2 de  
dezembro de 2008.**

**Gen Div Med Aureliano Pinto de Moura  
Presidente do IGHMB**

**Darzan Neto da Silva Cel  
1º Diretor Secretário**



## IGHMB

### Situação dos sócios do Instituto em dezembro de 2008

Sócios Fundadores  
Relacionados com o posto que tinham à época da fundação

### Sócios Fundadores

Cadeiras	Sócios Fundadores	Patronos
1	Capitão Humberto de Alencar Castello Branco	Alfredo D'Escragnole Taunay, Vagaisconde de Taunay
2	Capitão Frederico Augusto Rondon	General Alfredo Malan D'Angrone
3	Tenete-Coronel Francisco de Paula Cidade	José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco
5	Almirante Manoel José Nogueira da Gama	Almirante Antônio Coutinho Gomes Pereira
6	General João Manuel Borges Fortes	General Antônio José Dias de Oliveira
8	Comandante Frederico Villar	Almirante Antônio Luiz Von Hoonholtz, Barão de Tefé
9	General Manuel Liberato Azevedo Bittencourt	Comandante Mariano de Azevedo
10	Coronel Álvaro Octávio de Alencastre	Coronel Antônio de Sena Madureira
11	Coronel Genserico de Vasconcelos	General Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza
13	Almirante Raul Tavares	Almirante Arthur Silveira da Motta, Barão do Jaceguai
14	Coronel Emílio Fernandes de Souza Docca	Coronel Augusto Fausto de Souza
15	Comandante Antônio Buarque Pinto Guimarães	Chefe-de-Diví Augusto João Manuel Levergê, Barão de Melgaço
16	Capitão Altamirano Nunes Pereira	Marechal Carlos Augusto de Campos
18	Major Raphael Danton Garrastazu Teixeira	Tenente-Coronel Diogo Arouche
19	General Estevão Leitão de Carvalho	General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira
20	Major José Faustino da Silva Filho	General Eduardo José de Moraes
21	Coronel Valentim Benício da Silva	Coronel Emílio Carlos Jourdan
22	General João Fulgêncio de Lima Mindello	Coronel Francisco Antônio Carneiro da Cunha
23	Capitão Jonathas de Moraes Correia	Marechal Antônio José Rodrigues
24	Coronel Alípio Virgílio Di Primo	Marechal Francisco das Chagas Santos
25	General Umberto Peregrino Seabra Fagundes	Acadêmico Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha
26	Coronel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos	Marechal Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan
29	General José Maria Moreira Guimarães	General Jerônimo Francisco Coelho
31	General Augusto Tasso Fragoso	Marechal José Bernardino Bormann
32	Comandante Antônio Carlos Raja Gabaglia	Almirante José Cândido Guillobel
34	Co Coronel Luiz Lobo	General Francisco José de Souza Soares de Andréa, Barão de Caçapava
35	Comandante César Feliciano Xavier	General José Inácio de Abreu e Lima
36	Comandante João Egon Prates da Cunha Pinto	General José Joaquim Machado de Oliveira
37	Capitão Adailton Sampaio Pirassununga	General José Joaquim Barbosa, Visconde do Rio Comprido
38	Comandante Dídio Iratim Afonso da Costa	Almirante Inácio Joaquim da Fonseca
39	Capitão José de Lima Figueiredo	General José Vieira Couto de Magalhães
40	Capitão Antônio Leônicio Pereira Ferraz	Major Ladislau dos Santos Titara
42	Major Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo	Capitão Alfredo Pretextato Maciel da Silva
43	Comandante Lucas Alexandre Boiteux	Comandante Luiz Barroso Pereira



## Sócios Eméritos

Nº	Cadeira	Sócio	Patrono
1	7	Prof Dr Arno Wehling	Engenheiro Júlio César Ribeiro de Souza
2	8	V Alme Hélio Leôncio Martins	Almirante Antônio Luiz Von Hoonholtz, Barão de Tefé
3	14	Cel José de Sá Martins	Coronel Augusto Fausto de Souza
4	16	Dr Marcos Ribeiro Corrêa	Marechal Carlos Augusto de Campos
5	19	Cel José Fernando de Maya Pedrosa	General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira
6	20	Prof Guilherme de Andréa Frota	General Eduardo José de Moraes
7	30	Alme Esq Mário Jorge da Fonseca Hermes	General João Severiano da Fonseca
8	33	Alme Esqd Arlindo Vianna Filho	Comandante Manuel Antônio Vital de Oliveira
9	49	Cel Nilton Freixinho	General Rufino Enéas Gustavo Galvão, Visconde de Maracaju
10	56	Dr Kepler Alves Borges	Engenheiro Augusto Severo de Albuquerque Maranhão
11	63	Gen Bda Alberto Martins da Silva	Marechal Gregório Thaumaturgo de Azevedo
12	65	Maj Elza Cansanção Medeiros	Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon
13	68	Cel Cel Celso José Pires	General Manuel Liberato Bittencourt
14	72	V Alme Armando de Senna Bittencourt	Marechal Manoel Luiz Osório, Marquês do Herval
15	72	Gen Ex Jonas de Moraes Correia Neto	Marechal Manoel Luiz Osório, Marquês do Herval
16	77	Alte Esq Mário César Flores	Almirante Joaquim José Ignácio, Visconde de Inhaúma
17	89	Dr Joaquim Manoel Xavier da Silveira	Acadêmico Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac
18	98	Cel João Ribeiro da Silva	Marechal Mário Travassos
19	99	Gen Ex Pedro Luiz de Araújo Braga	Alexandre de Gusmão
20	100	V Alme Sérgio Tasso Vásquez de Aquino	Escritor Gastão Penalva



## Sócios Titulares

Nº	Cadeira	Sócio Titular	Patrão
1	1	Gen Bda César A. Nicodemus de Souza	Alfredo D'Escragnole Taunay, Visconde de Taunay
2	3	Gen Bda Sérgio Augusto de A. Coutinho, Gen Bda	José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco
3	5	CMG Francisco Carlos Pereira Cascardo	Almirante Antônio Coutinho Gomes Pereira
4	8	CMG Francisco Eduardo Alves de Almeida	Almirante Antônio Luiz Von Hoonholtz, Barão de Tefé
5	10	Cel Cláudio Skora Rosty	Coronel Antônio de Sena Madureira
6	11	Prof Roberto Nogueira Médici	General Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza
7	12	Gen Ex Everaldo de Oliveira Reis	Almirante Júlio César de Noronha
8	15	C T Carlos André Lopes da Silva	Chefe-de-Divisão Augusto João Manuel Levergê, Barão de Melgaço
9	17	Cel Juvenal Milton Engel	General Conrado Jacob de Niemeyer
10	25	Cel Manoel Candido de Andrade Netto	Acadêmico Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha
11	31	Cel Feliciano T. Mendes de Moraes	Marechal José Bernardino Bormann
12	35	T Cel Cláudio Ricardo Hehl Forjaz	General José Inácio de Abreu e Lima
13	39	Prof Eurico de Lima Figueiredo	General José Vieira Couto de Magalhães
14	48	Prof Dr Wallace de Oliveira Gurelli	Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra
15	50	C F Edina Laura Nogueira da Gama	Almirante Francisco Cordeiro da Silva Torres e Alvim, Barão de Iguatemi
16	51	Gen Bda Aricildes de Moraes Motta	General Augusto Tasso Fragoso
17	53	Cel Sérgio Paulo Muniz Costa	Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro
18	54	Cel Marco Antonio Cunha	Engenheiro André Pinto Rebouças
19	60	Cel Av Luiz Pedro Miranda da Costa	Marechal-do-Ar Alberto Santos Dumont
20	61	Cel Ae Antonio Celente Videira	Padre Bartolomeu de Gusmão
21	62	CMG Marcio Bonifácio Moraes	Almirante Luiz Felipe de Saldanha da Gama
22	64	Embaixador Marcos Henrique Camillo Côte	Engenheiro Pandiá Calógeras
23	66	Gen Bda Sérgio Roberto D. Morgado	Coronel Jonathas da Costa Rego Monteiro
24	69	Manuel Cambeses Júnior, Cel Av	Brigadeiro-do-Ar Lysias Augusto Rodrigues
25	70	Cel Nilson Vieira Ferreira de Mello	General Valentim Benício da Silva
26	71	V Alme Estanislau Façanha Sobrinho	Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré
27	73	Cel Aldo Demerval Rio Branco Fernandes	Marechal Antonio de Sampaio
28	75	Cel Luiz Carlos Carneiro de Paula	Tenente-Coronel João Carlos de Vilagran Cabrita
29	76	V Alme Armando Amorim Ferreira Vidigal	Almirante Francisco Manuel Barroso, Barão do Amazonas
30	77	T Cel Cel Hugo Jorge de Brito Chaves	Almirante Joaquim José Ignácio, Visconde de Inhaúma
31	78	Cel Darzan Neto da Silva	General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos
32	79	Prof Dr Israel Blajberg	Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes



## Sócios Correspondentes

Alejandro Soria	Gen (Ex Arg)
André Louis Corvisier	Dr
Augusto Pinochet Ugarte	Cap Gen (Ex Chile)
Carlos da C. Gomes Bessa	Cel (Portugal)
Carlos Roberto Carvalho Daróz	Maj
Cornelius M. Schulten	Prof Dr
Douglas Michalany	Prof Dr
Durland Pippin de Faria	Maj
Edivaldo Boaventura	Prof
Francisco Fernando Monteoliva Doratioto	Dr
Geraldo Lauro Marques	Cel
Henrique M. Lages Ribeiro	Brig (Ex Portugal)
Hernani Donato	Dr (SP)
Ivo de Albuquerque	Tem Cel
Jerônimo Ferreira Alves Netto	Prof
José Luiz da Silveira	Cel PM
José Luiz Motta Menezes	Prof Dr
José Maria do Amaral Oliveira	Alte Esq
Luís Riccinolo	Cel Dr (Argentina)
Luiz Prates Carión	Maj
Lydio M. Garner	Prof Dr (EUA)
Manuel Freire T. Barata	Gen (Portugal)
Miguel Alonso Baquer	Gen (Espanha)
Nanci Leonzo	Prof Dr
Nuno S. Teixeira	Prof Dr (Portugal)
Paulo Napoleão Nelson Basilé Nogueira da Silva	Prof Dr
Raimundo Luraghi	Prof Dr
Raymundo Maximiliano Negrão Torres	Gen Div
Sérgio Luiz Tratz	TC
Sérgio Martinez Baeza	Prof Dr
Silvino da Cruz Curado	Ten. Gen (Portugal)
Stefano Salmi	Prof (Itália)
Walter Bellisi	Dr (Itália)
Washington Machado Figueiredo	TC